

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

VALUE FOR MONEY NAS FREGUESIAS DA ZONA
GEOGRÁFICA SEIXAL - ALMADA

(VERSÃO PROVISÓRIA)

Carlos David dos Santos Figueiredo

Lisboa, abril de 2017

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

VALUE FOR MONEY NAS FREGUESIAS DA ZONA
GEOGRÁFICA SEIXAL - ALMADA

(VERSÃO PROVISÓRIA)

Carlos David dos Santos Figueiredo (Nº 20140200)

Mestrado em Auditoria

Orientador: Mestre António da Trindade Nunes

Lisboa, abril de 2017

Epígrafe¹

«No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio-termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz.»

(Ayrton Senna)

¹ Todo o texto foi redigido segundo as regras do antigo acordo ortográfico

Agradecimentos

Mais do que um trabalho individual, esta dissertação é o resultado da colaboração e contributos de várias pessoas num processo que foi tudo, menos solitário. Por esta razão quero expressar os meus sinceros agradecimentos:

Em primeiro lugar aos meus pais, irmão, cunhada e sobrinho, pelo estímulo e apoio incondicional desde a primeira hora, pela paciência e grande amizade com que sempre me ouviram e sensatez com que sempre me ajudaram.

Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, da qual me orgulho pertencer, agradecendo a oportunidade de frequentar o mestrado.

Ao meu orientador António da Trindade Nunes, por todo o seu saber, pelos seus conselhos e o modo como sempre me apoiou e incentivou e especialmente pela paciência e simpatia com que sempre me recebeu.

Aos Presidentes das Uniões e das Juntas de Freguesias um agradecimento muito especial por toda a sua disponibilidade em autorizar o acesso aos documentos solicitados como também às funcionárias que colaboram nas impressões dos mesmos.

À Maria dos Anjos e à Regina, muito obrigado pelo vosso incentivo, apoio e feedback sempre tão construtivo.

Resumo

O tema *Value for Money* (VfM) tem vindo a ganhar grande relevância por parte dos auditores nos últimos anos, resultado da forte preocupação das organizações em gerirem os recursos humanos, materiais e financeiros da forma mais económica, eficiente e eficaz. Este tema pode ser aplicado tanto no sector público como no sector privado.

Esta dissertação tem como principal objectivo verificar e esclarecer até que ponto o *Value for Money* pode contribuir para o melhoramento nas freguesias, de modo a serem mais eficazes, eficientes e económicas.

A metodologia aplicada na dissertação é o estudo de caso, onde se pretende analisar as freguesias escolhidas através dos recursos a indicadores de economia, eficiência e eficácia, como também com recurso de *benchmarking*.

Após essa análise pretende-se emitir uma conclusão através das comparações de diferentes freguesias de Portugal como das freguesias que utilizarei no recurso ao *benchmarking*.

Palavras-Chave: Value For Money, Eficácia, Economia, Eficiência e Freguesias

Abstract

This theme Value for Money (VfM) has gained great importance by auditors in recent years, because of the strong concern of organizations to manage human, material and financial resources economically, efficiently and effectively. This theme can be applied in both the public sector and the private sector.

This work aims to verify and clarify the extent to which the value for money can contribute to the improvement in the parishes councils, in order to be more effective, efficient and economic.

The methodology applied in the dissertation is a case study, where I analyze the parishes councils chosen by resource economics indicators, efficiency and effectiveness, as well as benchmarking feature. After this analysis it is intended to give a conclusion through the comparisons of different parishes of Portugal and of the parishes that use as a resource to benchmarking

Keywords: Value for Money, Effectiveness, Economy, Efficiency and Parishes Councils

Índice

Índice de Figuras	3
Índice de Quadros	6
Lista de Abreviaturas	7
1. Introdução.....	8
1.1. Objecto.....	8
1.2. Objectivos	8
1.3. Metodologia.....	8
1.4. Estrutura.....	9
2. Enquadramento Teórico	10
2.1. Conceitos de Auditoria	10
2.1.1 Auditoria Interna Vs. Auditoria Externa	10
2.1.2 Auditoria Operacional Vs. Auditoria de Gestão	10
2.1.3 Outros Tipos de Auditoria.....	11
2.2. Sistema de Controlo Interno	16
2.2.1 Modelos de Controlo Interno	17
2.2.2 Componentes do Controlo Interno	17
2.2.3 Limitações do Sistema de Controlo Interno	18
2.3. Procedimentos de Auditoria a Executar em Freguesias.....	19
2.4 Sector Público	24
2.4.1 Sistema de Controlo Interno na Administração Pública	24
2.4.2 Lei de Enquadramento Orçamental.....	26
2.4.3 Regime Financeiro das Autarquias Locais.....	27
2.4.4 Associação Nacional de Freguesias	30
2.5 Value for Money	31
3. Estudo Empírico	36
3.1 Metodologia	36

3.2	Breve Introdução Histórica	36
3.3	Objectivos da Investigação	37
3.4	Recolha de Informação	38
4	Apresentação e Análise de Dados	39
4.1	Análise dos Municípios	39
4.2	Análise das Freguesias.....	52
4.2.1	Concelho de Seixal	53
4.2.2	Concelho de Almada	69
5.	Conclusões Gerais	89
5.1	Conclusões Gerais.....	89
5.2	Limitações de Âmbito.....	90
5.3	Perspectivas de Desenvolvimento Futuro.....	90
	Referências Bibliográficas.....	91
	Apêndices	99

Índice de Figuras

Fig.1 – Árvore da Fraude

Fig.2 – Controlo Anti-Fraude

Fig.3 – Tipos de Risco

Fig.4 – Risco de Controlo

Fig.5 – Risco de Distorção

Fig.6 – Níveis de Controlo Interno do Sector Público

Fig.7 – Requisitos Básicos do *VfM*

Fig.8 – Receitas do Concelho do Seixal – 2014

Fig.9 – Receitas do Concelho do Seixal – 2015

Fig.10 – Despesas do Concelho do Seixal – 2014

Fig.11 – Despesas do Concelho do Seixal – 2015

Fig.12 – Receitas do Concelho de Almada – 2014

Fig.13 – Receitas do Concelho de Almada – 2015

Fig.14 – Despesas do Concelho de Almada – 2014

Fig.15 – Despesas do Concelho de Almada – 2015

Fig.16 – Receitas da União das Freguesias da Arrentela, Seixal e Aldeia Paio Pires – 2014

Fig.17 – Receitas da União das Freguesias da Arrentela, Seixal e Aldeia Paio Pires – 2015

Fig.18 – Despesas da União das Freguesias da Arrentela, Seixal e Aldeia Paio Pires – 2014

Fig.19 – Despesas da União das Freguesias da Arrentela, Seixal e Aldeia Paio Pires – 2015

Fig.20 – Receitas da Junta de Freguesia da Amora – 2014

Fig.21 – Receitas da Junta de Freguesia da Amora – 2015

Fig.22 – Despesas da Junta de Freguesia da Amora – 2014

Fig.23 – Despesas da Junta de Freguesia da Amora – 2015

Fig.24 – Receitas da Junta de Freguesia de Corroios – 2014

Fig.25 – Receitas da Junta de Freguesia de Corroios – 2015

Fig.26 – Despesas da Junta de Freguesia de Corroios – 2014

Fig.27 – Despesas da Junta de Freguesia de Corroios – 2015

Fig.28 – Receitas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro – 2014

Fig.29 – Receitas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro – 2015

Fig.30 – Despesas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro – 2014

Fig.31 – Despesas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro – 2015

Fig.32 – Receitas da União das Freguesias da Charneca e Sobreda – 2014

Fig.33 – Receitas da União das Freguesias da Charneca e Sobreda – 2015

Fig.34 – Despesas da União das Freguesias da Charneca e Sobreda – 2014

Fig.35 – Despesas da União das Freguesias da Charneca e Sobreda – 2015

Fig.36 – Receitas da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó – 2014

Fig.37 – Receitas da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó – 2015

Fig.38 – Despesas da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó – 2014

Fig.39 – Despesas da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó – 2015

Fig.40 – Receitas da União das Freguesias da Caparica e Trafaria – 2014

Fig.41 – Receitas da União das Freguesias da Caparica e Trafaria – 2015

Fig.42 – Despesas da União das Freguesias da Caparica e Trafaria – 2014

Fig.43 – Despesas da União das Freguesias da Caparica e Trafaria – 2015

Fig.44 – Receitas da União das Freguesias de Almada, Cova Piedade, Pragal e Cacilhas – 2014

Fig.45 – Receitas da União das Freguesias de Almada, Cova Piedade, Pragal e Cacilhas – 2015

Fig.46 – Despesas da União das Freguesias de Almada, Cova Piedade, Pragal e Cacilhas – 2014

Fig.47 – Despesas da União das Freguesias de Almada, Cova Piedade, Pragal e Cacilhas – 2015

Fig.48 – Receitas da Junta de Freguesia da Costa da Caparica – 2014

Fig.49 – Receitas da Junta de Freguesia da Costa da Caparica – 2015

Fig.50 – Despesas da Junta de Freguesia da Costa da Caparica – 2014

Fig.51 – Despesas da Junta de Freguesia da Costa da Caparica – 2015

Índice de Quadros

Quadro 1 – Quadro Comparativo dos Concelhos de Seixal-Almada – 2014

Quadro 2 – Quadro Comparativo dos Concelhos de Seixal-Almada – 2015

Quadro 3 – Quadro da Variação do Município do Seixal 2014-2015

Quadro 4 – Quadro da Variação do Município de Almada 2014-2015

Quadro 5 – Quadro Resumo das Freguesias do Município do Seixal – 2014

Quadro 6 – Quadro Resumo das Freguesias do Município do Seixal – 2015

Quadro 7 – Quadro Comparativo 2014-2015 (Concelho do Seixal)

Quadro 8 – Quadro Resumo das Freguesias do Município de Almada – 2014

Quadro 9 – Quadro Resumo das Freguesias do Município de Almada – 2015

Quadro 10 – Quadro Comparativo 2014-2015 (Concelho de Almada)

Lista de Abreviaturas

ACFE - Association of Certified Fraud Examiners

ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias

COBIT - Control Objectives for Information and Related Technology

COCO - Criteria of Control Framework

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

IFAC - International Federation of Accountants

IIA – The Institute of Internal Auditors

IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna

JF – Junta de Freguesia

M€ – Milhares de Euros

NIAO - Northern Ireland Audit Office

PAC - Public Accounts Committee

PEST – Política, Económica, Social e Tecnológica

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

SCI – Sistema de Controlo Interno

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats

TIC'S – Tecnologias de Informação e Comunicação

UF – União das Freguesias

VfM – Value for Money

1. Introdução

Esta dissertação incide sobre o tema «Value for Money nas freguesias na zona geográfica Seixal-Almada» inserida no âmbito do Mestrado em Auditoria. Na introdução pretende-se dar a conhecer o objecto de estudo, os objectivos e a estrutura da dissertação

1.1. Objecto

O tema da minha dissertação é o estudo do Value For Money aplicável aos concelhos/freguesias do Distrito de Setúbal. Todavia, pelas dificuldades de obtenção de informação, o mesmo contém apenas as freguesias da zona geográfica Seixal-Almada, vendo o ponto de vista dos auditores em relação a esta matéria.

1.2. Objectivos

Com a elaboração desta dissertação proponho-me verificar se as freguesias portuguesas do distrito de Setúbal estão a ser eficientes, eficazes e económicas, relativamente à sua gestão tanto a nível de recursos humanos, como a nível material e financeiro.

Para atingir tal objectivo é necessário estabelecer objectivos intermédios (de forma a servir de suporte para a concretização do principal objectivo), que são:

- Diagnosticar se os sistemas de controlo interno implementados nas freguesias, são os mais corretos;
- Fazer um ponto de situação sobre a auditoria de gestão nas freguesias portuguesas;
- Avaliar do Desempenho das Freguesias de objecto de análise.

1.3. Metodologia

Serve como ponto de partida para esta investigação a proposta de dissertação entregue em Setembro de 2015, que cobre, entre outros, os seguintes pontos: Objecto, Objectivos da investigação, a Metodologia e Referências Bibliográficas.

A metodologia adoptada envolveu a recolha e análise da documentação específica sobre o tema, de modo a ter um conhecimento aprofundado sobre o mesmo, bem como das informações financeiras das freguesias em estudo.

O Modelo de investigação a utilizar é o estudo de caso onde irei analisar as informações financeiras de dois anos, para proceder a comparação entre as freguesias dos Concelhos

escolhidos, de modo a emitir uma opinião sobre quais estão a serem mais eficientes, eficazes e económicas.

Para estudar este tema, procurei reunir com os presidentes das diversas juntas, para apresentação do estudo, e solicitar autorização para o acesso da documentação contabilística e extra-contabilística.

1.4. Estrutura

A estrutura da dissertação está dividida em 5 partes, a saber:

- Em primeiro lugar a parte introdutória, onde se irá apresentar o tema a desenvolver, através de perguntas-chave que irão servir de partida, os objectivos e a metodologia a utilizar;
- A segunda parte corresponde ao enquadramento teórico, onde se irão evidenciar as definições e aspectos mais importantes relacionados com o tema. Como o trabalho é sobre administração pública, o enquadramento teórico será também acompanhado por suporte normativo (legislação);
- A terceira corresponde à metodologia de investigação adoptada. Nela será descrito qual o tipo de modelo a ser utilizado, assim como a sua caracterização, a amostra e os procedimentos de recolha de dados;
- A quarta corresponde à parte prática da dissertação. Através de uma amostragem irei escolher dois municípios e fazer o estudo de caso, procedendo à sua análise, tirando as principais conclusões e soluções para os problemas que possam ser identificados;
- Por fim, na última parte, irei elaborar a conclusão geral da dissertação, bem como referir as limitações de âmbito e perspectivas de desenvolvimento futuro.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Conceitos de Auditoria

2.1.1 Auditoria Interna Vs. Auditoria Externa

Em síntese, segundo o Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna (IPAI;2009) a Auditoria Interna é:

[u]ma actividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, de controlo e de governação.

Entretanto a auditoria externa visa expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras de uma determinada organização apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

2.1.2 Auditoria Operacional Vs. Auditoria de Gestão

Face à constante evolução do desenvolvimento da actividade empresarial (volume de faturação, dimensão geográfica, etc.), as funções cometidas aos auditores internos têm vindo a expandir-se cada vez mais, de modo a abranger aspectos como: sucata, controlo de qualidade, responsabilidade social, entre outros.

Desta situação resulta então a Auditoria Operacional. Esta integra os seguintes pontos:

- Auditoria de sistemas de informação e de organização e métodos de direcção (Auditoria de Controlo Operacional);
- Auditoria das condições de exploração e de resultados (Auditoria de Gestão);
- Auditoria da entidade para julgar a adequação da escolha e da oportunidade ideal para a tomada de decisão (Auditoria Estratégica).

A Auditoria de gestão é uma área recente, podendo ser entendida como um segmento da auditoria operacional.

As técnicas da auditoria de gestão cobrem um aspecto bastante amplo dos procedimentos, métodos de avaliação, políticas e tarefas concebidas para analisar, avaliar e rever o desempenho da entidade.

Esta auditoria está muito interligada com os 3'Es (Economia, Eficiência e Eficácia).

2.1.3 Outros Tipos de Auditoria

Para além das auditorias agora descritas, outras têm vindo a debruçar-se sobre diversas áreas.

Assim, a Auditoria de Qualidade (ISO 8402), como o nome indica, serve para verificar se os *standards* de qualidade definidos pelos responsáveis da organização estão a ser cumpridos.

A administração aprova as normas e procedimentos e manda implementar as estratégias a serem utilizadas para alcançar os objectivos. Depois de efetuar «esse ciclo», será então feita a verificação que todos esses requisitos foram ou não cumpridos.

Como podemos verificar, a junção desses requisitos pelos diversos sectores, resulta uma melhoria dos 3 E's da entidade. É muito importante salientar que a determinação dos objetivos da organização é crucial, pois poderá através das análises de *Pest* e *Swot*, determinar os pontos fracos e fortes, oportunidades e ameaças da organização.

Em conclusão, a Auditoria de Qualidade segundo a ISO 8402 é «um exame sistemático e independente para determinar se as atividades da qualidade e respectivos resultados cumprem as providências planeadas, se elas são implementadas de maneira eficaz e se são adequadas para atingir os objectivos.»

A Auditoria Forense, tal como o nome indica, trata dos temas relacionados com a fraude e com os erros. Ele tem vindo a ser alvo de uma forte discussão e reflexão.

De acordo como o Instituto Português de Auditoria Interna, IPAI (2009:37), na sua tradução do Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna, o conceito de fraude é o seguinte:

«Quaisquer factos ilegais caracterizados pelo engano, encobrimento ou violação da confiança. Tais atos não dependem de ameaça de violência ou de força física. As fraudes são perpetradas por indivíduos e

organizações para se apropriarem de dinheiros, bens ou serviços; para evitarem o pagamento ou perda de serviços; ou para obterem vantagens pessoais ou comerciais».

Este conceito do IPAI aproxima-se significativamente do conceito de Fraude dado pela *International Standard on Auditing* (ISA 240) que define como «um ato intencional por um ou mais indivíduos entre gerência, os encarregados da governação, os empregados ou terceiros, envolvendo o uso de enganar para obter uma vantagem injusta ou ilegal». Segundo a *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE)* a fraude ocupacional divide-se em três principais categorias:

1. Corrupção;
2. Apropriação Indevida de Ativos;
3. Relato Financeiro/ Demonstrações Financeiras fraudulentas.

De acordo com a *ACFE* (2014:71), à 1ª categoria (Corrupção) corresponde a:

«A fraud scheme in which an employee misuses his or her influence in a business transaction in a way that violates his or her duty to the employer in order to gain a direct or indirect benefit (e.g., schemes involving bribery or conflicts of interest) ».

No que diz respeito a 2ª categoria (Apropriação Indevida de Ativos) corresponde a «A fraud scheme in which an employee steals or misuses the employing organization's resources (e.g., theft of company cash, false billing schemes or inflated expense reports) ».

Por fim, a *ACFE* define o Relato Financeiro/ Demonstrações Financeiras fraudulentas, como:

«A scheme in which an employee intentionally causes a misstatement or omission of material information in the organization's financial reports (e.g., recording fictitious revenues, understating reported expenses or artificially inflating reported assets) ».

THE FRAUD TREE

OCCUPATIONAL FRAUD AND ABUSE CLASSIFICATION SYSTEM

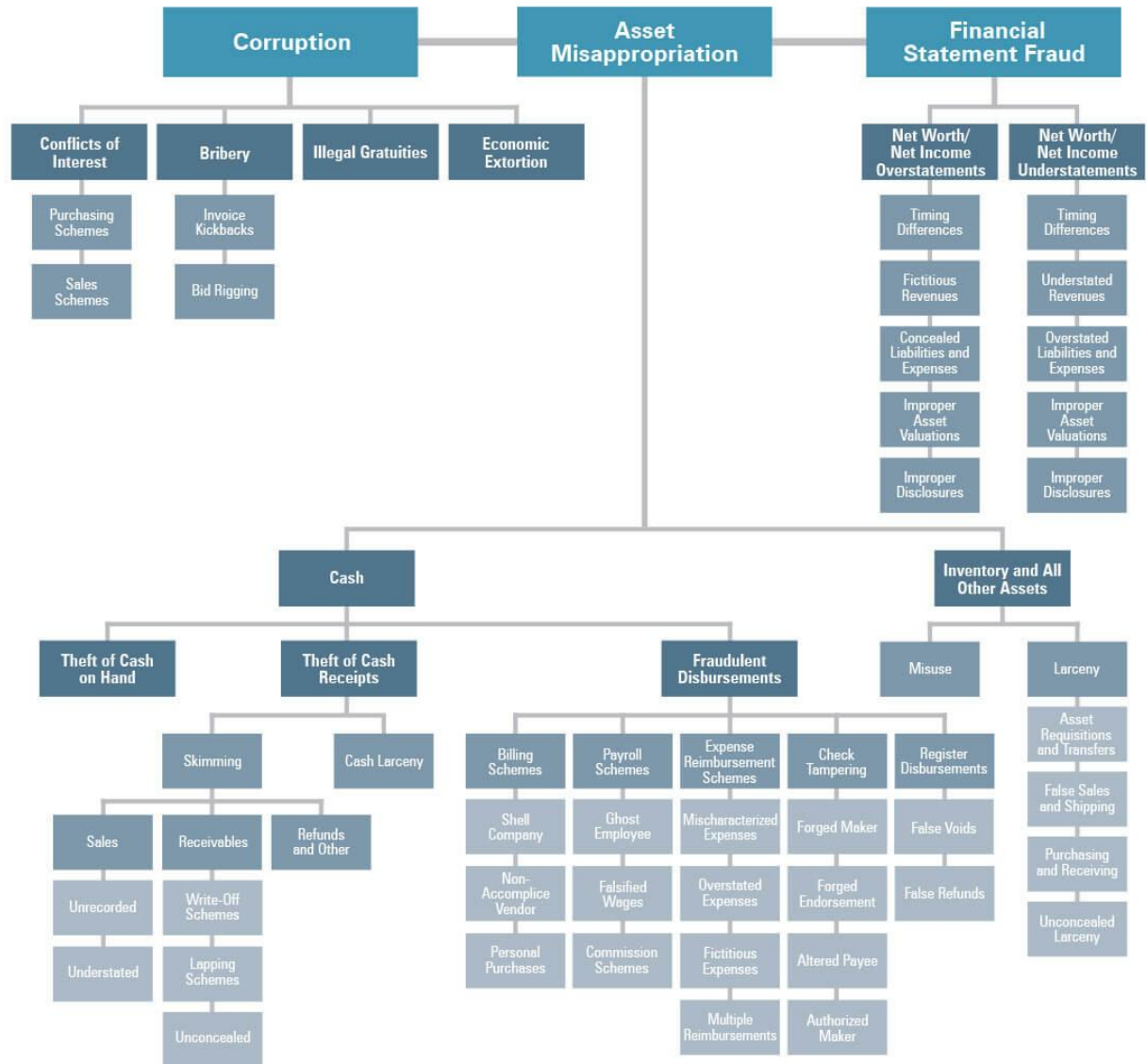


Fig.1 – Árvore da Fraude

Fonte: Association of Certified Fraud Examiners (2014)

Segundo Moura, H. (2004) existem várias formas de fraude:

- Falsificação: Elaboração de documentos, que levem a que eles sejam aceites como verdadeiros;
- Conivência: Forma de cumplicidade que consiste em proibir-se de prevenir, ou denunciar uma infração cuja premeditação se tem conhecimento;

- Furto: Apropriação indevida de algo com o objetivo de lucrar em benefício próprio, prejudicando a entidade;
- Corrupção: Aliciar alguém a agir desonestamente através de pagamentos ilícitos;
- Perjúrio: Delito em que alguém presta um falso testemunho, ou faz uma falsa acusação;
- Espionagem: Recolha e partilha de informações confidenciais que visem beneficiar ou prejudicar alguém.

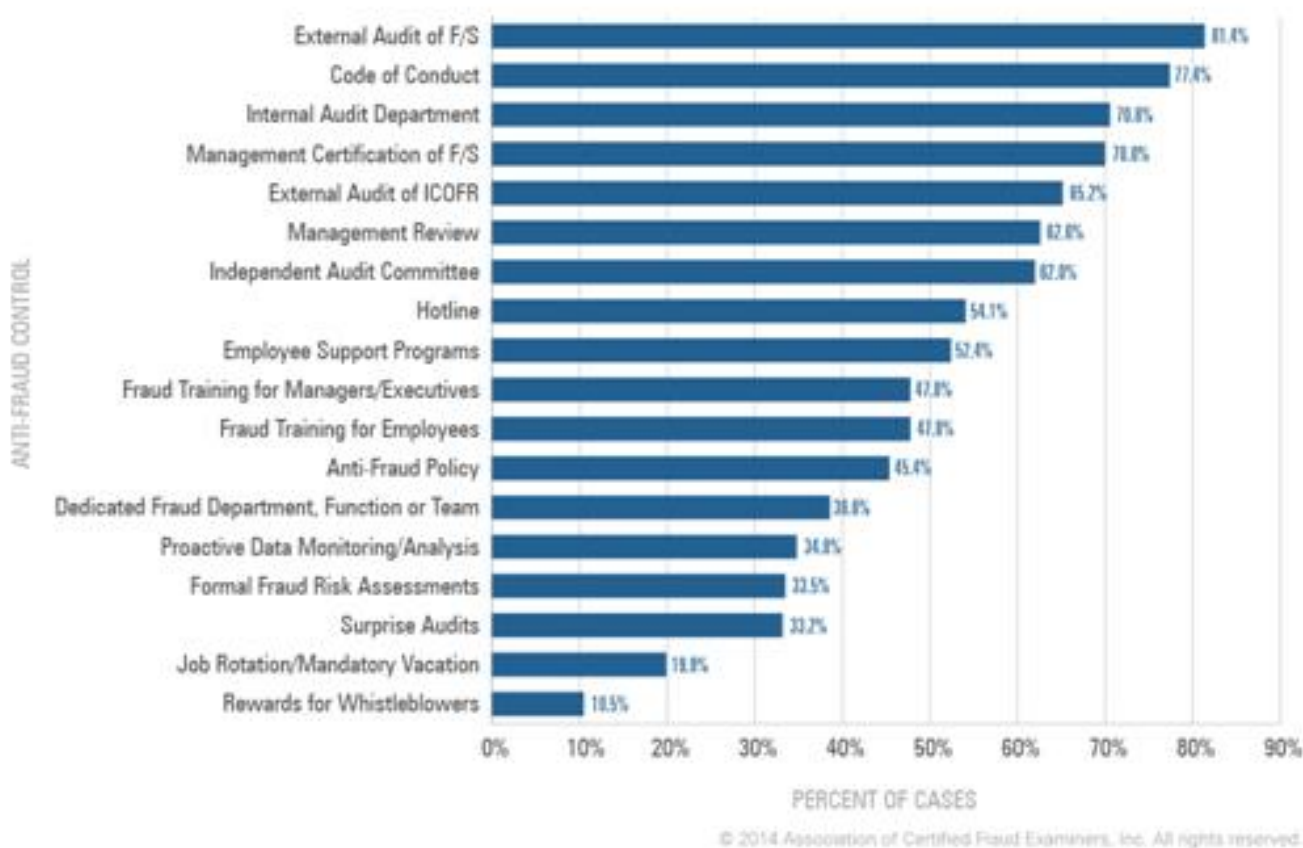


Fig.2 – Controlo Anti-Fraude

Fonte: *Association of Certified Fraud Examiners (2014)*

Conforme podemos ver no gráfico acima, a auditoria externa às demonstrações financeiras constitui a forma de controlo anti-fraude mais comum nas entidades. Cerca de 81,4% das organizações vítimas de fraude possuem auditorias externas independentes das suas demonstrações financeiras no momento da fraude. Mais de 70% das vítimas possuem um código de conduta, um departamento de auditoria interna e certificação da gestão das DF's. Segundo o estudo da *ACFE* a opinião dos auditores os mecanismos de controlo interno mais importantes na deteção e prevenção de fraude de

relato financeiro são: recompensas a delatores, existências de departamento de auditoria interna e de um sistema *hotline* (isto é, um sistema que garante uma rápida eliminação de falhas e restauração do mesmo, mas também determina a causa da falha).

A Auditoria dos Sistemas de Informação, ou simplesmente auditoria informática, abrange um conjunto de procedimentos e de técnicas que permitem analisar, avaliar e controlar total ou parcialmente um sistema informático.

A Auditoria Informática adota os mesmos princípios dos outros tipos de auditorias. Deste modo, tem de conhecer bem a estrutura, a organização, as áreas funcionais, as competências atribuídas, os meios e o ambiente da entidade.

No entanto, assume características de diferenciação pois existe a necessidade em investimentos de *hardware* e *software*, tratando-se da chamada Auditoria dos Investimentos Informáticos. Do mesmo modo, os sistemas informáticos têm de ser protegidos nos seus aspectos físicos e lógicos, dando assim lugar à existência da Auditoria de Segurança Informática.

Segundo Carneiro, A. (2009) os principais objetivos são:

- Proteger as suas atividades e recursos;
- Verificar se as suas atividades se desenvolvem eficientemente e de acordo com as normas informáticas e gerais;
- Confirmar se o hardware e o software que se pretendem adquirir correspondem inteiramente às necessidades de todo o sistema;
- Conseguir analisar a eficácia exigida na situação da entidade em causa;
- Garantir o controlo da função informática;
- Analisar a eficiência dos sistemas informáticos que comporta;
- Avaliar a adequação e a eficácia dos procedimentos de controlo;
- Verificar as condições em que ocorre a exploração dos procedimentos de controlo e os processos de segurança inerentes, no que respeita a hardware e software, dados, informações e até o próprio pessoal;
- Preparar e executar a análise técnica das fases de desenvolvimento e implementação e exploração de uma dada aplicação informática;
- Verificar o cumprimento das normas gerais da empresa no que se refere à função informática;

- Rever a eficácia da gestão dos recursos materiais e humanos que pertencem a essa função.

2.2. Sistema de Controlo Interno

Com a evolução, para se obter a eficácia das operações, as entidades necessitam de ter um bom sistema de controlo interno (SCI), de modo a que com essa ferramenta consigam obter processos económicos, eficientes e eficazes.

Existem vários conceitos dados por diversos autores e organismos para definir controlo interno, apesar de as definições serem diferentes, a natureza é igual, independentemente das diversas definições.

Os autores Arens, A., Elder, R., Beasley, M. (2006) afirmam que «um bom controlo interno previne mais desfalques do que os que são encontrados pelos bons auditores».

Segundo a norma do *International Federation of Accountants* (IFAC, 2001) o sistema de controlo interno de uma entidade, seja pública ou privada, compreende:

[o] plano de organização e todos os métodos e procedimentos adotados pela administração de uma entidade para auxiliar a atingir o objetivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta dos seus negócios, incluindo a aderência às políticas da administração, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Já *COSO* define controlo interno como:

[u]m processo, efetuado pela direção de uma entidade de administração, gestão e outro pessoal. Este processo foi concebido para proporcionar uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos de eficácia e eficiência das operações, confiabilidade dos relatos financeiros e conformidades com leis e regulamentos aplicáveis.

O *Institute of Internal Auditors* (IIA) determina que o controlo interno visa assegurar os seguintes objetivos:

- A confiança e a integridade da informação;
- A conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos;
- A salvaguarda dos ativos;
- A utilização económica e eficiente dos recursos;
- A realização dos objetivos estabelecidos para as operações ou programas.

2.2.1 Modelos de Controlo Interno

Nos últimos anos tem-se assistido à divulgação de grandes escândalos, tudo isto face ao enorme desenvolvimento das TIC'S (Tecnologias de informação e comunicação). Para combater as causas que levam a estes escândalos foram criados modelos de controlo interno, tendo como ponto de origem o relatório de *Treadway*.

Os modelos de controlo interno são vários como por exemplo: *COBIT* (*Control Objectives for Information and Related Techonology*), *COCO* (*Criteria of Control Framework*), *COSO* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commisssion*) e as suas respectivas actualizações, *Turnbull* e a lei *Sarbanes-Oxley*. O *COSO*, a par com o *Turnbull*, são os modelos mais utilizados internacionalmente, visto que os princípios gerais e os seus objetivos são comuns aos dois.

2.2.2 Componentes do Controlo Interno

Como foi referido anteriormente, o *COSO*, sendo um modelo para evitar fraudes e assegurar um correto funcionamento das organizações, tem como objetivo principal a prossecução de um controlo interno eficaz e eficiente. Para tal necessita de responder aos objetivos da melhor forma possível:

- Eficácia e Eficiência das operações;
- Fiabilidade do relato financeiro;
- Conformidade com as leis e regulamentos.

Além destes objetivos o *COSO* ainda tem 5 componentes muito importantes que estão interligados com os objetivos em cima referidos:

- Ambiente de controlo, encontra-se na base de todos os outros princípios. Neste componente dá-se primazia a importância da disciplina, estrutura, integridade e até mesmo valores éticos, para poder influenciar o mais corretamente possível os outros componentes e dar uma boa imagem da empresa;
- Avaliação dos riscos, deve ser feita uma correta análise para não colocar em causa a prossecução dos objetivos já referidos, essenciais para um correto sistema de controlo interno;
- Atividades de controlo, são as medidas e políticas realizadas após a avaliação dos riscos de forma a minimizar os impactos que estes possam ter na entidade;
- Informação e comunicação, liga todos os restantes componentes sobretudo o ambiente de controlo e a monitorização, assegurando que existe uma ligação entre estes, para que não exista um desperdício de tempo e para poder atuar melhor se for o caso, pois deve ligar todos os departamentos da entidade;
- Monitorização, este componente é fulcral uma vez que deve ser feita uma supervisão à entidade no seu geral, entidades externas que tenham interferência na nossa, bem como as medidas de controlo interno adotadas para que os objetivos possam ser concretizados de forma eficiente e eficaz. Algumas medidas para a realização deste componente são os questionários e testes.

2.2.3 Limitações do Sistema de Controlo Interno

Quando as organizações implementam um SCI, tal não significa que estejam a funcionar bem, antes pelo contrário, por muito estruturado e desenvolvido que seja o SCI, não garante a partida que os objetivos estão a ser atingidos (eficácia e eficiência das operações, fiabilidade do relato financeiro e conformidade com as leis e regulamentos).

De acordo com o SATAPOCAL (2006) existem diversos fatores que podem influenciar a inoperacionalidade do SCI, que são:

- A falta de interesse por parte do órgão de gestão na manutenção de um bom SCI;
- O órgão de gestão, pode em muitos casos, ultrapassar ou ladear as técnicas de controlo por si implementadas;

- No caso de pequenas organizações, a segregação de funções é de difícil implementação;
- A existência de erros humanos, conluios e fraudes que podem decorrer da falta de competência ou de integridade moral, os quais podem ser dificultados, não evitados pela segregação de funções;
- Transações e meios de trabalho inadequados e ultrapassados;
- Ineficiente controlo das aplicações informáticas e do ambiente informático, o que pode possibilitar o acesso direto a ficheiros ou a prática de operações fraudulentas;
- Utilização abusiva ou arbitrária dos poderes de autorização de operações por parte daqueles a quem os mesmos foram confiados.

2.3. Procedimentos de Auditoria a Executar em Freguesias

Os procedimentos que o auditor deve ter para execução da revisão legal das contas dos municípios são, de certo ponto, iguais aos praticados a entidades privadas.

De acordo com a ISA 300 e 320, é da responsabilidade do auditor expressar uma opinião independente e profissional tendo em consideração o exame que foi efetuado às demonstrações das autarquias locais, no qual deve seguir as normas de auditoria. As mesmas exigem que o exame seja planeado de forma a obter um grau de segurança aceitável sobre as demonstrações financeiras e se as demonstrações financeiras das autarquias estão isentas de distorções materialmente relevantes.

O objetivo do planeamento é definir uma estratégia que garanta ao auditor orientações sobre a metodologia ideal de trabalho a adotar, como também dos prazos para a conclusão dos trabalhos com a apresentação do relatório de auditoria.

Como é público, para a elaboração da Certificação Legal das Contas, é necessário que o auditor compreenda o negócio, como também lhe cabe analisar o sistema de controlo interno que está implementado na autarquia, de forma a avaliar a existência de riscos.

Segundo a DRA400, o conceito de risco é definido como «a susceptibilidade do revisor/auditor dar uma opinião de revisão/auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estejam distorcidas de forma materialmente relevante».

Segundo a ISA 240, as distorções que aparecem nas demonstrações financeiras podem resultar de fraude ou de erro, apesar de o objetivo do auditor não ser a de detectar fraudes e erros.

No que ao risco se refere, é possível apresentar as seguintes noções:

- Risco Inerente: «é a susceptibilidade de um saldo de conta ou classe de transacções conter uma distorção que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, assumindo que não existem os respectivos controlos internos»;
- Risco de controlo: «a susceptibilidade de uma distorção, que possa ocorrer num saldo de conta ou numa classe de transacções e que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, não vir a ser prevenida ou detectada e corrigida atempadamente pelo sistema de controlo interno»;
- Risco de detecção: «a susceptibilidade dos procedimentos substantivos executados pelo revisor/auditor não virem a detectar uma distorção que exista num saldo de conta ou classe de transacções que possa ser materialmente relevante, considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes».

TIPO DE RISCO	ÁREA	CATEGORIZAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO	RESPOSTA
Inerente		•Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência política - N/A (Não controlável pelo Revisor) - Limites de endividamento municipal apertados - Ter atenção ao ano de eleições autárquicas - Bens de Domínio Público significativos 	• N/A (Não controlável pelo Revisor)
Negócio		•N/A	<ul style="list-style-type: none"> - O Município tem por missão satisfazer as necessidades dos Municípios, e depende das verbas transferidas do Orçamento de Estado 	• Não aplicável
Fraude		• Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar se existem muitas obras em execução com trabalhos a mais - Controlos apertados por parte de diversas entidades fiscalizadoras - Ter atenção ao ano de eleições autárquicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Indagações ao Órgão Executivo e junto dos Departamentos sobre o conhecimento de situações de fraude (incluir na DOG) - Análise pormenorizada dos contratos/obras mais importantes (aspectos legais, justificação para trabalhos a mais, desvios, ...) - Analisar o relatório anual de sobre a execução do Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

TIPO DE RISCO	ÁREA	CATEGORIZAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO	RESPOSTA
Controlo	-Global	•Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma Norma de Controlo Interno (NCI) - Avaliar o Sistema Controlo Interno implementado - Por norma, temos um Ambiente de Controlo favorável, com eventuais limitações a nível da área do Imobilizado 	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar os procedimentos de acordo com o NCI e posteriores actualizações - Efectuar testes de controlo nas áreas que se justificar - Verificar a implementação das recomendações sugeridas

Fig.3 – Tipos de Risco

Fonte: OROC – Procedimentos de auditoria a adotar na revisão legal das contas municipais

RISCO DE CONTROLO POR ÁREA

O risco de controlo por área pode ser esquematizado da seguinte forma:

ÁREA	RISCO/PROBLEMA	NÍVEL	JUSTIFICAÇÃO	RESPOSTA AUDITORIA
Investimentos Financeiros	Não aplicação do MEP	N/A		
Imobilizado Compras Terceiros Amortizações Subsídios para Investimentos	- Bens do imobilizado não cadastrados - Bens de domínio público não estarem registados - Incorrecta inventariação inicial dos bens - Impactos significativos nas amortizações - Transferências de Imobilizado em Curso para Imobilizado firme - Titularidade	- Alto	- Controlos insuficientes e/ou deficientes nesta área - Necessidade de actualização da Norma de Controlo Interno - Informação dispersa por vários departamentos - Novas regras aplicáveis à Contratação Pública para adjudicação de Empreitadas e Bens do Imobilizado	- Actualizar a informação recolhida em ano(s) precedente(s) - Verificação da implementação das recomendações - Testes de conformidade às aquisições efectuadas - Leitura das actas da Câmara Municipal - Analisar afectações e desafectações decididas na Assembleia Municipal

ÁREA	RISCO/PROBLEMA	NÍVEL	JUSTIFICAÇÃO	RESPOSTA AUDITORIA
Existências	- Sem relevância	- Baixo	- Procedimentos da Norma de Controlo Interno não são suficientes	- Testar procedimentos nesta área - Assistir contagens físicas
Terceiros Prestação de Serviços Impostos e Taxas Acréscimo de Proveitos	- Situações esporádicas relacionadas com a especialização	- Baixo	- Procedimentos de controlo definidos na Norma de Controlo Interno estão em funcionamento - Grande parte das receitas provém do Orçamento de Estado	- Revisão analítica - Teste global à facturação emitida (gaps, sequência, totalidade, etc) - Consulta no site das Finanças dos valores transferidos - Consulta de processos judiciais em curso
Transferências e Subsídios Obtidos	- Sem risco	- N/A	- Transacções simples e facilmente analisadas provenientes do Orçamento de Estado	- Obtenção e análise da Certidão da DGAL
Caixa Depósitos em Instituições Financeiras	- Sem risco	- N/A	- Bons controlos na tesouraria - Contagens periódicas - Conciliações bancárias periódicas	- Testes de conformidade (contagem ao caixa; pagamentos autorizados; cobranças com entrada dos meios monetários; etc)
Transferências e Subsídios Concedidos	- Sem risco	- N/A	- Acompanhamento próximo dada a proximidade com as entidades	- Leitura de actas da Câmara Municipal, Contratos e Relatórios de acompanhamento
Fornecedores Administração Autárquica Compras	- Falta de registo de facturas por restrições orçamentais - Existência de passivos omissos	- Médio	- Os procedimentos constam da Norma de Controlo Interno (NCI) - Sujeito a inúmeras aprovações/controlo - Registo de facturas aquando do pagamento	- Testes de conformidade para avaliar tratamento dado às facturas recebidas - Revisão analítica - Circularização de terceiros - Corte de operações

ÁREA	RISCO/PROBLEMA	NÍVEL	JUSTIFICAÇÃO	RESPOSTA AUDITORIA
Empréstimos Encargos Financeiros	- Separação correcta do curto prazo e do médio/longo prazo	- Baixo	- Bons controlos de tesouraria - Legislação apertada	- Mapas de endividamento - Reporte de endividamento - Circularização de Bancos
Custos com o Pessoal Recursos Humanos	- Sem risco, excepto no que se refere aos valores debitados pela ADSE	- Baixo	- Como se trata de uma entidade pública, a legislação em vigor define e limita o valor dos salários e abonos	- Indagações - Testes de conformidade ao processamento de salários - Revisão analítica - Circularização da ADSE
Fornecimentos e Serviços Externos	- Falta de registo de facturas, mas com acréscimo de custo	- Baixo	- Procedimentos de circuito da despesa fortes e controlados	- Testes de conformidade - Revisão analítica - Substanciação reduzida
Outros Diversos	- Insuficiente cobertura de seguro do imobilizado - Processos judiciais Sist. Inf. Medidata com limitações	- Médio		- Circularização das Companhias de Seguros - Circularização dos Advogados

Fig.4 – Risco de Controlo

Fonte: OROC – Procedimentos de auditoria a adotar na revisão legal das contas municípios

RISCO DE DISTORÇÃO MATERIAL POR ÁREA

O risco de distorção material por área pode ser esquematizado da seguinte forma:

ÁREA	RISCO/PROBLEMA	NÍVEL	JUSTIFICAÇÃO	RESPOSTA AUDITORIA
Imobilizado Compras Terceiros Amortizações Subsídios para	- Bens do imobilizado não cadastrados - Bens de domínio público não estarem registados - Incorrecta inventariação inicial dos bens - Impactos significativos nas amortizações - Transferências de imobilizado em Curso para Imobilizado firme - Titularidade	- Alto	- Valores elevados - Controlos deficientes - Alterações patrimoniais frequentes - Obras em curso (transferem para imobilizado firme com base no Auto de recepção definitivo e não com base no Auto de recepção provisório) - Obras realizadas e não registadas/facturadas	- Justificando-se, reserva aos saldos iniciais - Revisão analítica - Testes de substanciação (aquisições, permutas, doações, abatos, alienações, transferências, amortizações) - Comprovativo da titularidade (incluindo Certidões Prediais) - Verificação física de bens - Circularização alargada a fornecedores de imobilizado e entidades comparticipantes (DREN, CCDRN, etc) - Teste razoabilidade dos subsídios ao investimento
Investimentos Financeiros	- Sobreavaliação das participações financeiras	- Médio	- Não aplicação do MEP às participações com influência significativa (ter atenção às E.M.)	- Pedir as DF's das participadas e analisar impacto da não adopção do MEP
Existências	- Sem relevância	- Baixo	- Valores imateriais	
Terceiros Prestação de Serviços Impostos e Taxas Acréscimo de Proveitos	- Situações esporádicas relacionadas com a especialização	- Baixo	- Grande parte das receitas provém do Orçamento de Estado e facilmente analisam-se os proveitos que faltam especializar	- Efectuar os testes substantivos que se mostrarem necessários - Testar o corte de operações

ÁREA	RISCO/PROBLEMA	NÍVEL	JUSTIFICAÇÃO	RESPOSTA AUDITORIA
Transferências e Subsídios Obtidos	- Sem risco	- Baixo	- Transacções simples e facilmente analisadas provenientes do Orçamento de Estado	- Comparar os registos contabilísticos com a Certidão da DGAL
Caixa Depósitos em Instituições Financeiras	- Sem risco	- Baixo	- Os procedimentos de Controlo Interno instituídos funcionam	- Folha do caixa - Conciliações bancárias - Circularização Bancos
Fundos Próprios	- Inventariação inicial - POCAL - Sucessivas correcções ao inventário inicial - Impactos no RLE	- Médio	- Existência de contínuas correcções ao inventário inicial - Efeitos da não aplicação do MEP às participações significativas	- Revisão analítica - Cálculo dos efeitos da não adopção do MEP - Leitura da acta da AM da apreciação das contas - Analisar os ajustamentos efectuados no exercício
Transferências e Subsídios Concedidos	- Sem risco	- Baixo	- Acompanhamento próximo dada a proximidade com as entidades	- Testes substantivos - Análise dos Contratos - Recolha do Mapa de subsídios e transferências
Fornecedores Administração Autárquica Outros Credores Compras	- Falta de registo de facturas por restrições orçamentais - Existência de passivos omissos	- Médio	- Os procedimentos constam da Norma de Controlo Interno (NCI) - Sujeito a inúmeras aprovações/controlo - Registo de facturas aquando do pagamento	- Circularização de terceiros - Analisar as facturas reclamadas e não contabilizadas - Analisar o impacto do registo de facturas de exercícios anteriores
Empréstimos Encargos Financeiros	- Separação correcta do curto prazo e do médio/longo prazo	- Baixo	- Bons controlos de tesouraria - Legislação apertada	- Limites de endividamento - Circularização de Bancos - Teste à razoabilidade e especialização de juros
Estado e Outros Entes Públicos	- Sem risco, pois trata-se de uma entidade pública	- Baixo	- Bons controlos de tesouraria na área dos pagamentos	- Recolha de Certidões de não dívida das Finanças, CGA e Segurança Social

ÁREA	RISCO/PROBLEMA	NÍVEL	JUSTIFICAÇÃO	RESPOSTA AUDITORIA
Custos com o Pessoal Recursos Humanos	- Sem risco, excepto no que se refere aos valores debitados pela ADSE	- Baixo	- Como se trata de uma entidade pública, a legislação em vigor define e limita o valor dos salários e abonos	- Revisão analítica - Teste ao processamento de salários - Analisar a resposta obtida da ADSE
Fornecimentos e Serviços Externos	- Falta de registo de facturas, mas com acréscimo de custo	- Baixo	- Procedimentos de circuito da despesa fortes e controlados	- Revisão analítica - Analisar especialização - Substanciação reduzida
Resultados Extraordinários	- Registo incorrecto ou insuficiente das operações subjacentes	- Médio	- Registos baseados nos fluxos financeiros e não nos valores contratuais	- Análise das operações e obtenção dos contratos de suporte (P.ex: Alienações) - Transferência de subsídios para investimento para proveitos extraordinários
Outros Diversos	- Insuficiente cobertura de seguro do imobilizado - Processos judiciais - Sistema Informático da Medidata com limitações - Eventuais passivos não cabimentados	- Médio	- Complexidade dos processos em contencioso	- Circularização dos Advogados internos e externos do Município - Análise aos controlos gerais e aplicativos dos Sistemas de Informação - Conciliação entre dados patrimoniais e orçamentais - Testar mapas de execução orçamental - Testar Mapa de endividamento

Fig.5 – Risco de Distorção

Fonte: OROC – Procedimentos de auditoria a adotar na revisão legal das contas municipais

A prova de auditoria deve ser apropriada e suficiente de modo a permitir que o auditor extraia dessas informações conclusões razoáveis nas quais se baseia para emitir a sua opinião. Para obter essas conclusões será necessário fazer os testes de controlo e procedimentos substantivos. Conforme consta na DRA 510, entende-se por testes de controlo todos aqueles que sejam realizados de forma à obtenção de prova sobre os sistemas contabilístico e de controlo interno, com vista a:

- Constatar a sua existência;
- Avaliar se é adequada a sua concepção, devendo esta visar a prevenção e/ou deteção e correção de distorções materialmente relevantes;
- Avaliar o seu funcionamento eficaz ao longo do período sob exame.

Já quanto aos procedimentos substantivos existem dois tipos de forma a detectar distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras, que são:

- Teste ao conteúdo das transacções e dos saldos;
- Procedimentos analíticos.

2.4 Sector Público

2.4.1 Sistema de Controlo Interno na Administração Pública

De acordo com o Decreto-Lei nº 166/98, o XIII Governo concedeu um lugar de destaque à função de controlo no quadro da forma da administração pública, dando realce para o «reforço e revisão do sistema de controlo financeiro». De acordo o artigo nº2 do mesmo Decreto-Lei, o SCI compreende «os domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial e visa assegurar o exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da administração pública». Este define o controlo interno como sendo a:

[v]erificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão, relativamente as atividades, programas, projetos, ou operações de entidades de direito público ou privado, com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental em matéria de finanças públicas, nacionais e comunitárias, bem como de outros interesses financeiros nos termos da lei.

Os componentes que integram o SCI são as inspeções-gerais, a Direcção-Geral do Orçamento, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e os órgãos e serviços de inspeção, auditoria ou fiscalização que tenham como função o exercício do controlo interno.

Conforme consta o artigo nº4 do Decreto-Lei nº 166/98, o SCI está estruturado em três níveis de controlo:

- Controlo Operacional: que consiste na verificação, acompanhamento e informação, centrado sobre decisões dos órgãos de gestão das unidades de execução de ações, é constituído pelos órgãos e serviços de inspeção, auditoria ou fiscalização inseridos no âmbito da respectiva unidade;
- Controlo Sectorial: que consiste na verificação, acompanhamento e informação perspectivados preferentemente sobre a avaliação do controlo operacional e sobre a adequação da inserção de cada unidade operativa e respectivo sistema de gestão, nos planos globais de cada ministério ou região, sendo exercido pelos órgãos sectoriais e regionais de controlo interno;
- Controlo Estratégico: que consiste na verificação, acompanhamento e informação, perspectivados preferentemente sobre a avaliação do controlo operacional e controlo sectorial, bem como sobre a realização das metas traçadas nos instrumentos provisionais, designadamente o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado.

Pode-se visualizar na figura seguinte, os três níveis de controlo interno no sector público.

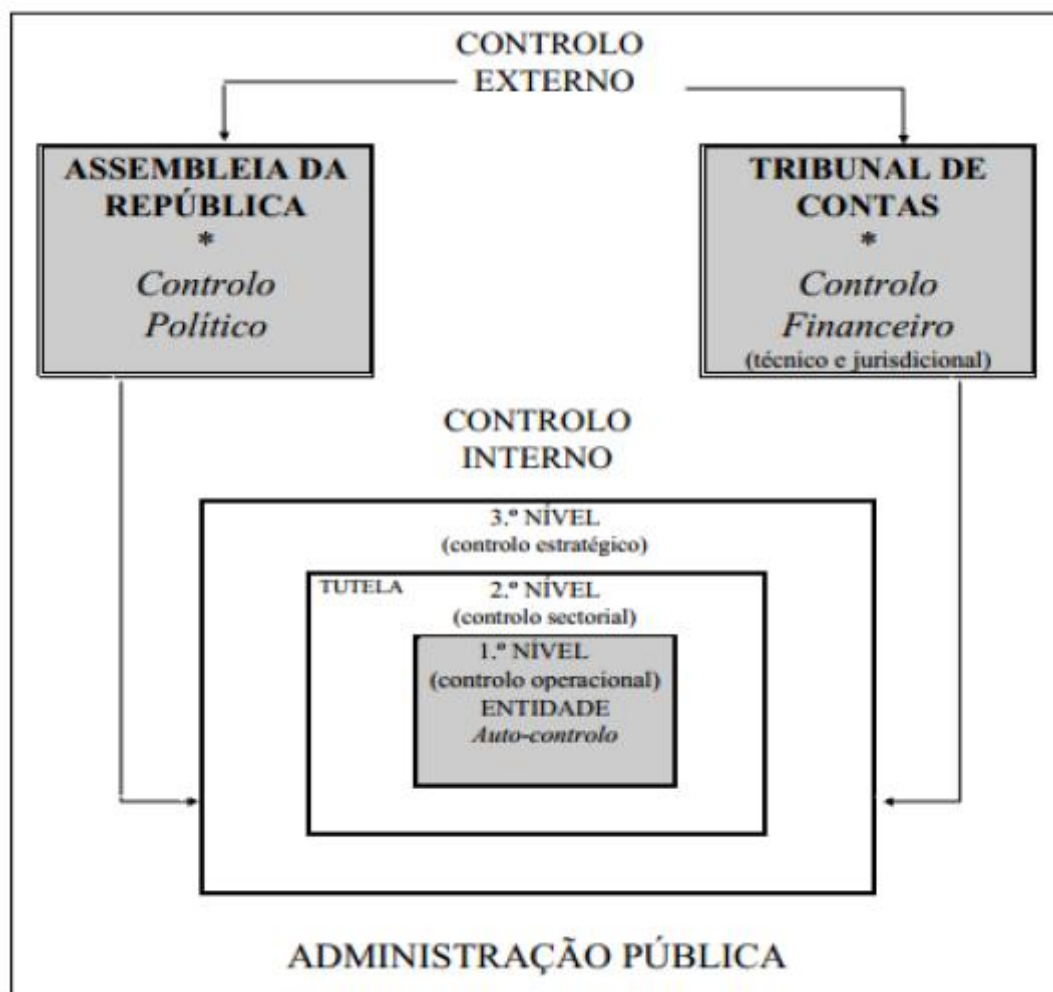


Fig.6 – Nível de Controlo Interno Sector Público

Fonte: Tribunal Contas (1999)

2.4.2 Lei de Enquadramento Orçamental

A Lei de enquadramento orçamental (Lei nº91/2001) tem como objetivo estabelecer:

- As disposições gerais e comuns de enquadramento dos orçamentos de contas de todo o sector público;
- As regras e os procedimentos relativos à organização, elaboração, apresentação e execução do Orçamentos do Estado, incluindo o da Segurança Social, e a correspondente fiscalização e responsabilidade orçamental;
- As regras relativas à organização, elaboração, apresentação, discussão e votação do orçamento de estado.

Sendo esta uma lei de enquadramento orçamental, existem princípios e regras que têm que ser cumpridos, que são:

- Anualidade: todos os orçamentos são anuais;
- Unidade e universalidade: compreende todas as receitas e despesas dos serviços integrados, serviços e fundos autónomos e Segurança Social;
- Não compensação: receitas e despesas pelo valor global;
- Não consignação: não pode afetar-se o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas, excepto em situações previstas na lei;
- Especificação: transparência das despesas e receitas, sem utilizações abusivas de «Diversos»;
- Equilíbrio: recursos necessários para cobrir todas as despesas.

2.4.3 Regime Financeiro das Autarquias Locais

Com a aprovação do novo regime financeiro das autarquias locais (lei nº73/2013), previu-se um conjunto de princípios fundamentais que pretendem assegurar uma efetiva coordenação entre administração central e local no plano financeiro e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

O sector local está sujeito aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, que são:

- **Princípio da legalidade** - A atividade financeira das autarquias locais exerce-se no quadro da Constituição, da lei, das regras de direito da União Europeia e das restantes obrigações internacionais assumidas pelo Estado português. São nulas as deliberações de qualquer órgão das autarquias locais que envolvam o exercício de poderes tributários, determinem o lançamento de taxas não previstas na lei ou que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por lei;
- **Princípio da estabilidade orçamental** - O princípio da estabilidade orçamental pressupõe, a aprovação e execução dos orçamentos, a sustentabilidade financeira das autarquias locais, bem como uma gestão orçamental equilibrada, incluindo as responsabilidades contingentes por si assumidas. As autarquias locais não podem assumir compromissos que coloquem em causa a respetiva estabilidade orçamental;

- **Princípio da autonomia financeira** - As autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. A autonomia financeira das autarquias locais assenta, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos: a) Elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, orçamentos e outros documentos previsionais, bem como elaborar e aprovar os correspondentes documentos de prestação de contas; b) Gerir o seu património, bem como aquele que lhes seja afeto; c) Exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos; d) Liquidar, arrecadar, cobrar e dispôr das receitas que por lei lhes sejam destinadas; e) Ordenar e processar as despesas legalmente autorizadas; f) Aceder ao crédito, nas situações previstas na lei;
- **Princípio da transparência** - A atividade financeira das autarquias locais está sujeita ao princípio da transparência, que se traduz num dever de informação mútuo entre estas e o Estado, bem como no dever de divulgar aos cidadãos, de forma acessível e rigorosa, a informação sobre a sua situação financeira. O princípio da transparência aplica-se igualmente à informação financeira respeitante às entidades participadas por autarquias locais e entidades intermunicipais que não integrem o sector local, bem como às concessões municipais e parcerias público-privadas;
- **Princípio da solidariedade nacional recíproca** - O Estado e as autarquias locais estão vinculados a um dever de solidariedade nacional recíproca que obriga à contribuição proporcional do sector local para o equilíbrio das contas públicas nacionais. Tendo em vista assegurar a consolidação orçamental das contas públicas, em situações excecionais e transitórias, podem ser estabelecidos, através da Lei do Orçamento do Estado, limites adicionais à dívida total autárquica, bem como à prática de atos que determinem a assunção de encargos financeiros com impacto nas contas públicas pelas autarquias locais. A Lei do Orçamento do Estado pode determinar transferências do Orçamento do Estado de montante inferior àquele que resultaria das leis financeiras especialmente aplicáveis a cada subsector, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado nas áreas da solidariedade e da segurança social. A possibilidade de redução depende sempre da verificação de circunstâncias excecionais imperiosamente exigidas pela rigorosa observância das obrigações decorrentes do Programa de Estabilidade e Crescimento e dos princípios da proporcionalidade, do não arbítrio e da solidariedade recíproca, e carece de

audição prévia dos órgãos constitucional e legalmente competentes dos subsectores envolvidos;

- **Princípio da equidade intergeracional** - A actividade financeira das autarquias locais está subordinado ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, salvaguardando as suas legítimas expectativas através de uma distribuição equilibrada dos custos pelos vários orçamentos num quadro plurianual. O princípio implica a apreciação no plano da incidência orçamental, a apreciação, nomeadamente, dos investimentos aprovados, dos encargos com passivos financeiros, das necessidades de financiamento das entidades participadas pela autarquia, dos compromissos orçamentais e das responsabilidades contingentes, dos encargos explícitos e implícitos em parcerias público-privadas, concessões e demais compromissos financeiros de carácter plurianual, bem como da despesa fiscal, nomeadamente compromissos futuros decorrentes de isenções fiscais concedidas, pelos municípios;
- **Princípio da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais** - A actividade financeira das autarquias locais desenvolve-se no respeito pelo princípio da estabilidade das relações financeiras entre o Estado e as autarquias locais, devendo ser garantidos os meios adequados e necessários à prossecução do quadro de atribuições e competências que lhes é cometido. A participação de cada autarquia local nos recursos públicos é determinada nos termos e de acordo com os critérios previstos no RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), visando o equilíbrio financeiro vertical (adequação dos recursos de cada nível de administração às respectivas atribuições e competências) e horizontal (correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau resultantes, designadamente, de diferentes capacidades na arrecadação de receitas ou de diferentes necessidades de despesas);
- **Princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado** - A coordenação entre finanças locais e finanças do Estado tem especialmente em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o país e a necessidade de atingir os objetivos e metas orçamentais traçados no âmbito das políticas de convergência a que Portugal se tenha vinculado no seio da União Europeia. A coordenação entre finanças locais e finanças do estado efetua-se através do Conselho de Coordenação Financeira, sendo as autarquias locais ouvidas antes da preparação

do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento do Estado, nomeadamente quanto à sua participação nos recursos públicos e à evolução do montante global da dívida total autárquica. Para este efeito podem igualmente ser estabelecidos deveres de informação e reporte adicionais tendo em vista habilitar as autoridades nacionais com a informação agregada relativa à organização e gestão de órgãos e serviços das autarquias locais;

- **Princípio da tutela inspetiva** - O Estado exerce tutela inspetiva sobre as autarquias locais e as restantes entidades do setor local, a qual abrange a respetiva gestão patrimonial e financeira e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia do poder local. O regime financeiro estabelece as regras orçamentais, dispostas no capítulo IV da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, às quais as entidades do setor local estão sujeitas. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, respeitando assim o equilíbrio orçamental, sendo apresentados anualmente e enquadrados num plano plurianual de programação orçamental (anualidade e plurianualidade). Os orçamentos das autarquias locais e das entidades intermunicipais compreendem todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira (unidade e universalidade).

2.4.4 Associação Nacional de Freguesias

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) é uma entidade de direito privado, de utilidade pública. Está estruturada em órgãos com competências e composição próprias: Conselho Geral, Conselho Diretivo e Conselho Fiscal. As delegações distritais são a forma descentralizada da representação da Associação a nível distrital, sendo ela um elo de ligação entre as Freguesias e o Conselho Diretivo. Para as freguesias serem associadas da ANAFRE, é necessário a deliberação do órgão executivo e a aprovação do órgão deliberativo.

A ANAFRE tem como objetivo a promoção, defesa e dignificação do poder local, designadamente, das freguesias e seus eleitos, valorizando a dimensão histórica e cultural das Autarquias Locais, como agente político e administrativo, para a garantia e defesa do interesse dos cidadãos do território da Freguesia, e em especial:

- A representação e defesa das Freguesias perante os órgãos de soberania;

- A realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local;
- A criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada às Freguesias associadas;
- O desenvolvimento de ações de informação e formação aos eleitos locais;
- A representação dos seus membros perante as organizações nacionais e internacionais.

2.5 Value for Money

O *Value for Money* surgiu no Reino Unido, cerca do ano de 1980 por intermédio do partido conservador liderado por *Margaret Thatcher*, quando assumiu o governo do país. Este estava atravessar uma grave crise económica, mas graças às suas políticas económicas que se centravam na desregulamentação do sector financeiro, na flexibilidade do mercado de trabalho e nas privatizações de empresas estatais conseguiu reerguer o seu país.

Nesse contexto o governo aprovou o documento «Local government planning and land act», cujos objectivos passavam nomeadamente pela criação de empresas de desenvolvimento, com benefícios fiscais, de modo a regenerar as áreas urbanas.

Segundo a *Northern Ireland Audit Office (NIAO)* os principais objetivos do *VfM* são:

- Fornecer à assembleia informação e sugestões independentes, sobre como tem usado os seus recursos de forma económica, eficaz e eficiente nos departamentos e órgãos públicos da administração local;
- Incentivar as entidades auditadas a melhorar o seu desempenho em alcançar o *VfM*, implementando as políticas necessárias.
- Identificar boas práticas e sugerir formas para que os serviços públicos possam ser melhorados. [Tradução Nossa]²

² Tradução livre do autor. No original :

The primary objectives of value for money (VFM) audit are to:

De acordo com *NIAO*, o ciclo do *VfM* passa por oito fases, que são:

- Pesquisa geral – O *Comptroller e Audit General's* decidem quais as áreas que são para analisar com base no levantamento geral e através dos exames realizados pelas equipas de auditoria;
- Proposta de estudo – A equipa de auditoria apresentam propostas de estudo, descrevendo em detalhe o que deve ser examinado;
- Planeamento – As equipas de auditoria criam um plano de trabalho em termos do tempo, custo e qualidade. (*The Time-Cost-Quality triangle*);
- Evidência, análises e documentação e elaboração de relatórios – As equipas de auditoria reúnem e sistematizam os elementos a fim de preparar a minuta do relatório;
- Liberação – onde o corpo auditado é revisto e confirmado o conteúdo no relatório;
- Publicação – o relatório é emitido e entregue ao órgão específico;
- PAC (*Public Accounts Committee*) – A maioria dos relatórios constituem a base de uma audiência com o Comité de Contas da Assembleia pública, que publica o seu relatório;
- Acompanhamento e monitorização – A entidade auditada responde ao relatório do *PAC e NIAO*, monitoriza o progresso da implementação do relatório de recomendações. [Tradução Nossa]³

-
- *provide the Assembly with independent information and advice about how economically, efficiently and effectively departments, agencies and other central government public bodies have used their resources;*
 - *encourage audited bodies to improve their performance in achieving value for money and implementing policy; and*
 - *Identify good practice and suggest ways in which public services could be improved.*

³ Tradução livre no autor. No original :

The VFM Cycle :

General Survey and Marking: *The C&AG decides what areas to examine on the basis of general survey and marking carried out by audit team; Study Proposal:* *Audit teams draw up Study Proposals outlining in detail what is to be examined; Planning:* *Audit teams set up a plan for the study in terms of time, cost and quality; Evidence, analysis and documentation and Report Drafting:* *Audit teams carry out work to*

Segundo a NIAO o *National Audit Act 1983*, estabelece que o *Comptroller e Audit General's* podem:

[r]ealizar exames relativos à economia, eficiência e eficácia a qualquer departamento do governo ou outro organismo relevante que tenha usado os seus recursos no exercício das suas funções. [Tradução Nossa]⁴

De acordo com o IPAI, podemos definir os 3 E's da seguinte maneira:

- **Economia:** A busca para a obtenção apropriada da quantidade e qualidade dos recursos físicos, humanos e financeiros (*INPUTS*) ao mais baixo custo;
- **Eficiência:** O equilíbrio entre bens e/ou serviços prestados (*OUTPUTS*) e os recursos utilizados para, ao produzir uma operação eficiente, obter o máximo com os recursos disponíveis;
- **Eficácia:** Quando uma actividade está a conseguir alcançar os seus objetivos.

Para além destes 3 E's, tem-se vindo a acrescentar mais conceitos aos estudos do *Value for Money* que são: capital (*Equity*), ambiente (*Environment*), ética (*Ethics*), responsabilidade (*Accountability*), conformidade (*Conformity*) e regularidade (*Regularity*).

Para a execução de um trabalho de *Value for Money* é necessário como sempre definir uma estratégia. Segundo os apontamentos do professor António da Trindade Nunes na

gather audit evidence in order to prepare a Draft report; Clearance: The Draft report is 'cleared' (facts confirmed) with the audited body; Publication: The report is published and laid in the Northern Ireland Assembly; PAC: Most reports will form the basis of a hearing of the Assembly Public Accounts Committee, which publishes its own Report; Follow-up and monitoring: The audited body responds to the PAC report and NIAO monitors progress in implementing NIAO and PAC Report recommendations.

⁴ *The Act states that the C&AG may:*

".. carry out examinations into the economy, efficiency and effectiveness with which any [government department or other relevant body] has used its resources in discharging its functions" - Section 6(1),

National Audit Act 1983.

disciplina de auditoria interna e operacional é necessário considerar os seguintes fatores-chave (PORTUGAL):

- *Pick the best opportunities*: Escolher as melhores oportunidades para a execução do *Value for Money*, isto é, aquelas mais relevantes para entidade onde seja possível gerar melhores resultados;
- *Onside with the client*: manter uma relação muito estreita com o cliente;
- *Risk/Materiality*: risco e materialidade, ter estes fatores em conta;
- *Track record*: obter evidência do trabalho;
- *Understand the system*: Compreender o sistema, ou seja estar a par do que se passa na organização, ou seja, conhecimento;
- *Good timing*: escolher o periodo ideal para a execução das tarefas;
- *Auditability*: deixar evidencias do trabalho realizado;
- *Level of staff experience required*: escolher os auditores com a experiência adequada para a execução do trabalho.

Para além disso, existem 6 passos essenciais para ter sucesso na elaboração de um projecto de *Value for Money*, que são:

- Selecção do projecto: utilizando os factores-chave para a sua definição estabelecer quando será executado, quem será a equipa de auditores a envolver e a duração do mesmo;
- Desenho dos termos de referência iniciais: Definir os objetivos, os outputs, os recursos necessários e o calendário;
- Análise com o cliente da abordagem;
- Concluir os termos de referência;
- Realizar um Estudo-Piloto;
- Concretizar o programa detalhado.

Conforme podemos visualizar na figura seguinte, existem dois grupos de requisitos básicos para o *Value for Money*: o primeiro respeita os componentes-chave e o segundo a estrutura e abordagem.



Fig.7 – Requisitos Básicos do VFM

Fonte: Elaboração Própria

3. Estudo Empírico

3.1 Metodologia

A metodologia a utilizar para a elaboração da dissertação passa principalmente pela utilização do estudo de caso. Segundo Yin (2003) estudo de caso é «uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos». O Modelo de estudo de caso que irei utilizar é a construção de explicações, ou seja, irei analisar as informações financeiras de dois anos, em dois municípios de Portugal (mais concretamente o do Seixal e de Almada). Depois irei proceder a comparação entre as freguesias dos concelhos escolhidos, de modo a emitir uma opinião sobre quais as que estão a ser mais eficientes, eficazes e económicas.

A diversidade do meu estudo de caso é explicativa, uma vez que regista os factos, analisa-os e, ao mesmo, interpreta-os e por fim identifica as suas causas.

Para além disso, será feita recolha de informação, tanto em pesquisas com recurso à internet, como com recurso à literatura, relacionada com o tema, de modo a sustentar não só a dissertação, como também para obter um prévio conhecimento sobre o tema.

3.2 Breve Introdução Histórica

Os dois municípios onde se enquadram as freguesias analisadas pertencem à margem sul do tejo.

O município do Seixal é terra de pescadores e de quintas senhoriais, estando a sua história muito ligada com a época romana e descobrimentos. Instalaram-se no Seixal vários estaleiros navais e iniciou-se o aproveitamento das marés com a construção do primeiro moinho de maré, o de Corroios, em 1403. Com esta profunda ligação ao rio existiam, naturalmente, diversas profissões como moleiros, calafates e carpinteiros de machado, entre outros.

Em redor da baía, é possível observar um conjunto de unidades fabris que foi o grande impulsionador do desenvolvimento económico do Concelho, como a Fábrica de Vidros da Amora, a Companhia de Lanifícios da Arrentela, a Fábrica de Cortiça Mundet, no Seixal e os edifícios da seca de bacalhau na Ponta dos Corvos. As instalações

fabris transformaram um Concelho relativamente rural num industrial. A inauguração da Siderurgia Nacional, em 1961 e da ponte sobre Tejo, em 1966, foram os grandes impulsionadores da explosão demográfica e do desenvolvimento económico e social no Concelho.

Nos dias de hoje, o Concelho do Seixal tem aproximadamente 160 mil habitantes e é constituído pelas quatro freguesias (União das Freguesias Seixal Arrentela e Aldeia de Paio Pires, Freguesia de Amora, Freguesia de Corroios e a Freguesia de Fernão Ferro).

O Concelho de Almada está presente nos grandes momentos da história de Portugal, graças à sua proximidade com o rio, o que permitiu que diversos povos se sedentarizassem e por aí trocaram as suas experiências e mercadorias. No final do século XIX Almada industrializa-se, com a actividade económica centrada no sector corticeiro e nas indústrias de moagem.

A partir do século passado, a instalação de novas indústrias motiva a explosão demográfica. A década de 60 fica marcada pela inauguração da Ponte sobre o rio Tejo e pela expansão dos estaleiros navais da Lisnave.

Nos dias de hoje, o Concelho de Almada tem aproximadamente 175 mil habitantes e é constituído por cinco freguesias (União das freguesias Charneca e Sobreda, União das Freguesias Laranjeiro e Feijó, União das Freguesias Caparica e Trafaria, União das Freguesias Pragal Almada Cova da Piedade e Cacilhas e Freguesia da Costa da Caparica).

3.3 Objectivos da Investigação

Estes são essencialmente recolher a informação contabilística e extra-contabilística das diversas freguesias, abrangendo os anos disponíveis (2014 e 2015) e analisá-la a nível da económica, da eficácia e da eficiência.

Sabe-se de antemão, que não existirá uma freguesia que consiga ser económica, eficiente e eficaz nos seus *outputs* e *inputs*. No entanto, quero com esta dissertação ver das freguesias analisadas, qual é a que mais se aproxima de melhor reunir os 3E's.

3.4 Recolha de Informação

A recolha de informação teve momentos altos e baixos, pois para fazer a devida comparação entre dois anos (2014-2015), houve freguesias que não disponibilizaram as informações. Nesse caso foi necessário o contacto formal, solicitando por correio eletrónico os elementos das respectivas freguesias, conforme em apêndice⁵.

Os documentos que solicitei para analisar foram:

- Mapa comparativo das despesas em relação ao período homólogo de 2014-2015;
- Mapa comparativo das receitas em relação ao período homólogo de 2014-2015;
- Mapa de controlo orçamental das receitas;
- Mapa de controlo orçamental das despesas só com a classificação económica;
- Inventário;
- Mapa de Pessoal.

Para além disso, pesquisei dados extra-contabilísticos das diversas freguesias, como o número de habitantes e área (em hectares).

Após as análises destas informações, serão criados documentos em Excel com os dados contabilísticos e extra contabilísticos de cada freguesia e de cada Concelho dos dois anos em análise comparativa.

⁵ Apêndice I - Correio eletrónico a solicitar elementos contabilísticos

4 Apresentação e Análise de Dados

4.1 Análise dos Municípios

Irei começar a análise dos dados, através da observação das receitas e das despesas de cada ano dos municípios em estudo.

Para analisar os objectivos do estudo em causa, solicitei às freguesias documentos contabilísticos e extra-contabilísticos, assim como recolhi dados no portal da Direção-Geral do Território e nos Anuários Financeiros das Freguesias Portuguesas. Dispondo dessas informações elaborei os seguintes quadros comparativos.

ANO 2014

Unidade:	VALORES					
	SEIXAL	%	ALMADA	%	TOTAL	%
Área: (Ha)	9.545	58,00	7.001	42,00	16.546	100,00
Habitantes:	157.919	48,00	174.030	52,00	331.949	100,00
Trabalhadores	105	42,00	144	58,00	249	100,00
Receitas (000€)						
Imp. Indirectos Mercados Cobertos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Transferências Correntes de Fundo						
Financiamento de Freguesias	1217	17,98	1336	21,89	2553	19,83
Transferências Cor. Câmara Municipal	2559	37,83	2276	37,29	4835	37,57
Taxas Especificas Mercados e Feiras	236	3,48	0	0,00	236	1,83
Festas Vila de Corroios	277	4,09	0	0,00	277	2,15
Outras Receitas	2477	36,62	2402	39,35	4879	37,91
Total Receitas	6766	100,00	6104	100,00	12870	100,00
Despesas (000€)						
Despesas com Pessoal	2111	43,10	2424	47,63	4534	45,41
Encargos das Instalações	128	2,61	144	2,82	272	2,72
Comunicações	54	1,10	91	1,79	145	1,45
Vigilância	147	3,01	0	0,00	147	1,47
Combustível	36	0,73	22	0,44	58	0,58
Limpeza e Higiene	30	0,61	0	0,00	30	0,30
Assistência Técnica	26	0,53	100	1,96	125	1,26
Estudos e Pareceres	43	0,88	55	1,07	98	0,98
Transf. Correntes Actv. Culturais e Desp.	371	7,57	109	2,14	480	4,80
Investimentos Construções Diversas	424	8,66	97	1,91	521	5,22
Conservação de Bens	38	0,78	0	0,00	38	0,38
Publicidade	49	1,00	0	0,00	49	0,49
Transf. Correntes Bolsa Prog.Ocup	0	0,00	76	1,50	76	0,77
Prémios e Condecorações	0	0,00	98	1,92	98	0,98
Transf. Correntes Escolas	0	0,00	177	3,49	177	1,78
Outras Despesas	1440	29,40	1696	33,33	3136	31,40

Total Despesas	4896	100,00	5089	100,00	9985	100,00
Diferença (000€)	1869	64,80	1015	35,20	2885	100,00

Quadro 1 – Quadro Comparativo dos Concelhos de Seixal-Almada – 2014

Fonte: Elaboração Própria

ANO 2015						
Unidade:	VALORES					
	SEIXAL	%	ALMADA	%	TOTAL	%
Área: (Ha)	9.545	58,00	7.001	42,00	16.546	100,00
Habitantes:	157.919	48,00	174.030	52,00	331.949	100,00
Trabalhadores	118	45,00	144	55,00	262	100,00
Receitas (000€)						
Impostos Indirectos Mercados Cobertos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos Directos	0	0,00	167	2,61	167	1,35
Transferências Correntes Fundo						
Financiamento de Freguesias	1215	20,20	1341	20,90	2556	20,56
Transferências Correntes Câmara Municipal	1428	23,74	2489	38,80	3917	31,51
Transferências Capital Câmara Municipal	0	0,00	256	3,99	256	2,06
Taxas Especificas Mercados e Feiras	472	7,84	0	0,00	472	3,80
Festas Vila Corroios	312	5,18	0	0,00	312	2,51
Outras Receitas	2589	43,04	2161	33,69	4751	38,22
Total Receitas	6017	100,00	6415	100,00	12431	100,00
Despesas (000€)						
Despesas com Pessoal	2066	40,69	2386	45,50	4451	43,13
Encargos das Instalações	253	4,97	166	3,17	419	4,06
Comunicações	44	0,86	81	1,54	125	1,21
Vigilância	151	2,98	24	0,46	175	1,69
Combustível	36	0,70	31	0,59	67	0,65
Limpeza e Higiene	44	0,86	0	0,00	44	0,42
Assistência Técnica	60	1,19	101	1,92	161	1,56
Estudos e Pareceres	65	1,28	82	1,56	147	1,43
Transf. Correntes Actv. Culturais e Desportivas	270	5,33	68	1,30	338	3,28
Investimentos Construções Diversas	409	8,05	0	0,00	409	3,96
Conservação de Bens	127	2,51	0	0,00	127	1,23
Publicidade	45	0,88	0	0,00	45	0,43
Prémios e Condecorações	0	0,00	89	1,69	89	0,86
Transf. Correntes Escolas	0	0,00	29	0,55	29	0,28
Outras Despesas	1507	29,69	2187	41,71	3694	35,80
Total Despesas	5076	100,00	5243	100,00	10320	100,00
Diferença (000€)	940	44,53	1171	55,47	2112	100,00

Quadro 2 – Quadro Comparativo dos Concelhos de Seixal – Almada 2015

Fonte: Elaboração Própria

Neste dois quadros, podemos verificar que o município do Seixal tem uma área de 9545 (ha), que corresponde a 58% do total. O município de Almada tem uma área de 7001 (ha) que corresponde a 42%. Logo ai verificamos que o primeiro tem uma área maior, face ao segundo. (diferença de 16%).

A nível de habitantes, Almada tem 174030 habitantes que correspondem a 52%, enquanto o Seixal tem 157919 habitantes que corresponde a 48%. São portanto dois concelhos com um número de habitantes semelhantes.

A nível de trabalhadores das juntas de freguesias em 2014, o município de Almada tinha 144 que corresponde a 58%, e no município do Seixal tem 105 que corresponde a 42%.

Já em 2015, houve um aumento de 13 trabalhadores do município do Seixal, tendo atingido os 45% e no município de Almada o número de os trabalhadores manteve-se.

Ao nível das receitas de 2014, o Concelho do Seixal tem uma maior percentagem no que diz respeito as transferências da Câmara (2.559 Milhares de euros [M€] que corresponde a 37,83%), enquanto no Concelho de Almada corresponde a 37,29% (2.276 M€). No que diz respeito ao Fundo de Financiamento Freguesias, Almada consegue ter 21,89% que corresponde a 1.336 M€, enquanto o Seixal tem 17,98% que corresponde a 1.217 M€. Quanto às receitas de 2015, Seixal aumentou a percentagem no Fundo de Financiamento das freguesias para 20,20% que corresponde 1.215 M€, em Almada mantem-se com 20,90% (embora ao nível monetário tivesse um aumento 5 M€). No que diz respeito às Transferência Correntes da Câmara Municipal, neste ano o Seixal teve uma quebra tanto a nível percentual como a nível financeiro (23,74% corresponde a 1.428 M€) e Almada um aumento de 1,51% (que corresponde a 213 M€).

Ao nível das Despesas do ano 2014, é Almada que gasta mais, tendo quase todas as rubricas a percentagem maior, 47,63% nas despesas pessoal, 1,79% nas comunicações (2.424 M€ e 91 M€). No Seixal, a percentagem para as mesmas rubricas são 43,10% e 1,10% (que corresponde a 2.111 M€ e 54 M€ respectivamente). Só existe uma rubrica em que o Seixal consegue ter uma percentagem maior do que em Almada. Essa rubrica é das Actividades Culturais.

No ano 2015, Almada continua a ter as maiores percentagens nas despesas de pessoal, comunicação (45,50% e 1,54% que corresponde a 2.386 M€ e a 81 M€ respectivamente), enquanto no Seixal a percentagem das despesas com pessoal e

comunicação são de 40,69% e 0,86%, que corresponde a 2.066 M€ e 44 M€. Nota-se que, em termos de atividades culturais, Seixal teve uma diminuição face ao ano passado, passando para 5,32% e Almada 1,30%.

Face a esta análise, verifica-se que o Seixal em 2014, conseguiu angariar mais receitas e incorrer em menos despesas, face a Almada, em 2015 é o oposto. Podemos concluir que ambos os municípios conseguem gerar receitas suficientes para suportar as despesas.

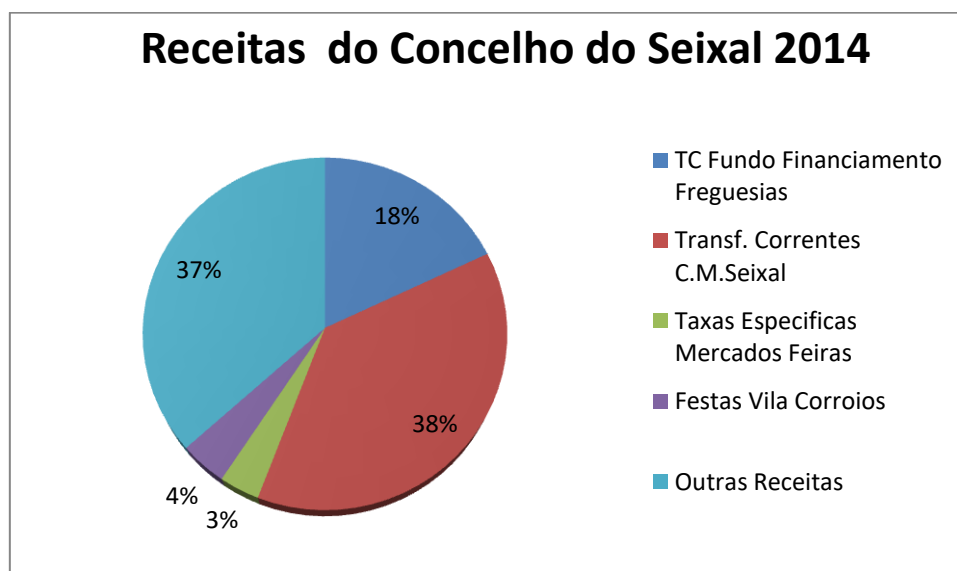


Fig.8 – Receitas do Concelho do Seixal – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Conforme podemos verificar no gráfico das receitas do ano 2014, tanto as transferências concedidas à Câmara Municipal do Seixal, como as transferências do Fundo Financiamento das Freguesias, fazem com que o maior valor receitas seja obtido de apenas estas duas rubricas (registrando as percentagens de 38% e 18%).

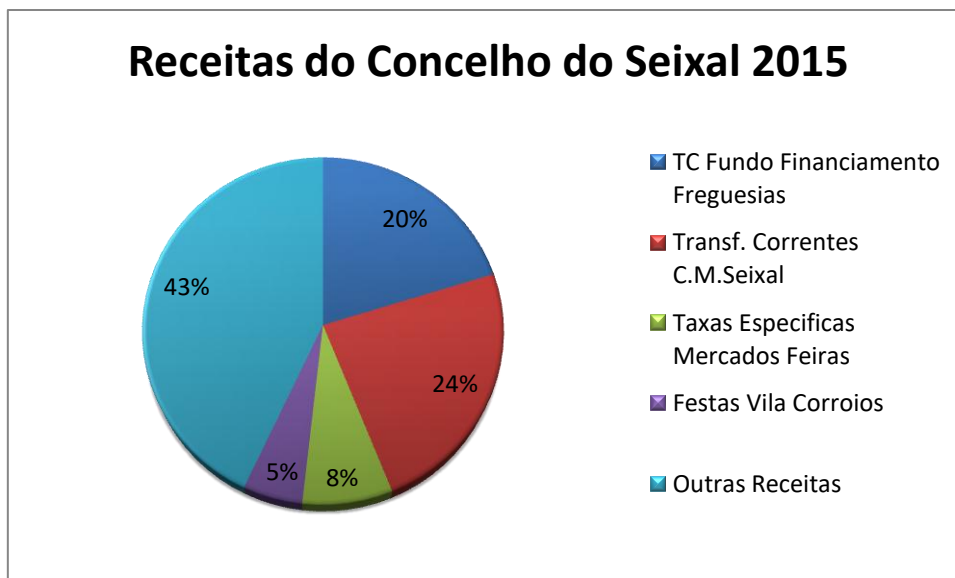


Fig.9 – Receitas do Concelho do Seixal – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Para o mesmo Concelho, no que se refere às receitas do ano 2015, verificamos que as transferências da Câmara Municipal decresceram 14% e as Transferências do Fundo Financiamento Freguesias cresceram 2% face ao ano anterior. Podemos verificar que a rubrica outras receitas atinge quase metade do total das receitas.

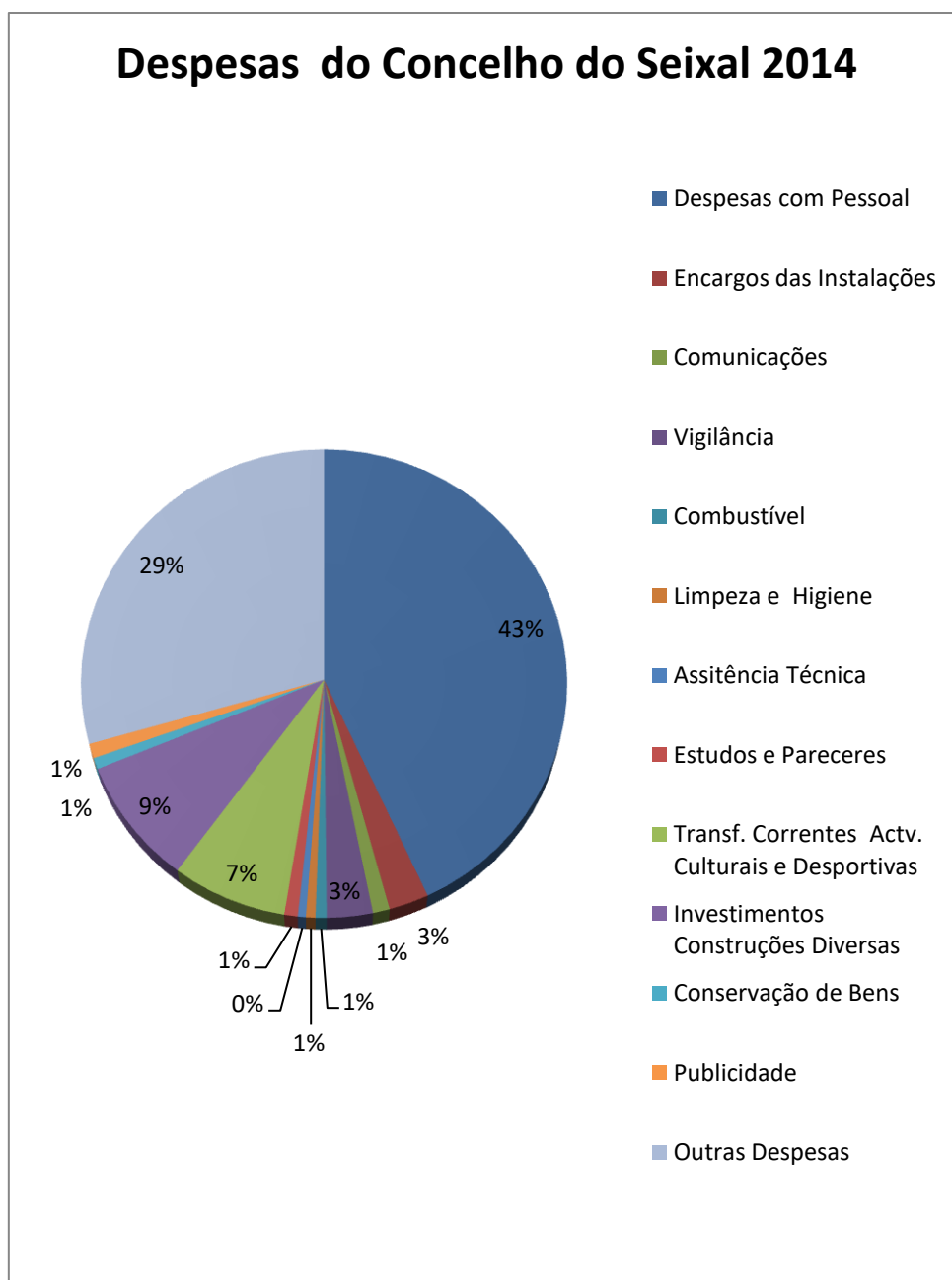


Fig.10 – Despesas do Concelho do Seixal – 2014

Fonte: Elaboração Própria

No total das despesas do Concelho do Seixal do ano 2014, a grande parte está relacionada com o pessoal, tendo atingido 43%.

Podemos afirmar que os investimentos de construções e transferências atividades culturais e desportivas conseguem atingir 16% da despesa total.

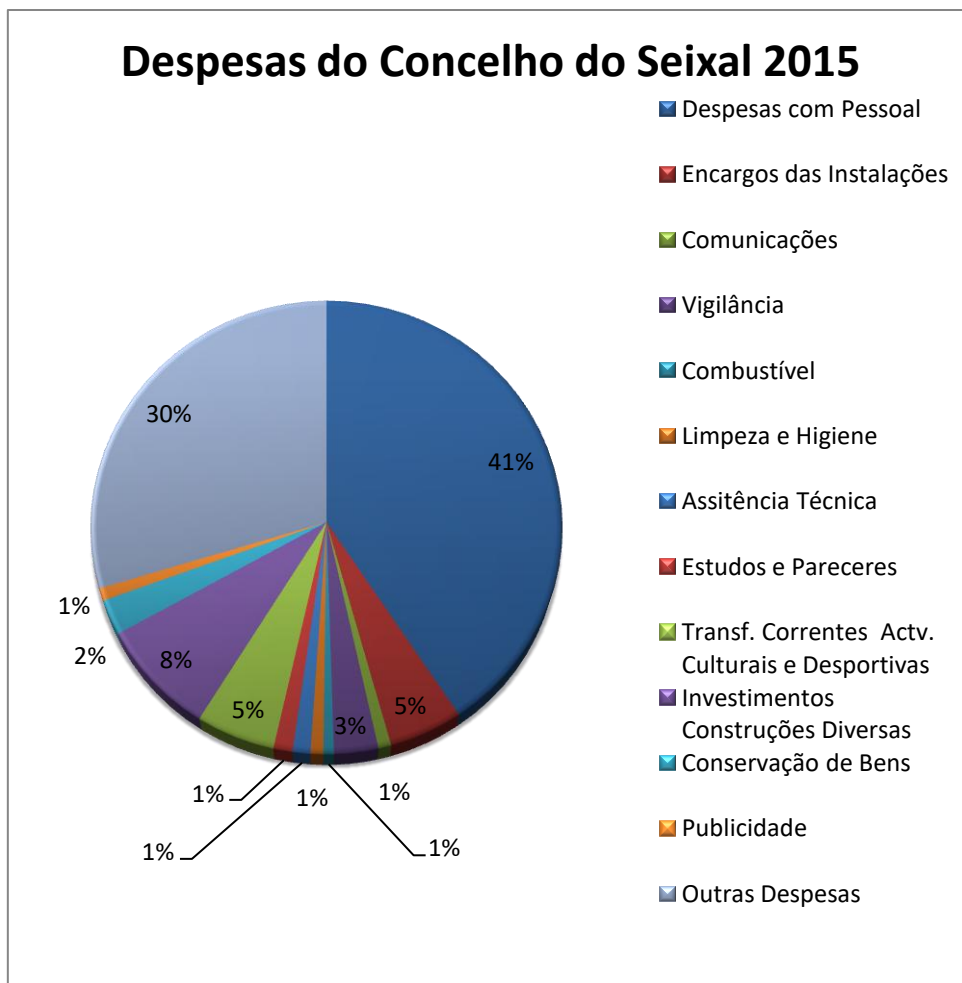


Fig.11 – Despesas do Concelho do Seixal – 2015

Fonte: Elaboração Própria

No ano 2015, as despesas com pessoal continuam a representar grande parte das despesas totais, atingido 41%, menos 2% que o ano anterior. As outras receitas atingiram 30%. Destaque aos encargos das instalações terem crescido 4% face ao ano anterior.



Fig.12 – Receitas Concelho de Almada – 2014

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito ao Concelho de Almada, o mesmo acontece com o município do Seixal, isto é grande fatia vai para as transferências do Fundo Financiamento das Freguesias com 22% e para as transferências das Camara Municipal com 37%

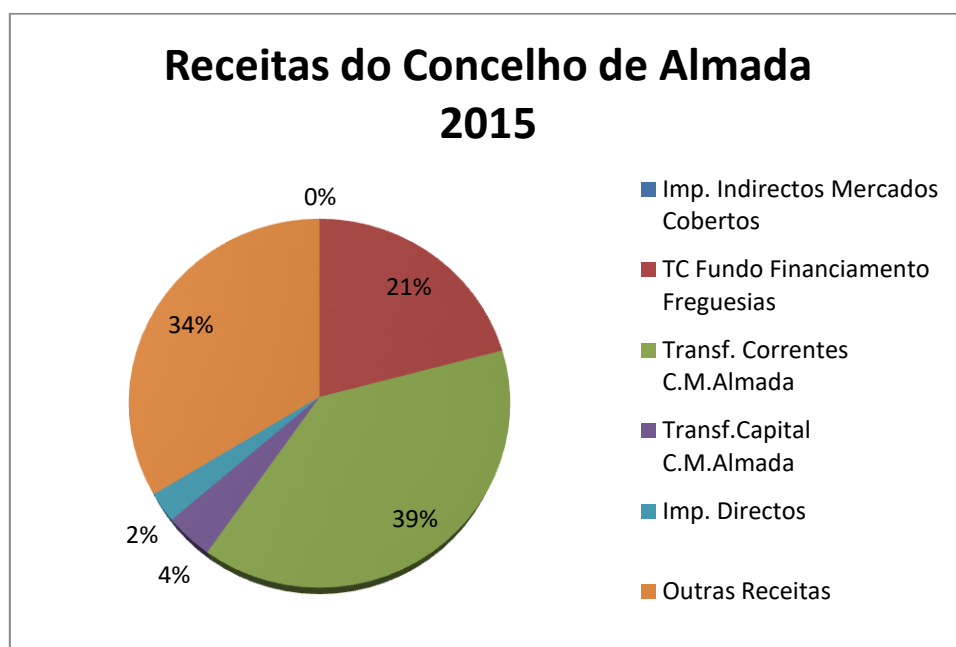


Fig.13 – Receitas do Concelho de Almada – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Podemos verificar que no ano 2015, houve uma diminuição no Fundo de Financiamento das Freguesias de 1%, e um aumento de 2% das Transferências Correntes da Câmara Municipal.

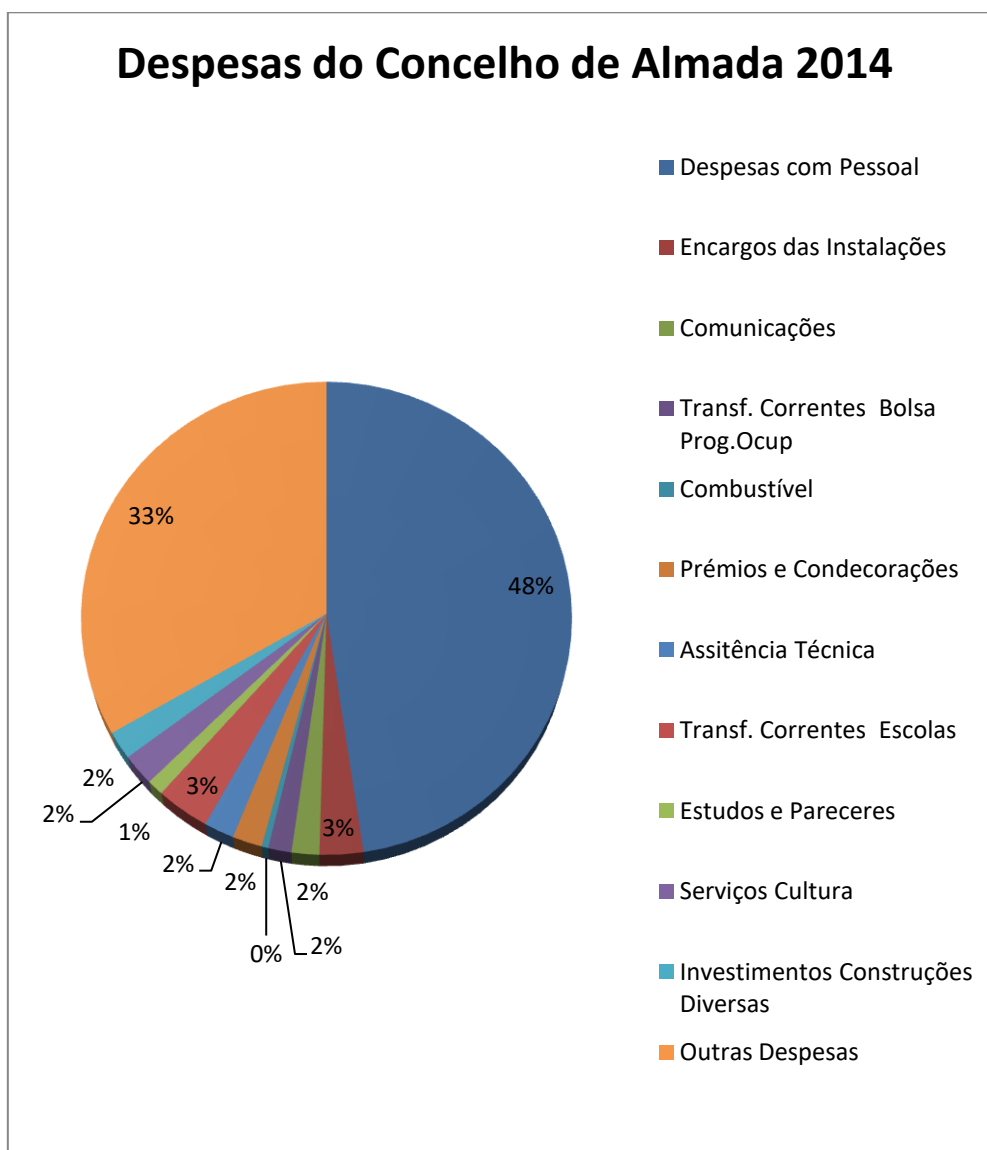


Fig.14 – Despesas do Concelho de Almada – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Nas que diz respeito às despesas do ano de 2014, 50% do total são de despesas com pessoal. Sem ser a rubrica «outras despesas», verificamos que as restantes rubricas não passam de 2% cada.

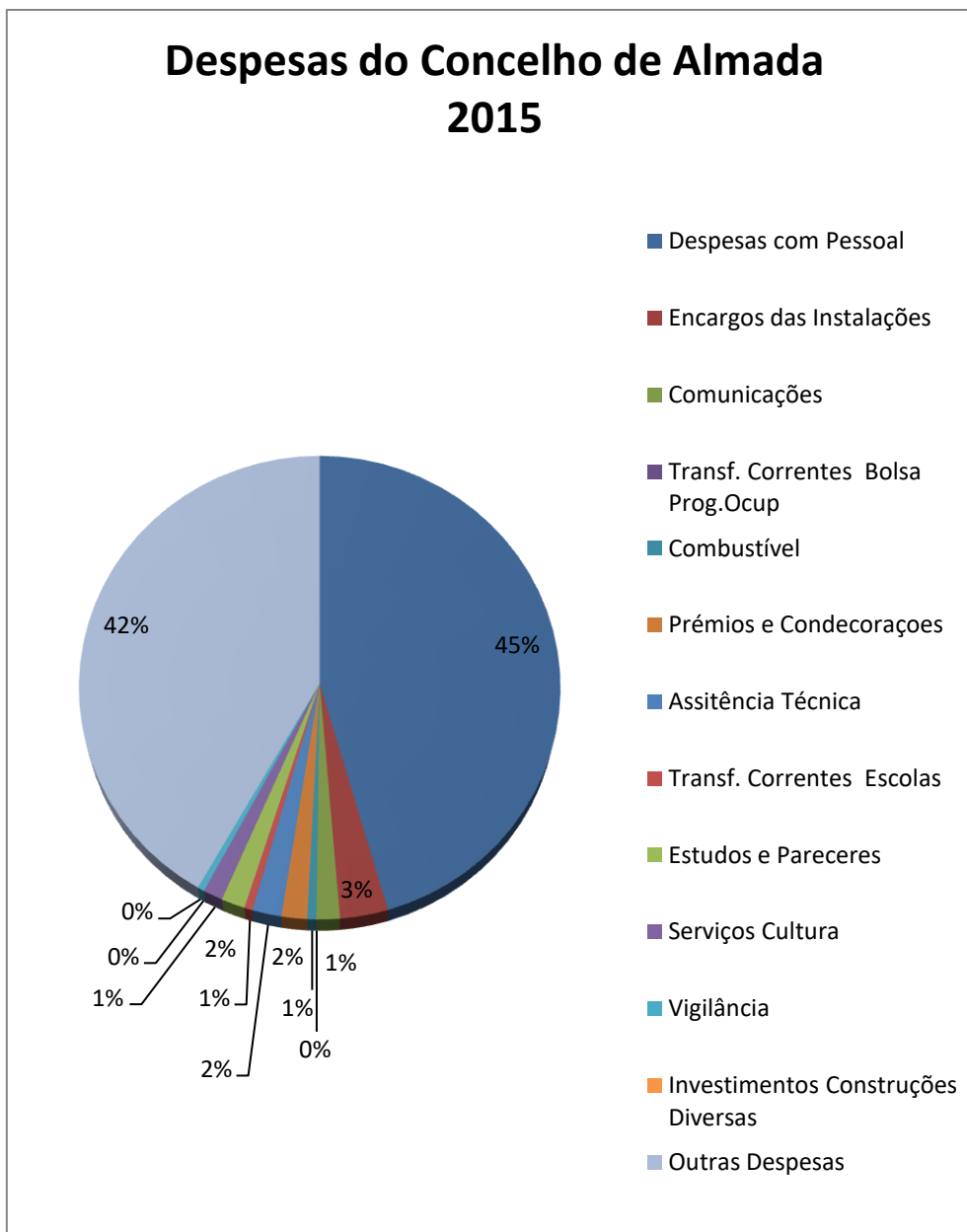


Fig.15 – Despesas do Concelho de Almada – 2015

Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2015, houve uma ligeira diminuição de 3% nas despesas com pessoal, uma vez que no espaço de um ano, não houve contratações de pessoal. As rubricas sem ser as outras despesas, tem um peso insignificante.

Podemos verificar nos quadros seguintes as variações ocorridas nos dois anos em análise.

Unidade:	Seixal					
	VALORES					
	2014	%	2015	%	Diferença	%
Área: (Ha)	9.545	58,00	9545	58,00	0	0,00
Habitantes:	157.919	48,00	157.919	48,00	0	0,00
Trabalhadores	105	42,00	118	45,00	13	0,12
Receitas (000€)						
F. Financeiro Freguesia	1217	17,98	1215	20,2	-1	0,13
Transf. Correntes C.Municipal	2559	37,83	1428	23,74	-1131	151,00
Outras Receitas	2990	44,19	3373	56,06	383	-51,13
Total Receitas	6766	100,00	6017	100,00	-749	100,00
Despesas (000€)						
Despesas com Pessoal	2111	43,10	2066	40,69	-45	-26,80
Encargos das Instalações	128	2,61	253	4,98	125	74,25
Vigilância	147	3,01	151	2,98	4	2,30
Combustível	36	0,73	0	0,00	-36	-21,31
Limpeza Higiene	30	0,61	0	0,00	-30	-17,91
Assistência Técnica	26	0,53	60	1,19	35	20,63
Transf. Correntes Activ. Culturais e Desportivas	371	7,57	270	5,33	-100	-59,91
Comunicação	0	0,00	44	0,86	44	26,14
Estudos Pareceres	0	0,00	65	1,28	65	38,86
Outras Despesas	2060	42,07	2167	42,69	107	63,75
Total Despesas	4908	100,00	5076	100,00	179	100,00
Diferença (000€)	1858		941		-917	

Quadro 3 – Quadro da Variação do Município do Seixal 2014-2015

Fonte: Elaboração Própria

Almada						
	VALORES					
Unidade:	2014	%	2015	%	Diferença	%
Área: (Ha)	7.001	42,00	7.001	42,00	0	0,00
Habitantes:	174.030	52,00	174.030	52,00	0	0,00
Trabalhadores	144	55,00	144	55,00	0	0,00
Receitas (000€)						
F. Financeiro Freguesia	1336	21,89	1341	20,90	5	1,53
Transf. Correntes C.Municipal	2276	37,29	2489	38,80	213	68,57
Outras Receitas	2492	40,83	2585	40,30	93	29,90
Total Receitas	6104	100	6415	100,00	311	100,00
Despesas (000€)						
Despesas com Pessoal	2424	47,63	2386	45,50	-38	-24,49
Encargos das Instalações	144	2,82	166	3,17	23	14,68
Comunicações	91	1,79	81	1,54	-10	-6,48
Prémios e Condecorações	98	1,92	101	1,92	3	1,87
Assistência Técnica	100	1,96	24	0,46	-76	-49,00
Estudos e Pareceres	55	1,07	68	1,30	13	8,67
Outras Despesas	2178	42,80	2418	46,11	240	154,76
Total Despesas	5089	100,00	5243	100,00	155	100
Diferença (000€)	1015		1171		156	

Quadro 4 – Quadro da Variação do Município de Almada 2014-2015

Fonte: Elaboração Própria

No caso do Município do Seixal, verificamos à partida que a variação dos valores entre 2014 e 2015, é grande situando-se entre -59,91% a 74,25%. No caso das rubricas de Transferências Correntes do Fundo Financiamento de Freguesias e das Transferências Correntes da Câmara Municipal, existem variações de 0,13% e 151%, sendo diferença de -1€ e de -1131€.

No caso das despesas verifica-se em algumas rubricas um aumento significativo, que são as rubricas de encargos com instalações e outras despesas, onde existe uma variação de 74,25% e de 63,75%, sendo a aumento de 125€ e de 107€.

Em relação aos trabalhadores verificamos uma variação de 0,12%, o que verifica-se um aumento de 13 trabalhadores.

No caso do município de Almada, verificamos a partida que à variação dos valores entre 2014 e 2015, é mínima situando-se entre -49% a 154,76%. No caso das rubricas de

Transferências Correntes do Fundo Financiamento de Freguesias e das Transferências Correntes da Câmara Municipal, existe uma variação de 1,53% e 68,57%, sendo um aumento de 5€ e de 213€.

No caso das despesas verifica-se um aumento significativo nas rubricas de encargos com instalações e outras despesas, onde existe uma variação de 14,68% e de 154,76%, sendo a aumento de 23€ e de 240€.

4.2 Análise das Freguesias

Agora irei fazer a comparação entre as freguesias do mesmo Concelho, utilizando análise de gráficos, como também o uso de alguns indicadores.

ANO 2014 Freguesias	União Seixal Arrentela e Paio Pires	Amora	Corroios	Fernão Ferro	Total
Área: (Ha)	2990	2433	1731	2391	9545
Habitantes:	44920	48629	47311	17059	157919
Trabalhadores	30	28	25	22	105
Receitas (000€)					
TC Fundo Financiamento Freguesias	383	397	302	134	1217
Transf. Correntes da C.Municipal	905	770	412	473	2559
Total Receitas	2103	1702	1980	981	6766
Despesas (000€)					
Despesas com Pessoal	800	497	481	333	2111
Encargos das Instalações	40	26	45	17	128
Vigilância	19	44	85		147
Combustível	15		12	8	36
Limpeza e Higiene		30			30
Assistência Técnica			26		26
Transf. Correntes Activ. Culturais e Desportivas		118	215	37	371
Total Despesas	1209	1559	1424	704	4896
Diferença (000€)	894	143	556	276	1869

Quadro 5 – Quadro Resumo das Freguesias do Município do Seixal – 2014

Fonte: Elaboração Própria

	União Seixal Arrentela Paio Pires	Amora	Corroios	Fernão Ferro	Total
ANO 2015 Freguesias					
Área: (Ha)	2.990	2.433	1.731	2.391	9.545
Habitantes:	44.920	48.629	47.311	17.059	157.919
Trabalhadores	44	28	24	22	118
Receitas (000€)					
TC Fundo Financiamento Freguesias	370	402	306	136	1215
Transf. Correntes da C. Municipal	473	333	359	263	1428
Total Receitas	1563	1341	2225	887	6017
Despesas (000€)					
Despesas com Pessoal	770	431	525	339	2066
Encargos das Instalações	37	25	170	20	253
Comunicação	14	12	13	5	44
Vigilância	14	42	92	3	151
Assistência Técnica	20	8	27	6	60
Estudos e Pareceres	17	22	15	11	65
Transf. Correntes Activ. Culturais e Desportivas			270		270
Total Despesas	1290	1200	1765	820	5076
Diferença (000€)	272	141	460	67	940

Quadro 6 – Quadro Resumo das Freguesias do Município Seixal – 2015

Fonte: Elaboração Própria

4.2.1 Concelho de Seixal

No ano de 2014, as receitas mais importantes chegam a 61% das receitas totais, tendo as transferências correntes da Câmara a percentagem maior.

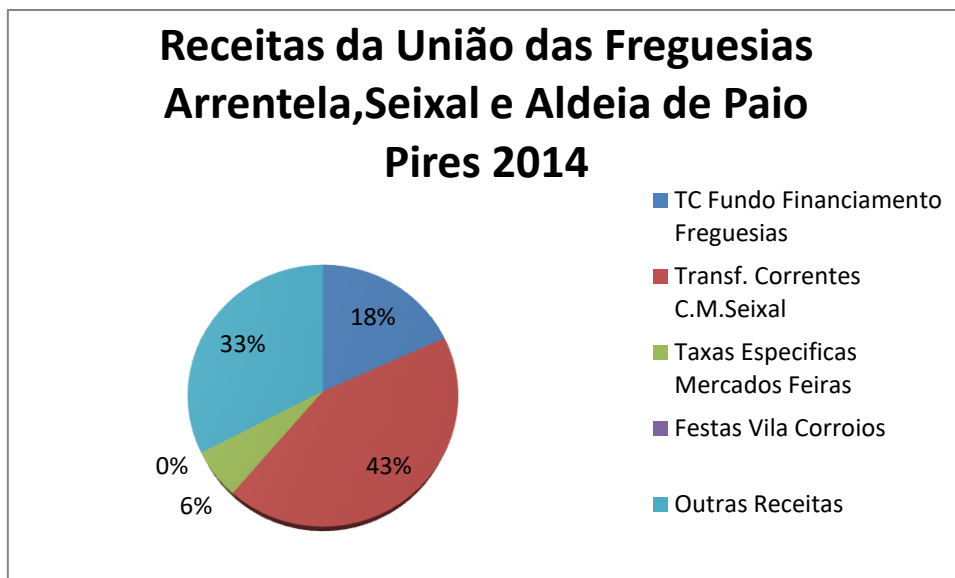


Fig.16 - Receitas da União das Freguesias da Arrentela, Seixal e Aldeia Paio Pires – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Em 2015 houve uma grande diminuição no que diz respeito as transferências concedidas pela Câmara Municipal do Seixal.

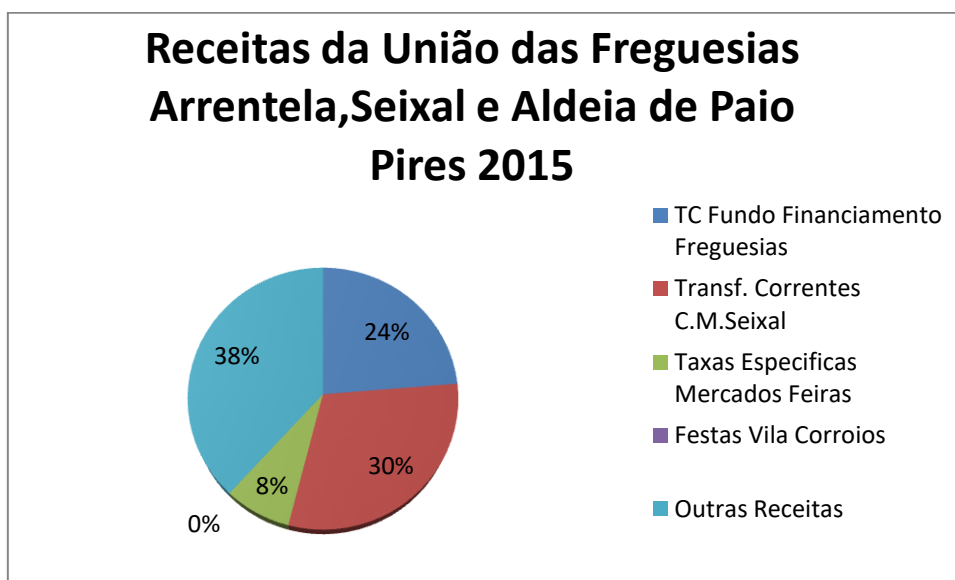


Fig.17 – Receitas da União das Freguesias da Arrentela, Seixal e Aldeia Paio Pires – 2015

Fonte: Elaboração Própria

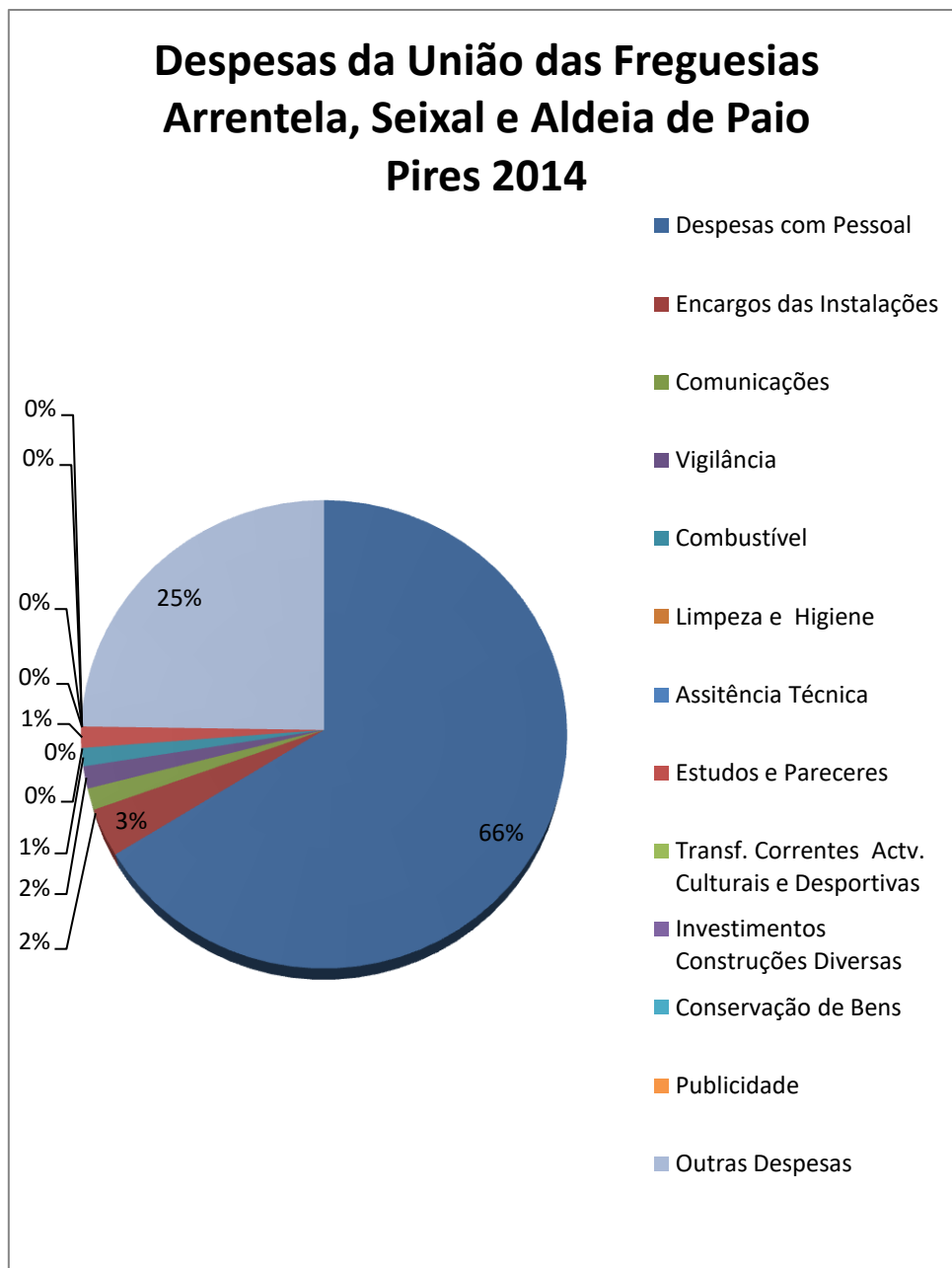


Fig.18 – Despesas da União das Freguesias da Arrentela, Seixal e Aldeia Paio Pires –
2014

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito às despesas do ano de 2014, as relativas a pessoal representam 66% do total, isto é mais que metade do valor total das despesas. Em 2015 existe uma diminuição das mesmas, uma vez que saíram funcionários que auferiam maiores rendimentos e foram contratados funcionários a receberem o ordenado mínimo.

Despesas da União das Freguesias Arrentela, Seixal e Aldeia de Paio Pires 2015

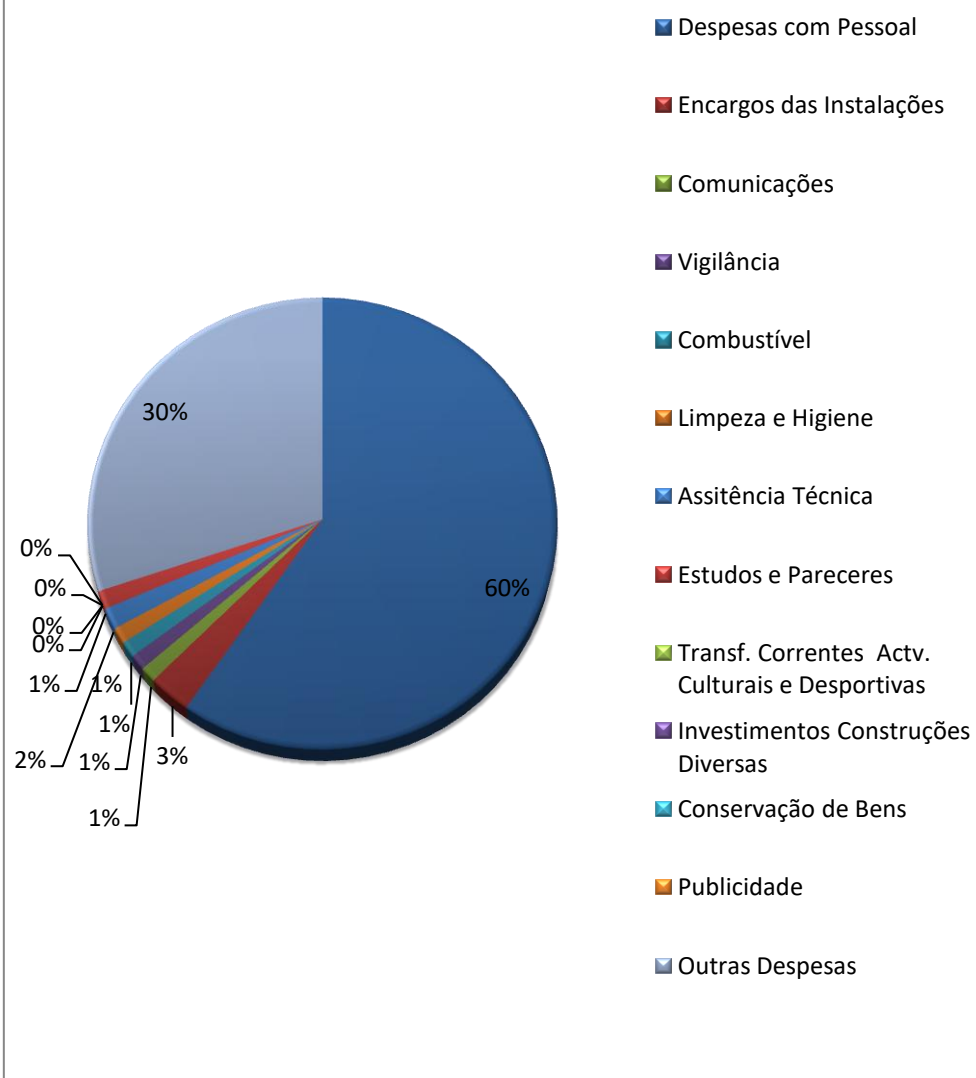


Fig.19 – Despesas da União das Freguesias da Arrentela, Seixal e Aldeia de Paio Pires –
2015

Fonte: Elaboração Própria

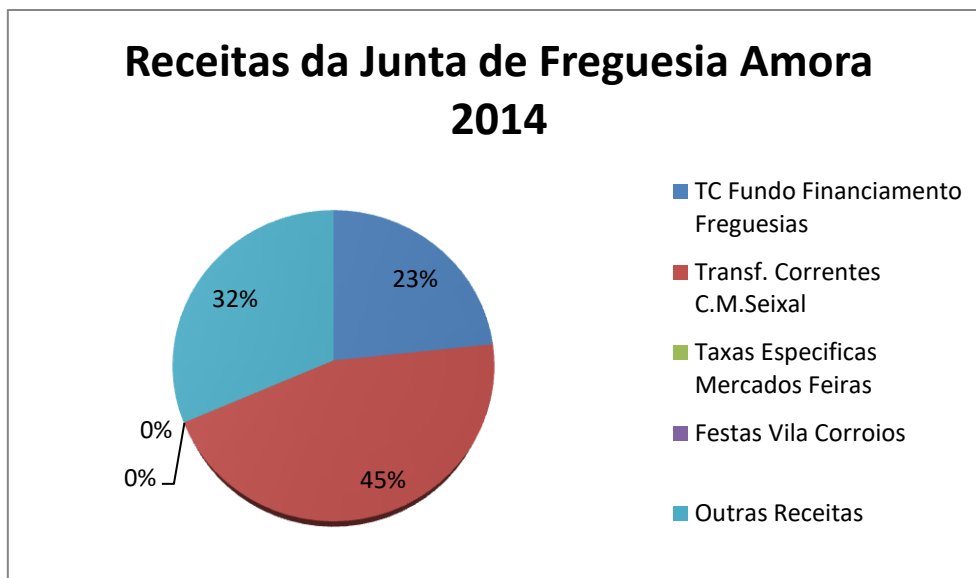


Fig.20 – Receitas da Junta de Freguesia da Amora – 2014

Fonte: Elaboração Própria

As Receitas do ano 2014 da Junta Freguesia da Amora, transferências concedidas pela Câmara e do Fundo Financiamento das Freguesias correspondem a 68% do total. Em 2015 houve uma diminuição das transferências da Câmara de 20%,dimimuido assim o seu peso de 68% para 55%.

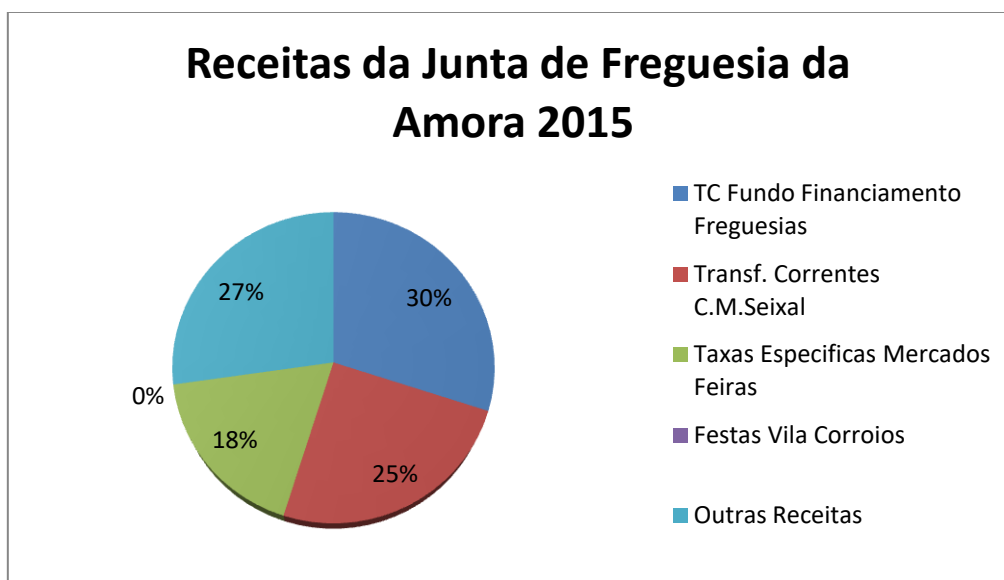


Fig.21 – Receitas da Junta de Freguesia da Amora – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Já no que diz respeito às despesas, a grande fatia como tem sido usual em todas as freguesias, são as de pessoal (32%), tendo para além das outras despesas, os investimentos em construção correspondem 17%.

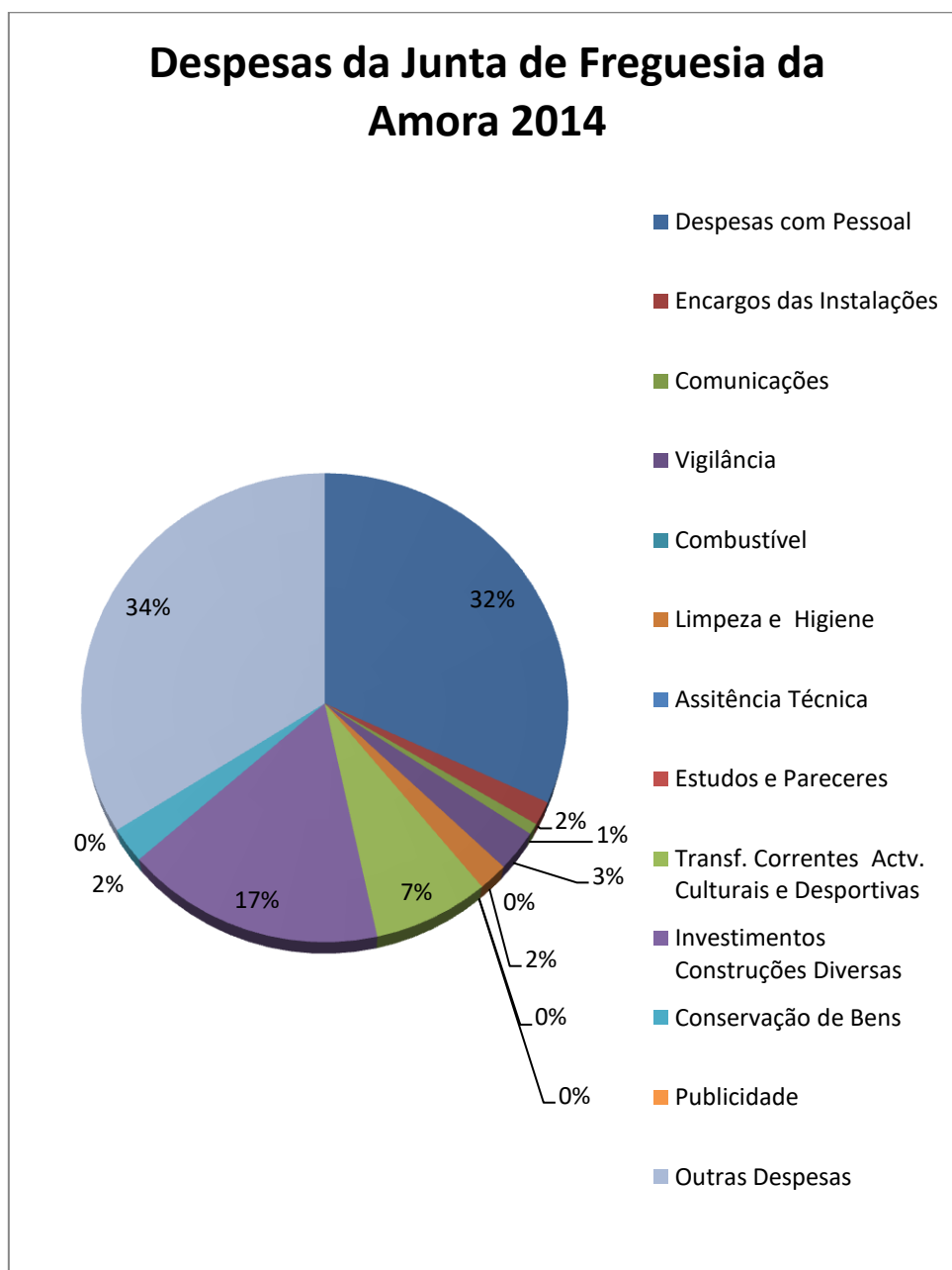


Fig.22 – Despesas da Junta de Freguesia da Amora – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Em 2015, houve um aumento nas despesas de pessoal, passando de 32% para 36%, mas no que diz respeito às outras despesas, houve um aumento de 10%.

Despesas da Junta de Freguesia da Amora 2015

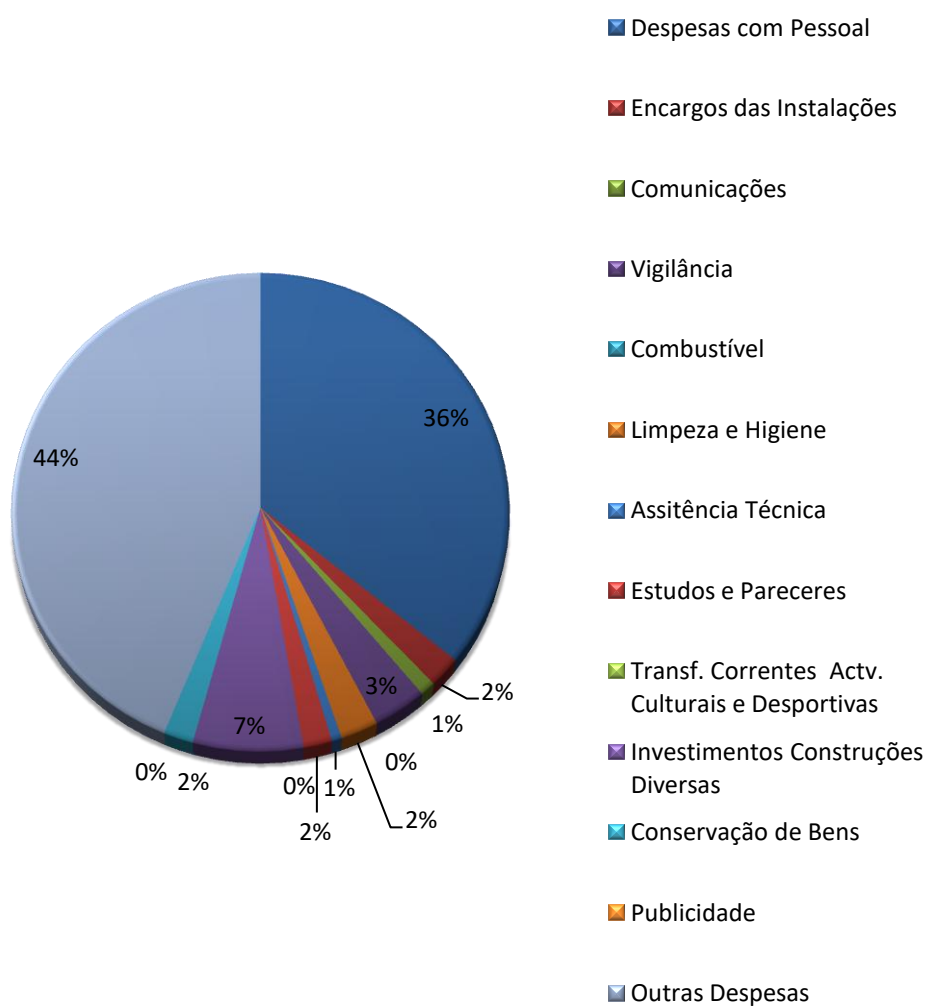


Fig.23 – Despesas da Junta de Freguesia da Amora – 2015

Fonte: Elaboração Própria

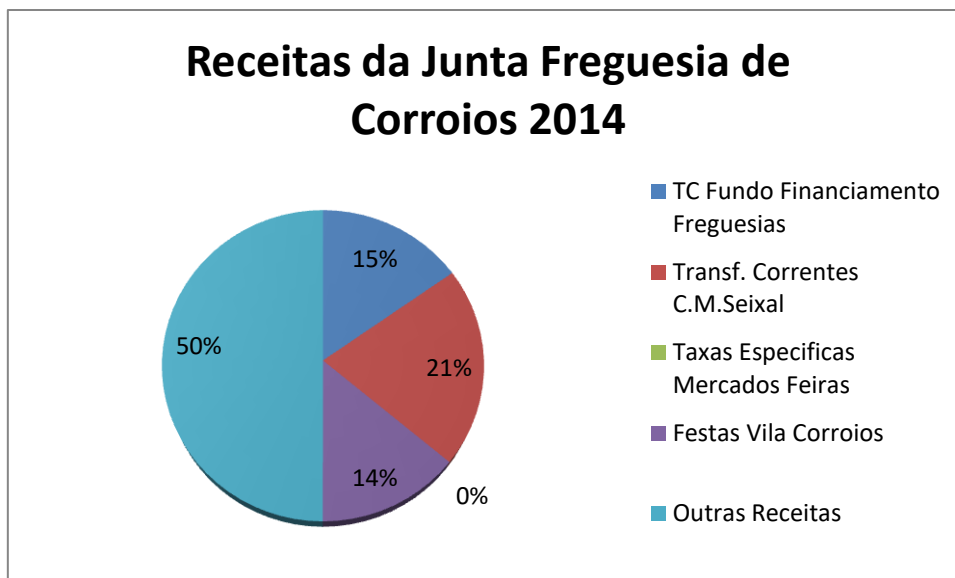


Fig.24 - Receitas da Junta de Freguesia de Corroios – 2014

Fonte: Elaboração Própria

No diz respeito às receitas da Junta de Freguesia de Corroios, existem três grandes rubricas, que permitem arrecadar receita, sem se ter que recorrer a tranferências de capital da câmara. Em 2014, metade das receitas totais são oriundas das transferências correntes da câmara, do Fundo de financiamento e das obtidas das festas da vila de Corroios. Já em 2015, houve uma diminuição das transferências correntes de 21% para 16%. Em relação as receitas obtidas das festas da vila verifica-se que não houve alteração, mantendo-se nos 14%.

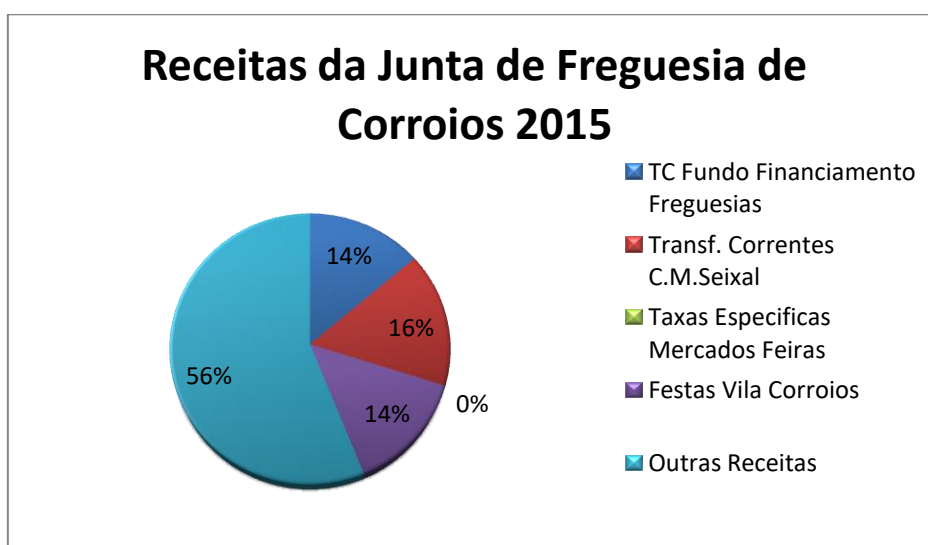


Fig.25 – Receitas da Junta de Freguesia de Corroios – 2015

Fonte: Elaboração Própria

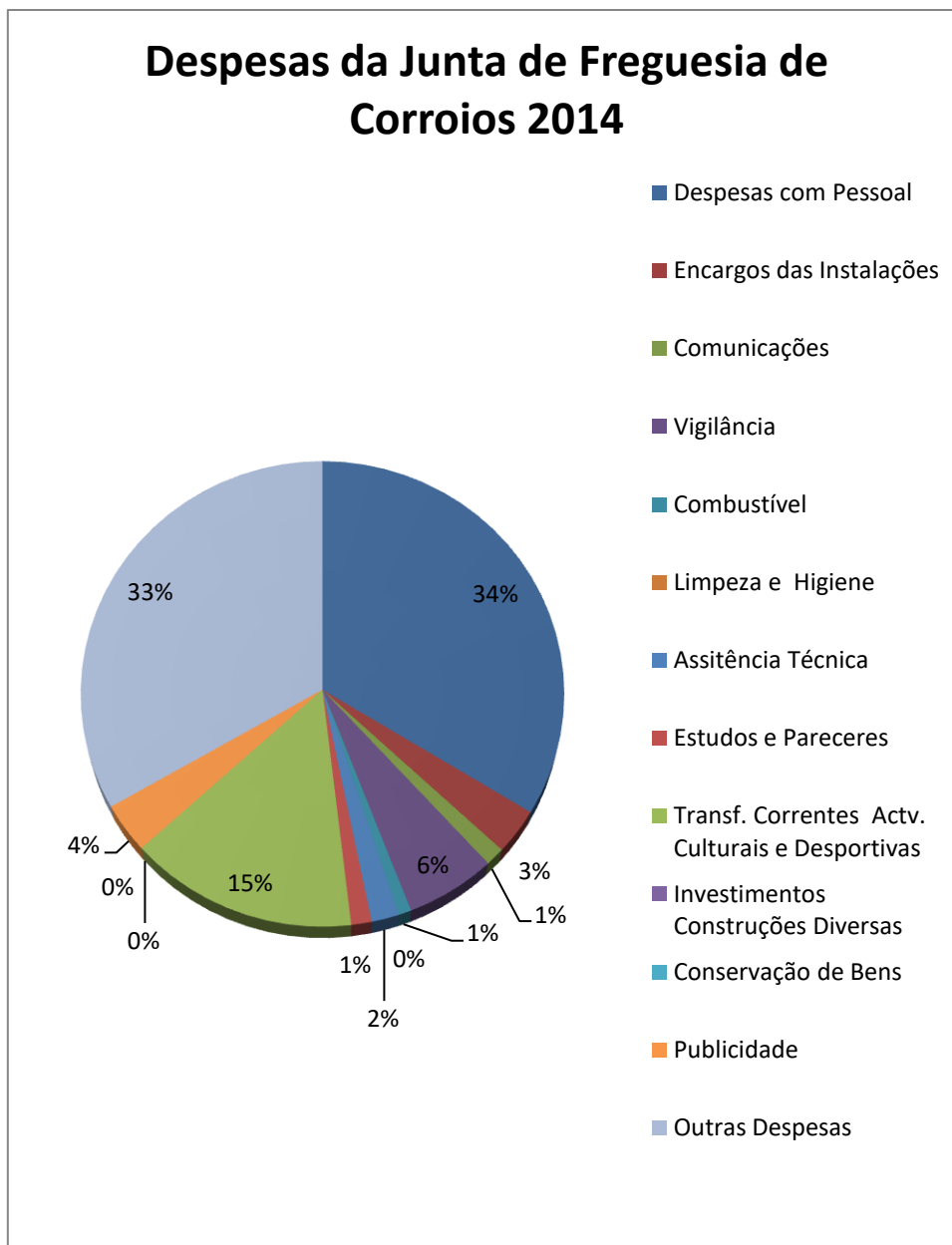


Fig.26 – Despesas da Junta de Freguesia de Corroios – 2014

Fonte: Elaboração Própria

No que se refere às despesas da junta no ano de 2014, 34% corresponde a despesas com pessoal, 15% às actividades culturais, que abarcam as despesas com a feira da vila. No ano seguinte houve uma diminuição nas despesas com pessoal (de 34% para 30%), mantendo a mesma percentagem nas actividades culturais.

Despesas da Junta de Freguesia de Corroios 2015

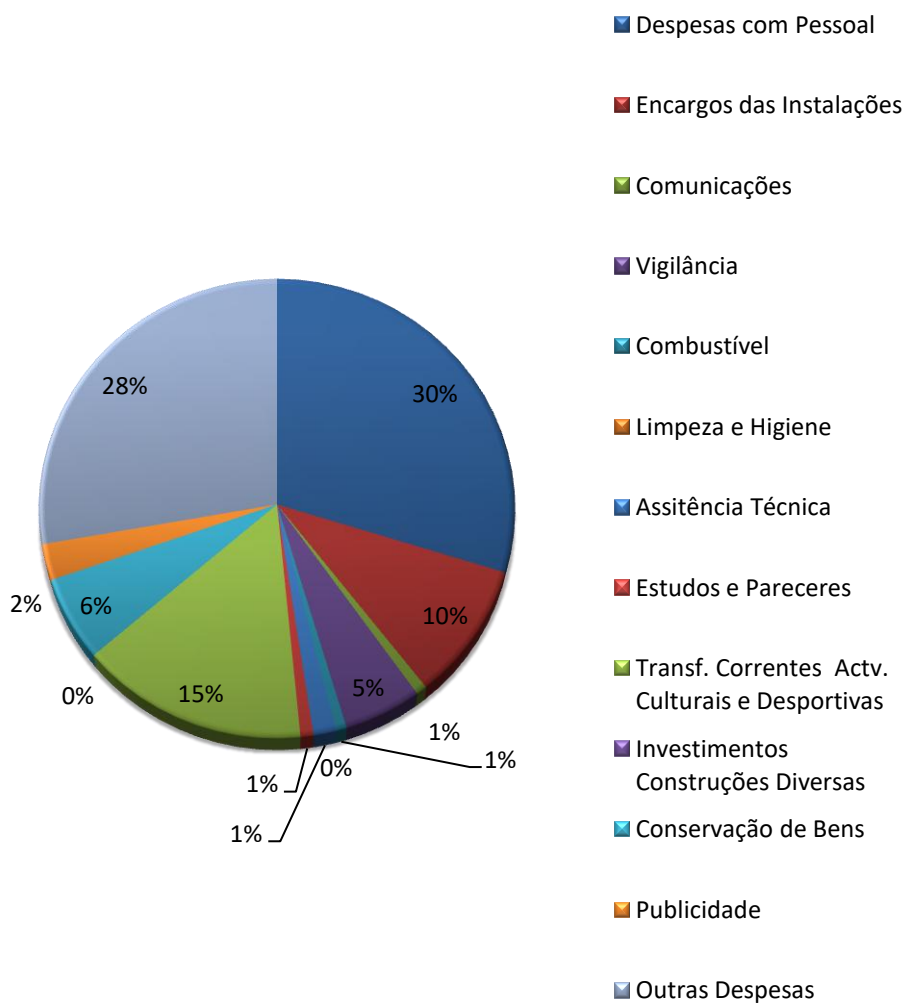


Fig.27 – Despesas da Junta de Freguesia de Corroios – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Nas receitas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro, 48% correspondem às transferências da câmara e 14% referem-se ao fundo de financiamento das freguesias.

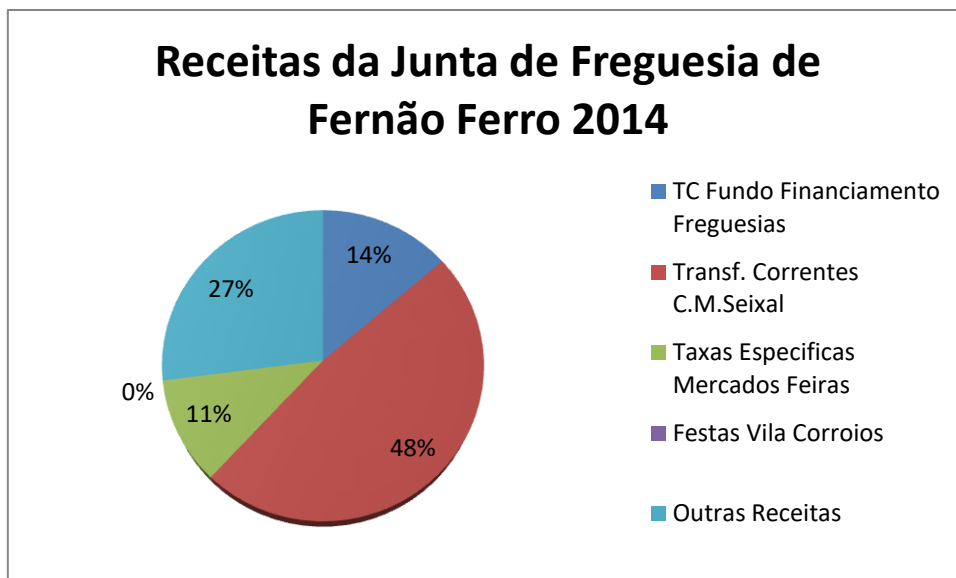


Fig.28 - Receitas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro – 2014

Fonte: Elaboração Própria

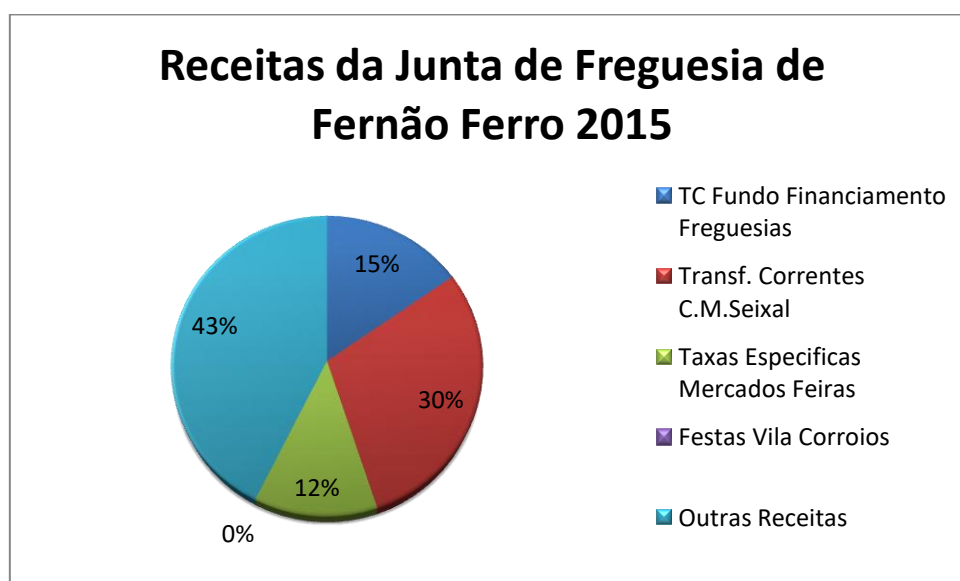


Fig.29 – Receitas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro – 2015

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito ao ano de 2015, houve uma grande redução das Transferências da Câmara do Seixal, passando de 48% para 30%. O Fundo de Financiamento manteve-se nos 15%.

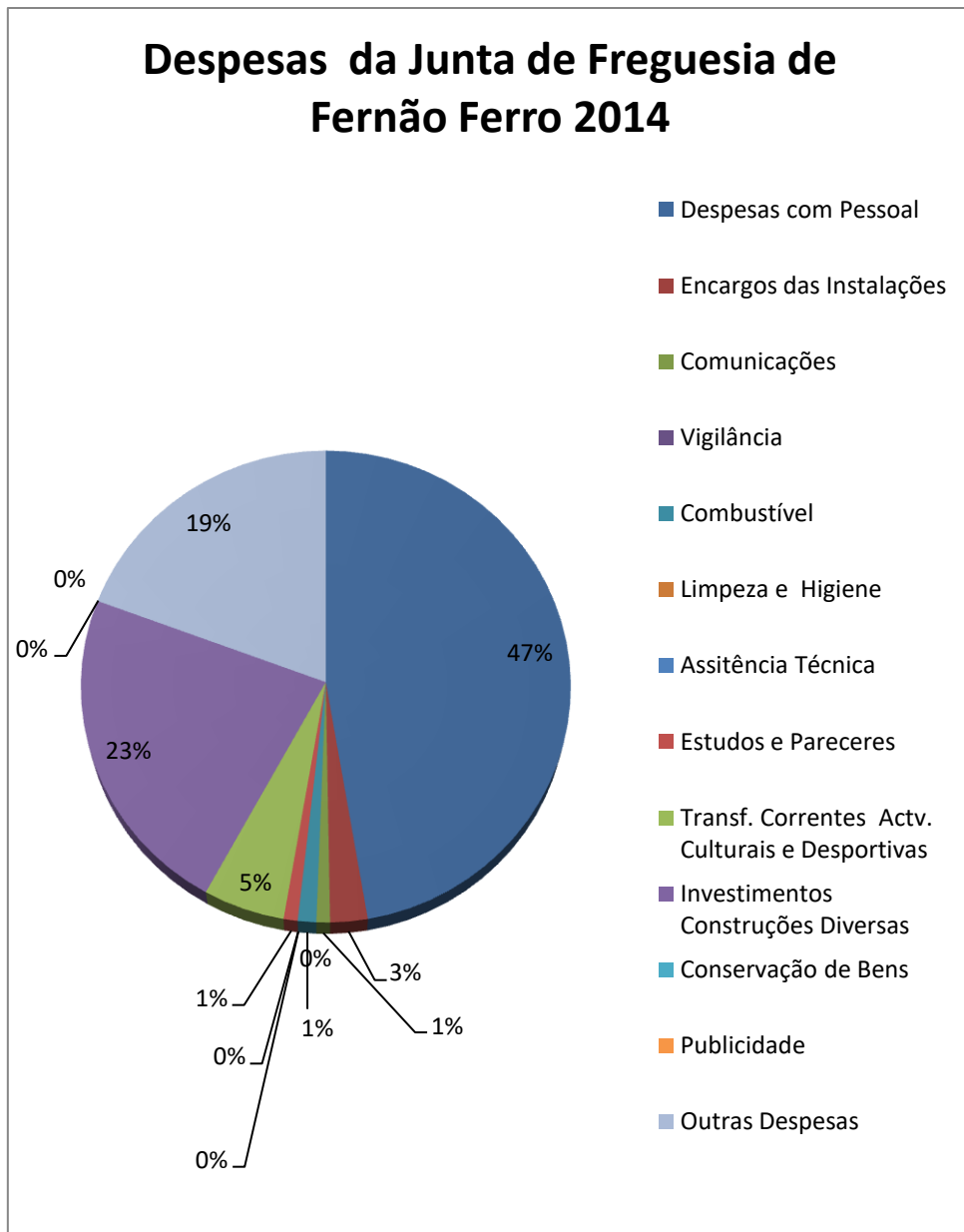


Fig.30 – Despesas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Nas despesas do ano 2014 existem duas rubricas de grande relevância que são as despesas com pessoal, que corresponde 47%, e os Investimento Construções Diversas que corresponde a 23%, totalizando 70%. No ano de 2015 as despesas com pessoal diminuem em 6%, enquanto o Investimento Construções Diversas passou de 23% para 40%, representando estas duas rubricas 80% do peso total das despesas.

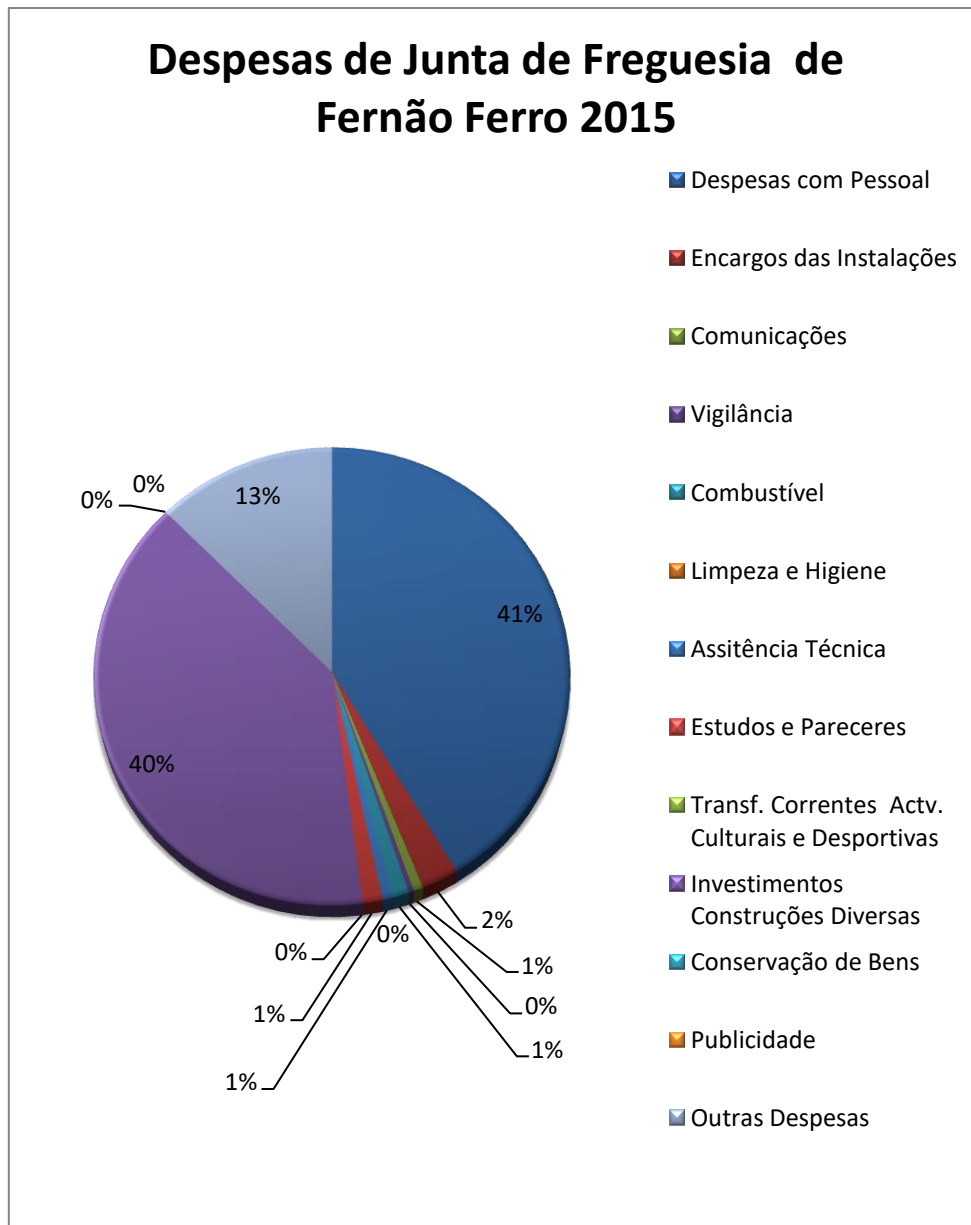


Fig.31 – Despesas da Junta de Freguesia de Fernão Ferro – 2015

Fonte: Elaboração Própria

A análise percentual das Freguesias do Concelho do Seixal são as seguintes:

Em termos de área, a União das Freguesias Arrentela, Seixal e Aldeia de Paio Pires é a que abrange uma área maior que corresponde 31% que equivale a 2990 (ha). Sendo a Freguesia de Corroios a área mais pequena. Em termos de habitantes as Freguesias de Amora e de Corroios são aquelas que abrangem mais habitantes (31% e 30%, que corresponde a 48629 habitantes e 47311 habitantes respectivamente). Em termos de trabalhadores em 2014 a União de Freguesias Arrentela, Seixal e Aldeia de Paio Pires tem mais funcionários, mantendo-se na mesma posição no ano de 2015.

Em termos de receitas, a freguesia que recebeu mais do fundo de financiamento foi a da Amora, com 33% correspondendo a 398 M€, enquanto a menor foi a de Fernão Ferro com 11%. Manteve-se assim no ano 2015. No que diz respeito as transferências da câmara, a União de Freguesia foi aquela que recebeu mais tendo uma percentagem de 35%, enquanto a freguesia de Corroios foi a que tem a percentagem mais baixa. No ano de 2015, houve uma diminuição das transferências da câmara, tendo havido uma diminuição quer a nível de percentagem quer a nível monetário. A União das Freguesias, é a freguesia com mais percentagem (18% que corresponde 473 M€).

Ao nível das despesas, União de Freguesia teve a fatia maior das despesas com pessoal com 38% que equivale a 800 M€, Já em 2015, a freguesia mantêm-se com a maior fatia nessa rubrica diminuido 2% (30 M€). Quanto às despesas relativas à vigilância, a freguesia de Corroios é aquela que tem a maior percentagem 58% que corresponde a 85 M€. Em 2015 esta freguesia manteve-se como a que tem maior percentagem, tendo aumentado 3% (que equivale a um aumento de 7).

	União Arrentela Seixal e Paio Pires	Amora	Corroios	Fernão Ferro
ANO 2014				
I -Hab/Área	15	20	27	7
II-Hab/nºtrab	1497	1737	1892	775
III-Área/nºtrab	100	87	69	109
IV-Des. Pes/Nº trab	26.669€	17.744€	19.221€	15.143€
V-Total Rec/Total Desp	2	1	1	1
VI-Regra Equilíbrio	893.532€	143.462€	555.960€	276.238€
Ano 2015				
I -Hab/Área	15	20	27	7
II-Hab/nºtrab	1021	1737	1892	775
III-Área/nºtrab	68	87	69	109
IV-Des. Pes/Nº trab	17.506€	15.377€	21.892€	15.427€
V-Total Rec/Total Desp	1	1	1	1
VI-Regra Equilíbrio	272.201€	140.867€	460.371€	66.845€

Quadro 7 – Quadro Comparativo 2014-2015 (Concelho do Seixal)

Fonte: Elaboração Própria

Como podemos verificar no Quadro 7, estão calculados alguns indicadores que mostram como se comportam as freguesias.

I-O primeiro indica cada (ha) de área que corresponde x habitantes . Podemos verificar a freguesia de Corroios consegue abranger 27 habitantes por cada hectare, isso só demonstra a densidade populacional dessa freguesia. A freguesia que tem menos é a de Fernão Ferro, uma vez que é uma área pouco urbanizável (muito espaço verde, Pinhal).

II- O segundo indica cada funcionário público da freguesia corresponde quantos habitantes. Como podemos verificar a freguesia de Corroios cada funcionário abrange 1892 habitantes. Mais uma vez a freguesia de Fernão Ferro, é aquela que tem um valor mais baixo, isso pouco é uma área pouco habitada.

III- O terceiro indica cada trabalhador corresponde à quantos (ha) de área. Neste caso , a freguesia de Fernão Ferro é a que tem o maior valor (109 ha) e a de Corroios é aquela que tem o valor mais baixo 69 (ha). Já em 2015 a freguesia que apresenta valor mais baixo é 68 (há) por funcionário e é a União de Freguesia.

IV- O quarto indica a valor que recebe cada funcionário. Em 2014 a freguesia com o valor maior é a União das Freguesias com 26669€. Em 2015 é a freguesia de Corroios que tem o valor maior 21892€.

V- Este indicador dá o peso das receitas face as despesas. Podemos ver que em 2014 a União das Freguesias Seixal Arrentela e Paio pires têm o maior valor, sendo que em 2015, todas as freguesias obtém o mesmo peso.

VI- O Sexto é regra do equilíbrio, que mostra recursos necessários para cobrir todas as despesas. Todas as freguesias mostram que têm recursos necessários para cobrir as despesas. A União de Freguesia em 2014 é a que apresenta o valor mais alto (893532€) e em 2015 é a de Corroios que apresenta o valor mais alto (460371€).

Fazendo uma análise horizontal entre as freguesias, segundo o quadro 5 e 6, podemos verificar o peso das várias rubricas entre as freguesias do Concelho do Seixal.

A União de Freguesia Arrentela, Seixal e Aldeia de Paio Pires, foi a que mais recebeu de rubrica de transferências correntes cedidas pela Câmara Municipal do Seixal. Porém a Junta de Freguesia de Corroios, sendo a que menos orçamento teve nessa rubrica, consegue realizar eventos e espetáculos (Festas da Vila, Mostra Mensal das atividades

económicas, entre outros eventos) de modo a criar receitas próprias. Nota-se também que na rubrica de Transferências do Fundo de Financiamento de Freguesias tanto a freguesia da Amora como a de Corroios, conseguem ter quase o mesmo orçamento que a União de Freguesias.

No que diz respeito à despesa com pessoal, a União da freguesia consegue ter o dobro em comparações as restantes. Já na rubrica de vigilância, face os eventos criados pela Freguesia de Corroios, faz que consiga ter um valor grande em comparação com as restantes 3 do Concelho.

4.2.2 Concelho de Almada

Como expliquei anteriormente, iremos fazer a mesma comparação mas agora com as freguesias do Concelho de Almada.

ANO 2014 Freguesias	União Charneca e Sobreda	União Laranjeiro e Feijó	União Caparica e Trafaria	União Almada, Pragal, Cova Piedade e Cacilhas	Junta Costa Caparica	Total
Área: (Ha)	2905	788	1675	615	1018	7001
Habitantes:	44929	39872	26150	49661	13418	174030
Trabalhadores	29	23	42	34	16	144
Receitas (000€)						
TC Fundo Financiamento das Freguesias	281	278	231	429	117	1336
Transferências Correntes da Câmara Municipal	384	334	664	705	188	2276
Total Receitas	1256	971	1411	1909	557	6104
Despesas (000€)						
Despesas com Pessoal	536	329	671	586	302	2424
Encargos das Instalações	39	40	37		28	144
Comunicações	21	15	20	22	13	91
Prémios e Condecorações	24	22		34	18	98
Assistência Técnica	19	19	23	25	14	100
Transferência Correntes Escolas	59	55		52	12	177
Total Despesas	1193	769	1359	1280	487	5089
Diferença (000€)	63	202	52	628	70	1015

Quadro 8 – Quadro Resumo das Freguesias do Município de Almada 2014

Fonte: Elaboração Própria

ANO 2015 Freguesias	União Charneca Sobreda	União Laranjeiro Feijó	União Caparica Trafaria	União Almada Pragal Cova Piedade Cacilhas	Junta Costa Caparica	Total
Área: (Ha)	2905	788	1675	615	1018	7001
Habitantes:	44929	39872	26150	49661	13418	174030
Trabalhadores	29	23	42	34	16	144
Receitas (000€)						
TC Fundo Financiamento das Freguesias	285	282	229	436	109	1341
Transferências Correntes da Câmara Municipal	421	380	881	622	185	2489
Total Receitas	1290	1129	1492	1804	700	6415
Despesas (000€)						
Despesas com Pessoal	546	333	614	605	287	2386
Encargos das Instalações	40	39	38	25	25	166
Comunicações	26	14	16	18	7	81
Prémios e Condecorações	17	31		29	12	89
Assistência Técnica	17	19	27	24	13	101
Estudos e Pareceres	8	24	25	12	12	82
Total Despesas	1203	769	1301	1337	634	5243
Diferença (000€)	88	359	191	467	66	1171

Quadro 9 – Quadro Resumo das Freguesias do Município de Almada 2015

Fonte: Elaboração Própria

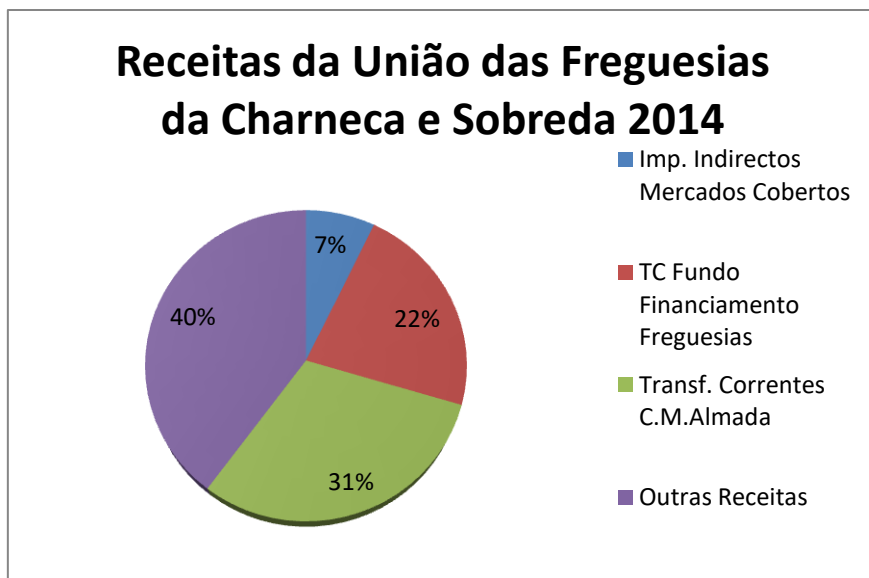


Fig.32 – Receitas da União das Freguesias da Charneca e Sobreda – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Verificamos que nas receitas da União das Freguesias Charneca Sobreda do ano de 2014, 53% do peso total é do Fundo Financiamento das Freguesias e das Transferência Correntes da Câmara Municipal. Em 2015, existe um aumento nas Transferência Correntes da Câmara Municipal de 2%.

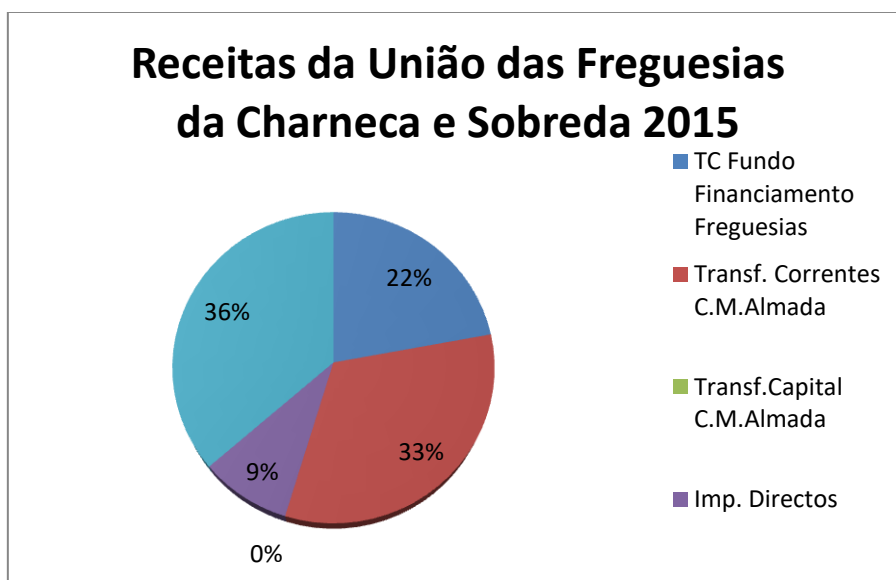


Fig.33 – Receitas da União das Freguesias da Charneca e Sobreda – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Em relação às despesas do ano de 2014, a grande percentagem é com pessoal, que chega a 45%. Sem ser a rubrica outras despesas, as restantes não têm peso significativo.

Despesas da União das Freguesias da Charneca e Sobreda 2014

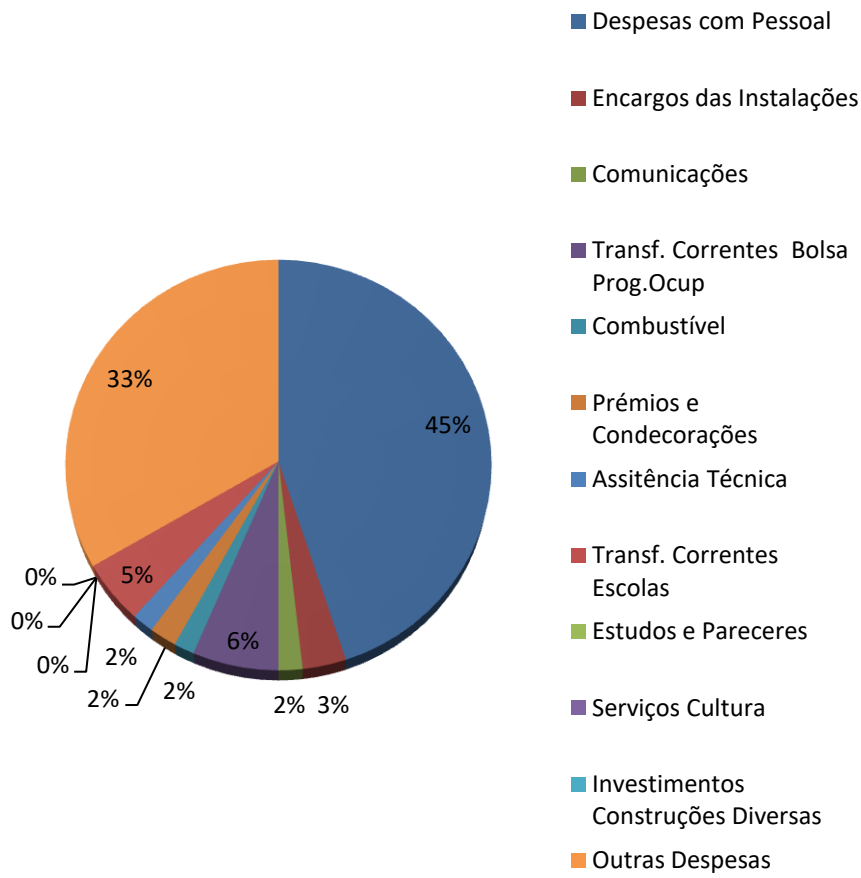


Fig.34 – Despesas União das Freguesias da Charneca e Sobreda – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Em 2015, a percentagem das despesas com pessoal, manteve-se, sendo que a rubrica de outras receitas teve a mesma percentagem como as despesas com pessoal.

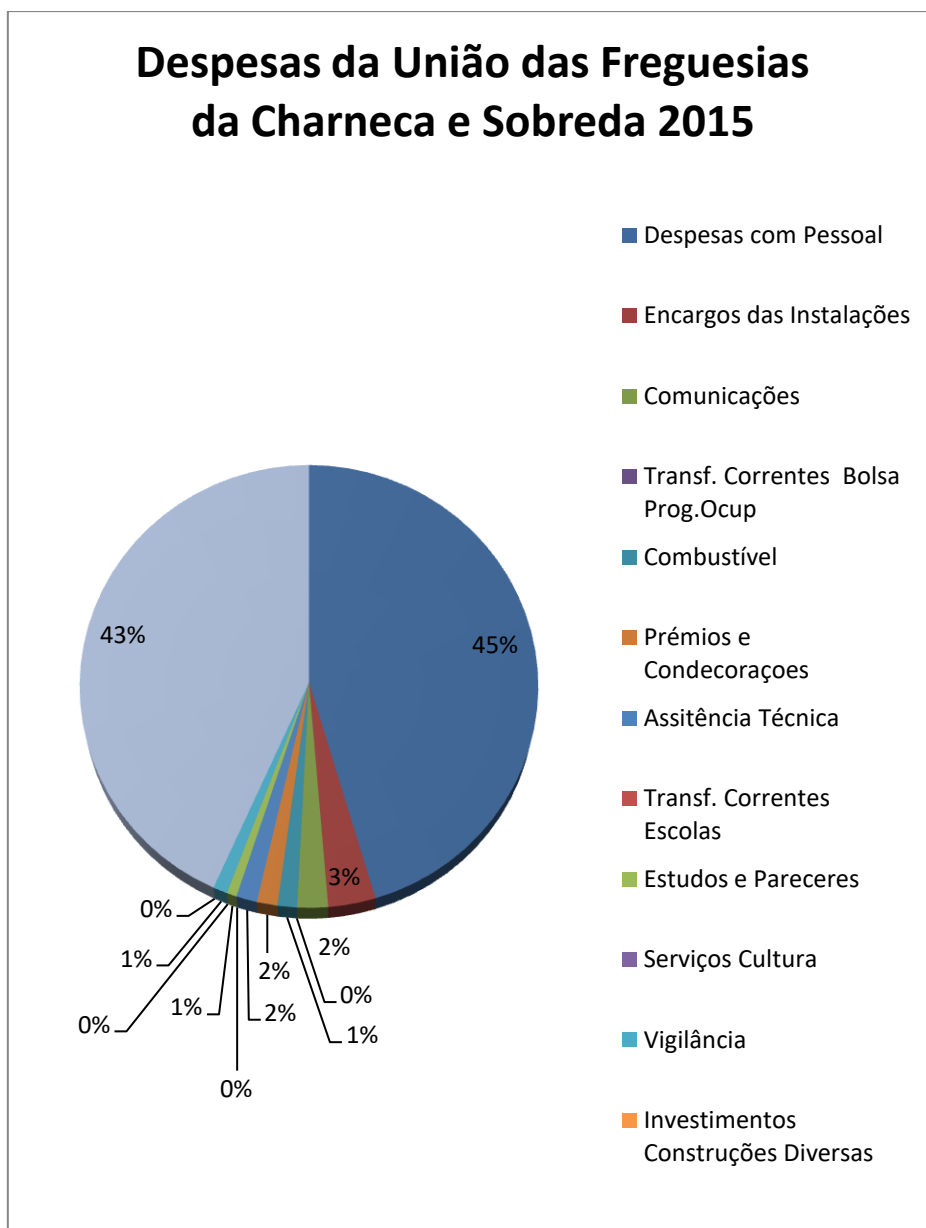


Fig.35 – Despesas União das Freguesias da Charneca e Sobreda – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Nas receitas relativas a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó no ano de 2014, 63% é constituído pelo Fundo de Financiamento de Freguesias e Transferências Correntes da Câmara, correspondendo a 29% e 34% respectivamente.

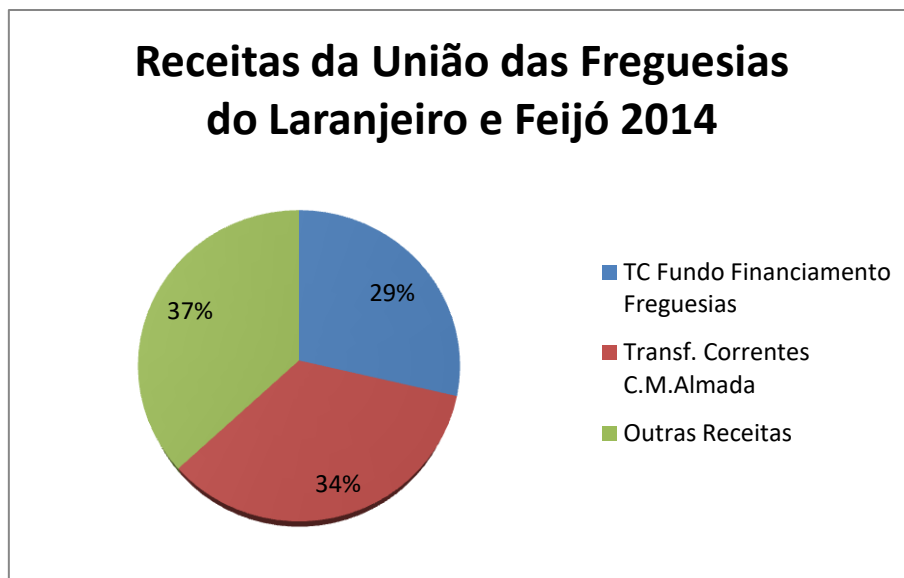


Fig.36 – Receitas União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Em 2015, a rubrica do Fundo de Financiamento diminuiu 4% face ao ano anterior, mas em contrapartida a rubrica outras receitas diminuiu, tendo em destaque que a freguesia recebeu da camara transferencia de capital.

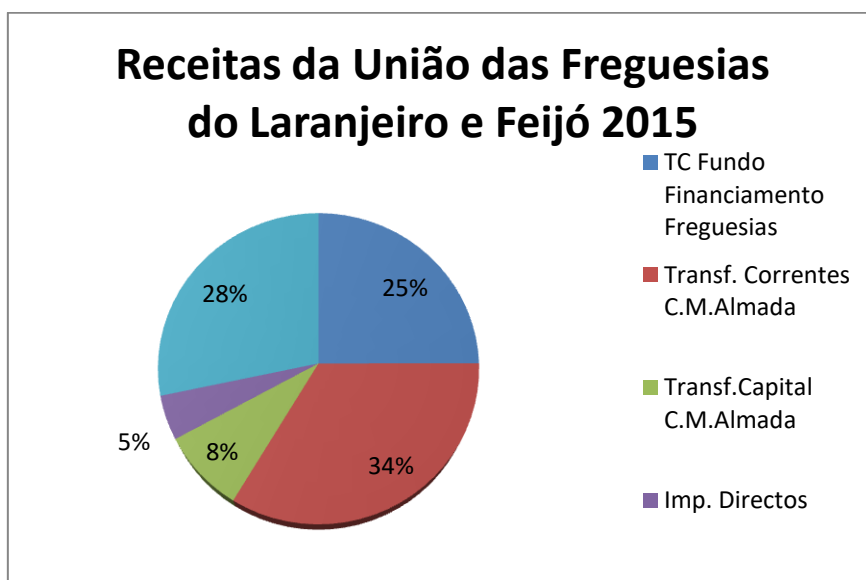


Fig.37 – Receitas União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Em relação as despesas de 2014, a rubrica de maior peso, é como habitualmente com pessoal, tendo as outras despesas um peso de 57%.

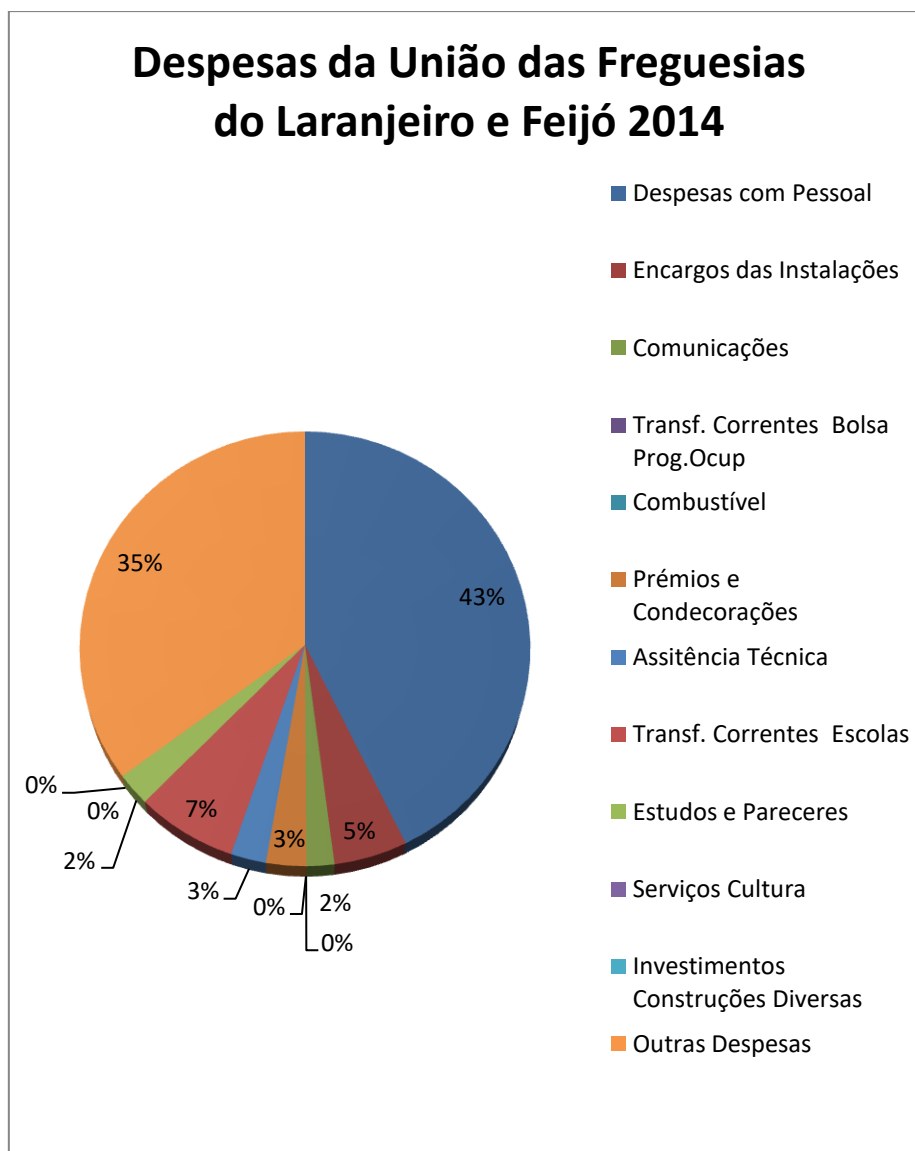


Fig.38 – Despesas da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Já em 2015, as despesas mantiveram-se praticamente iguais relativamente à 2014, o que demonstra que a freguesia tem as despesas controladas.

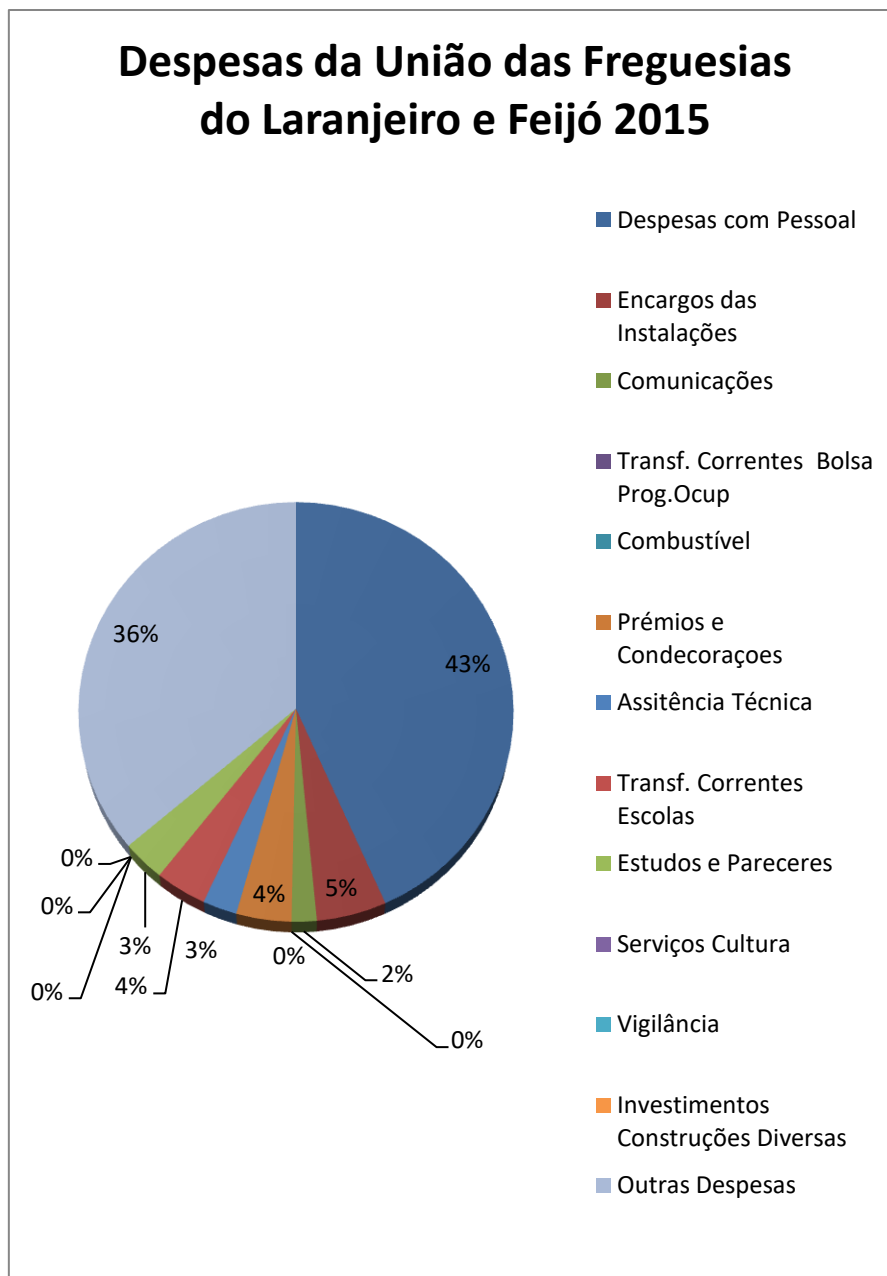


Fig.39 – Despesas da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Nas receitas de 2014, da União da Freguesia Caparica e Trafaria, 63% do peso é relativo ao Fundo de Financiamento das Freguesias e das Transferência Correntes da Câmara.

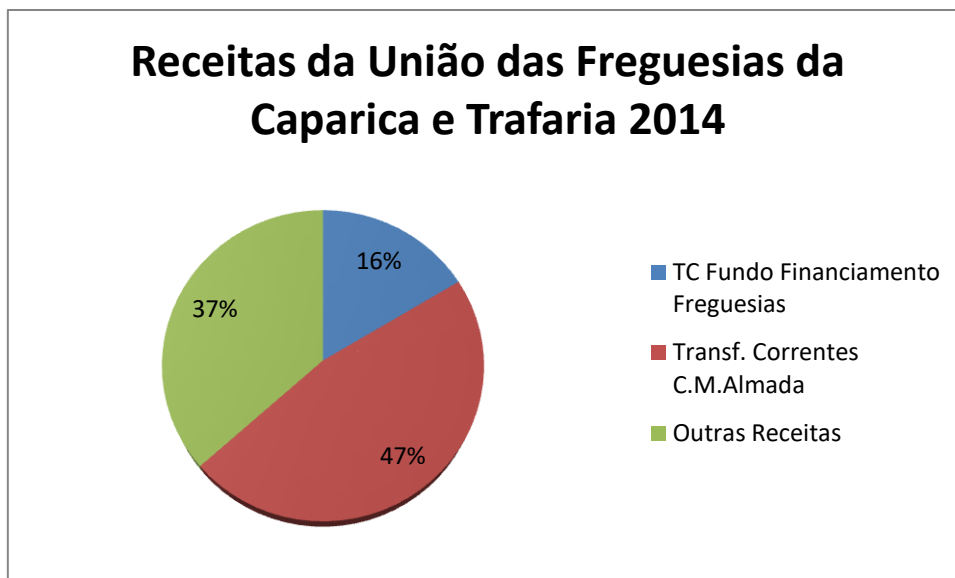


Fig.40 – Receitas União das Freguesias da Caparica e Trafaria – 2014

Fonte: Elaboração Própria

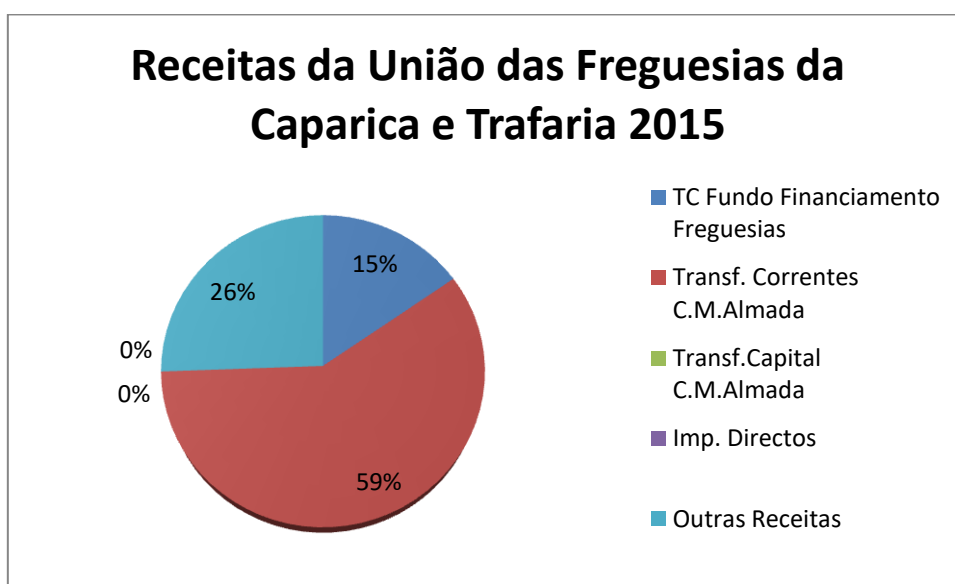


Fig.41 – Receitas União das Freguesias da Caparica e Trafaria – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Em 2015, ocorre um aumento das Transferências Correntes cedidas pela Câmara, tendo chegado aos 59%, isto é mais de metade das receitas.

Em relação às despesas de 2014, perto de 50% é relativo a pessoal, representando 8% a rubrica de Transferências Correntes Bolsa de programas ocupacionais. Esta rubrica é uma despesas que serve para ocupar os desempregados que estão inscritos no IEFP e à procura de emprego, e para contribuintes que recebem o rendimento de inserção social.

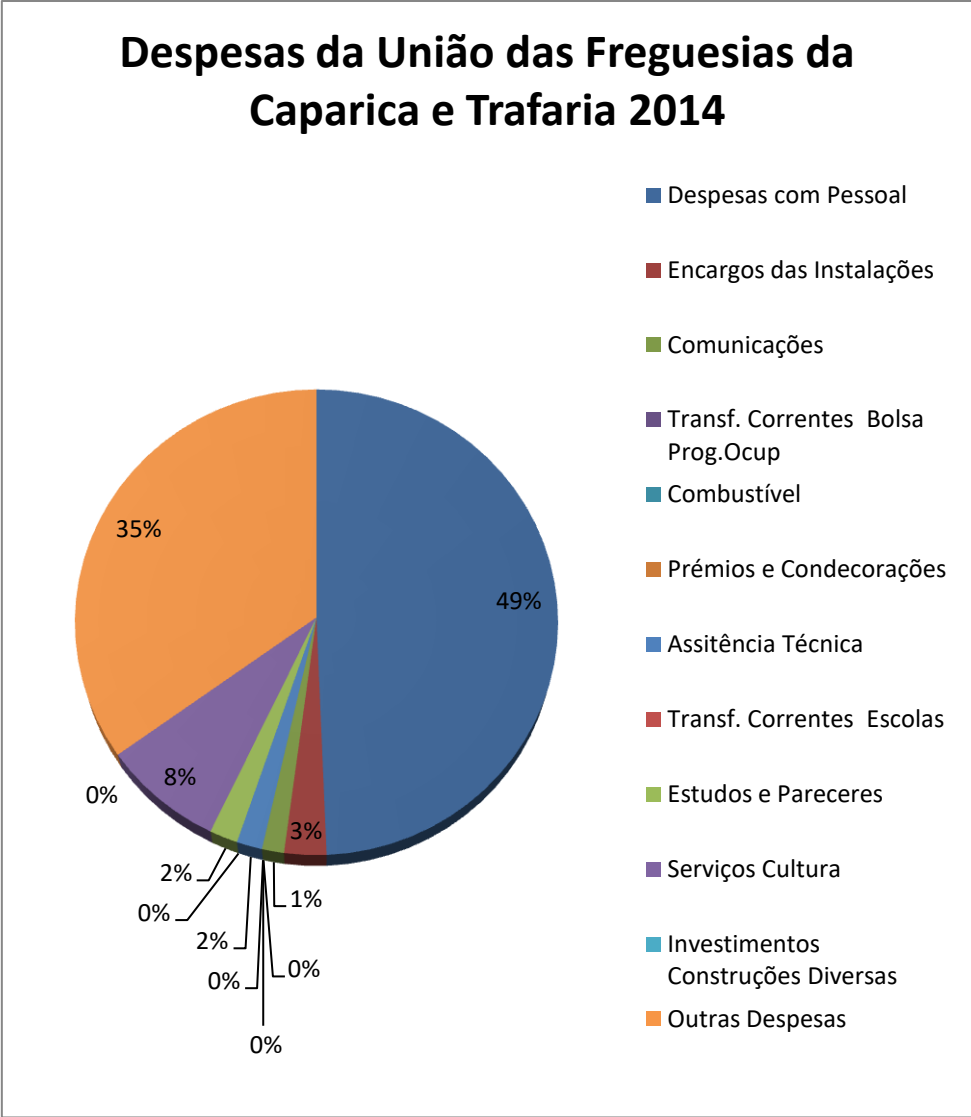


Fig.42 – Despesas União das Freguesias da Caparica e Trafaria – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Em 2015, registou-se um ligeira descida nas despesas com pessoal, (diminui 2% face ao ano anterior). Já a rubrica outras despesas cresceu 3%.

Despesas da União das Freguesias da Caparica e Trafaria 2015

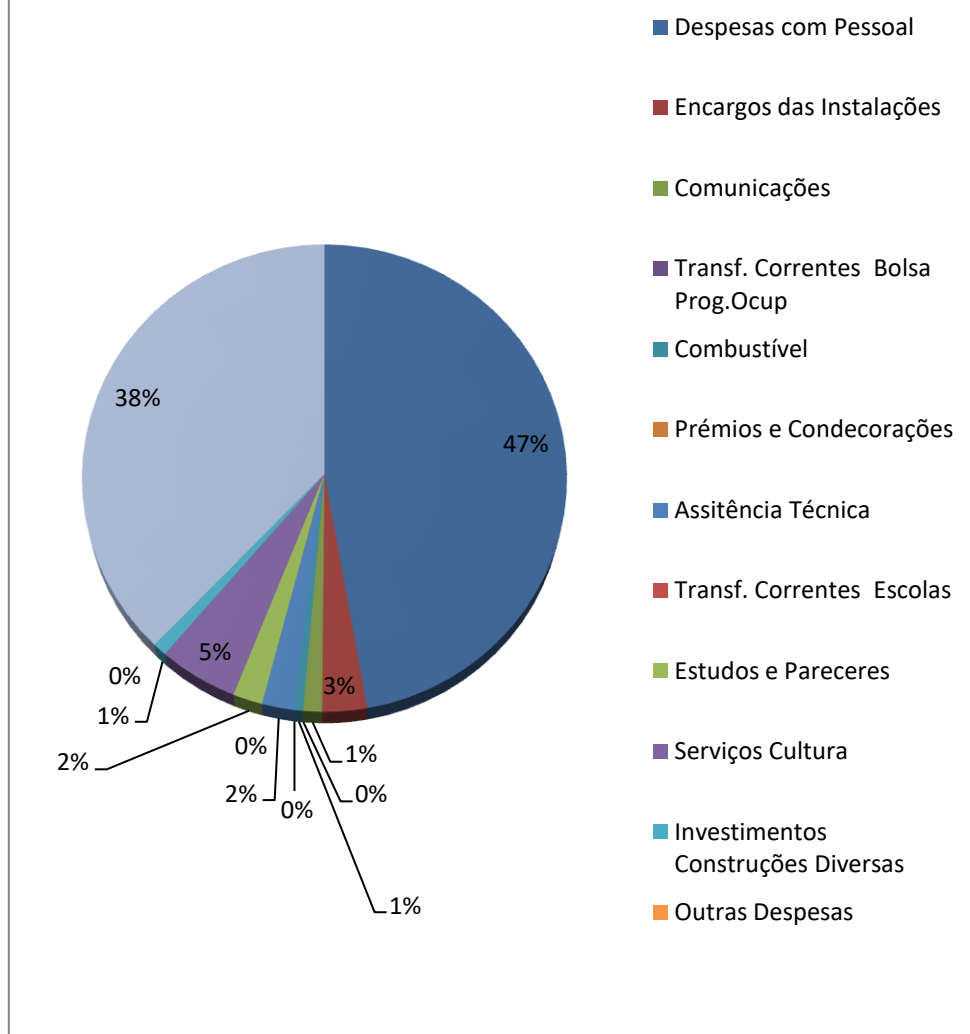


Fig.43 – Despesas União das Freguesias da Caparica e Trafaria – 2015

Fonte: Elaboração Própria

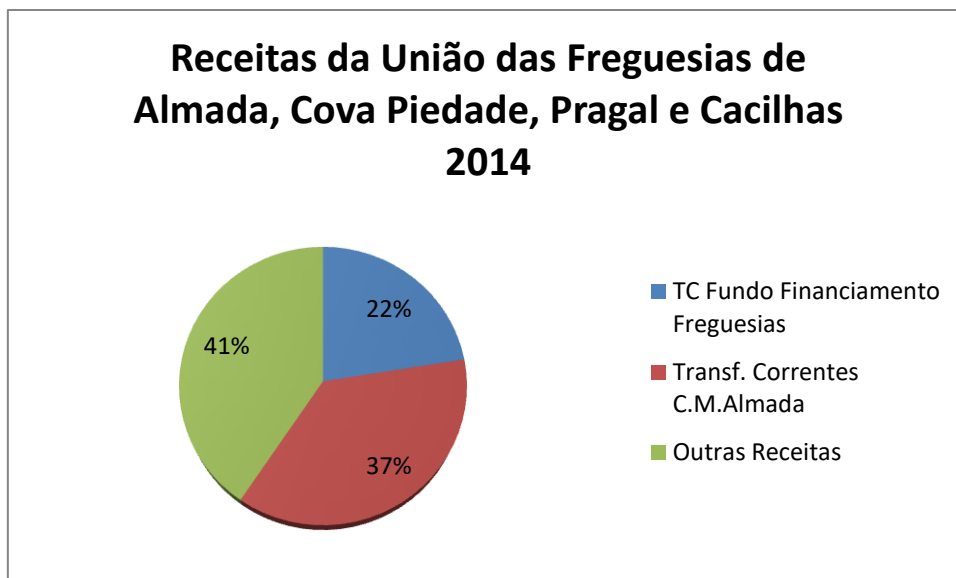


Fig.44 – Receitas da União das Freguesias da Almada Cova Piedade Pragal Cacilhas – 2014

Fonte: Elaboração Própria

Em 2014 e no que respeita às receitas União das da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, 37% corresponde a Transferências da Câmara, 22% refere-se ao Fundo de Financiamento das Freguesias. Em 2015, ocorreu uma diminuição nas Transferências Correntes da Câmara 2%, e um aumento do Fundo de Financiamento das Freguesias 2%. Apesar dessas alterações o peso dessas duas rubricas manteve-se o mesmo, ou seja 59%.

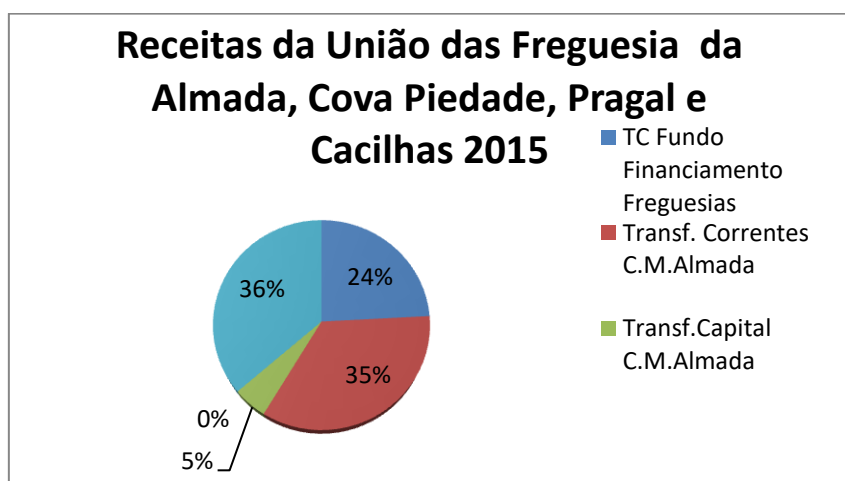


Fig.45 – Receitas União das Freguesias da Almada Cova Piedade Pragal Cacilhas – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Despesas da União das Freguesias de Almada, Cova Piedade, Pragal e Cacilhas 2014

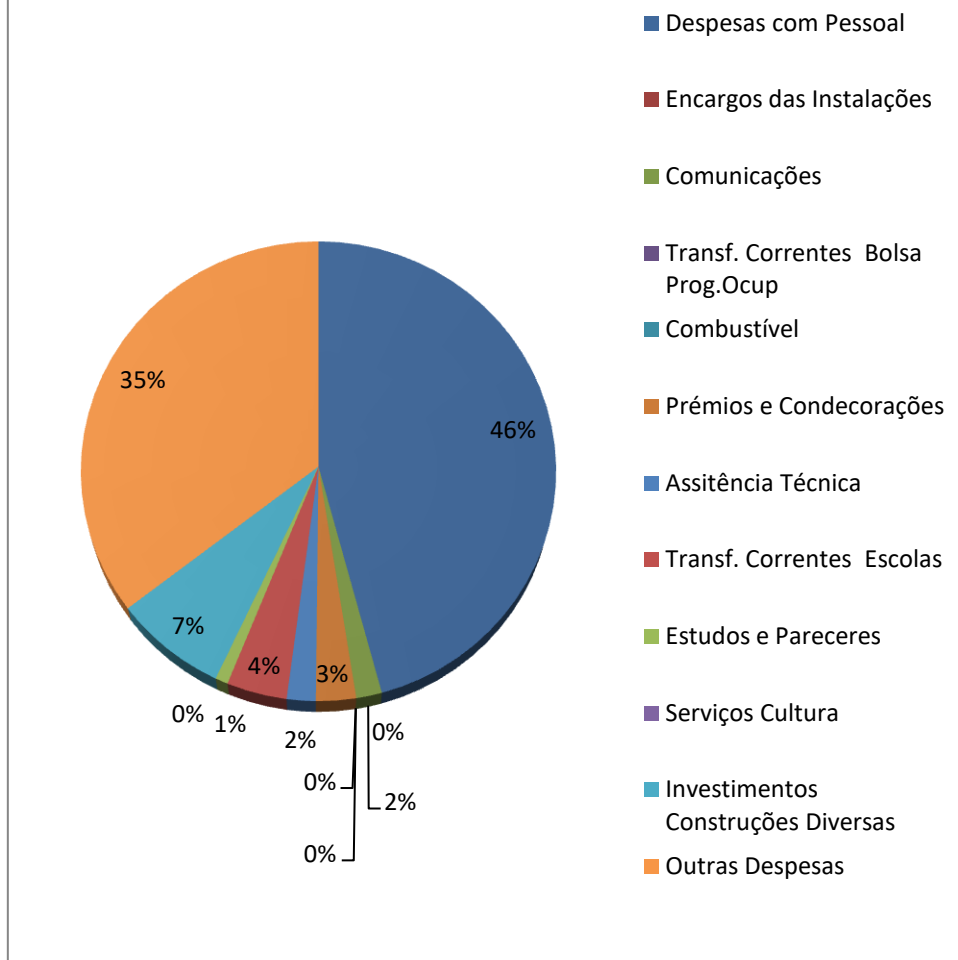


Fig.46 – Despesas da União das Freguesias da Almada Cova Piedade Pragal Cacilhas – 2014

Fonte: Elaboração Própria

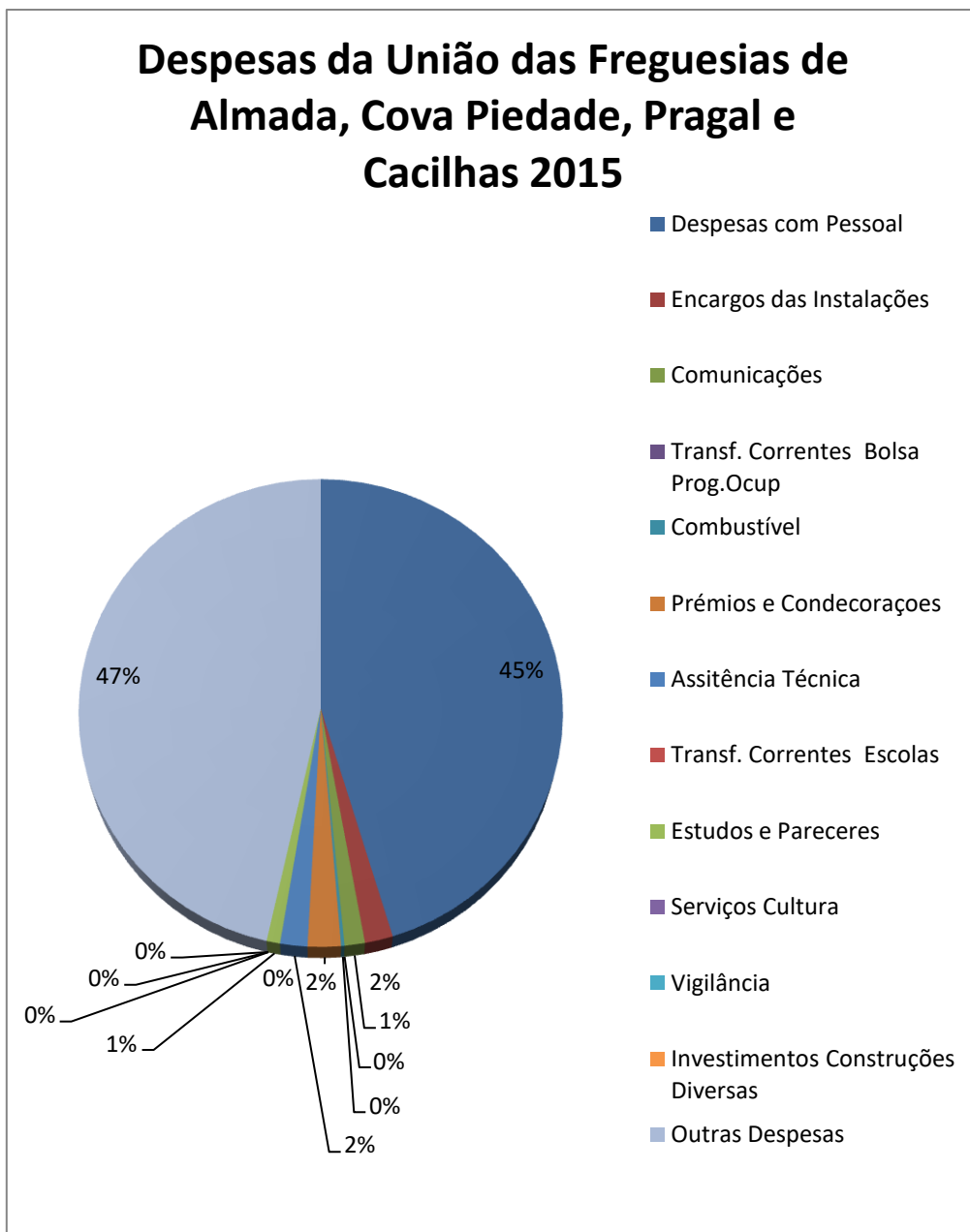


Fig.47 – Despesas União das Freguesias da Almada Cova Piedade Pragal Cacilhas – 2015

Fonte: Elaboração Própria

Em relação às despesas, a grande fatia é com pessoal, tendo em 2015, diminuindo 1% face ao ano anterior. Já a rubrica outras despesas apresentou um aumento significativo de 12%.

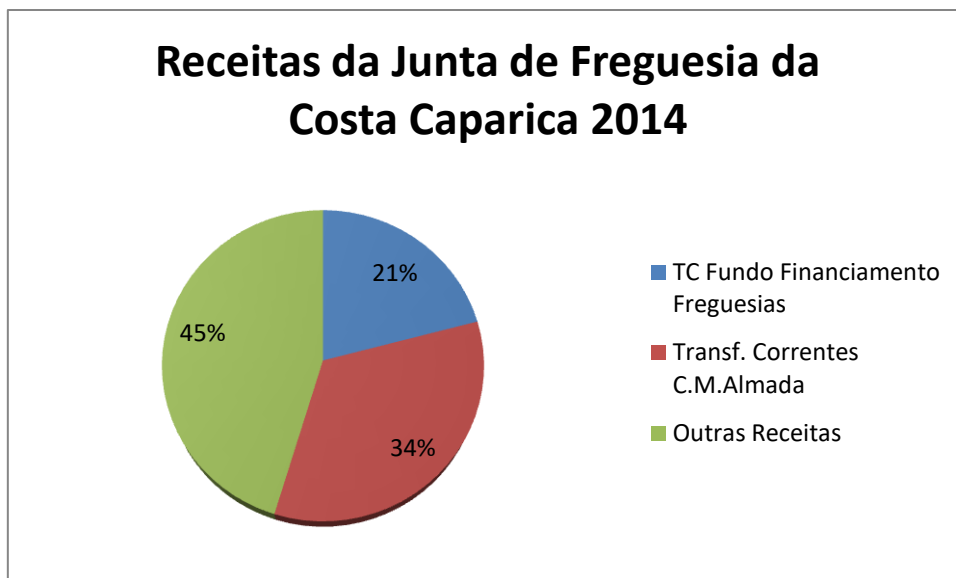


Fig.48 – Receitas da Junta de Freguesia da Costa da Caparica – 2014

Fonte: Elaboração Própria

As receitas de 2014 da Freguesia da Costa de Caparica, estão equilibradas, pois grande parte são através das Transferências do Fundo de Financiamento e da Câmara Municipal. Em 2015, existiu uma diminuição 8% face ao ano passado das Transferências Correntes da Câmara.

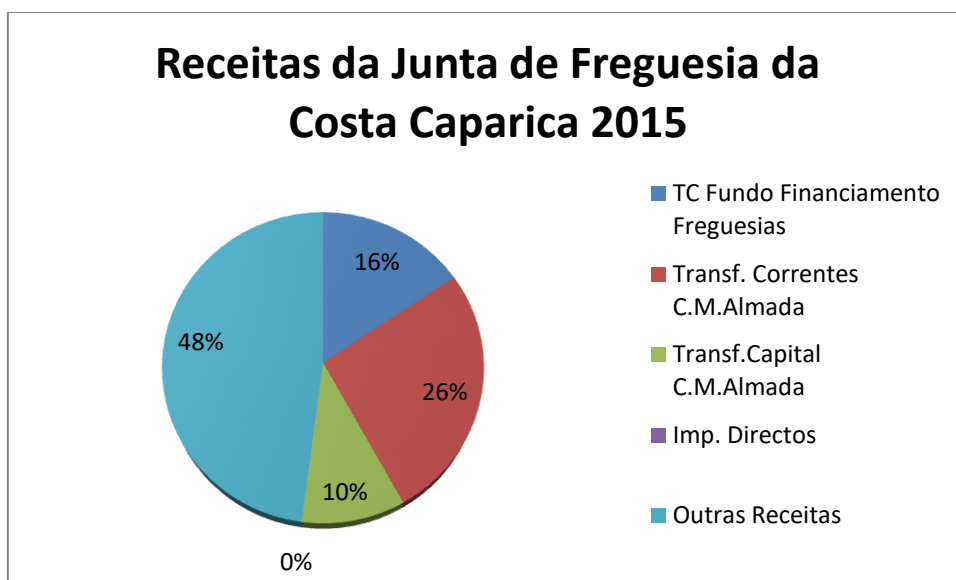


Fig.49 – Receitas da Junta de Freguesia da Costa da Caparica – 2015

Fonte: Elaboração Própria

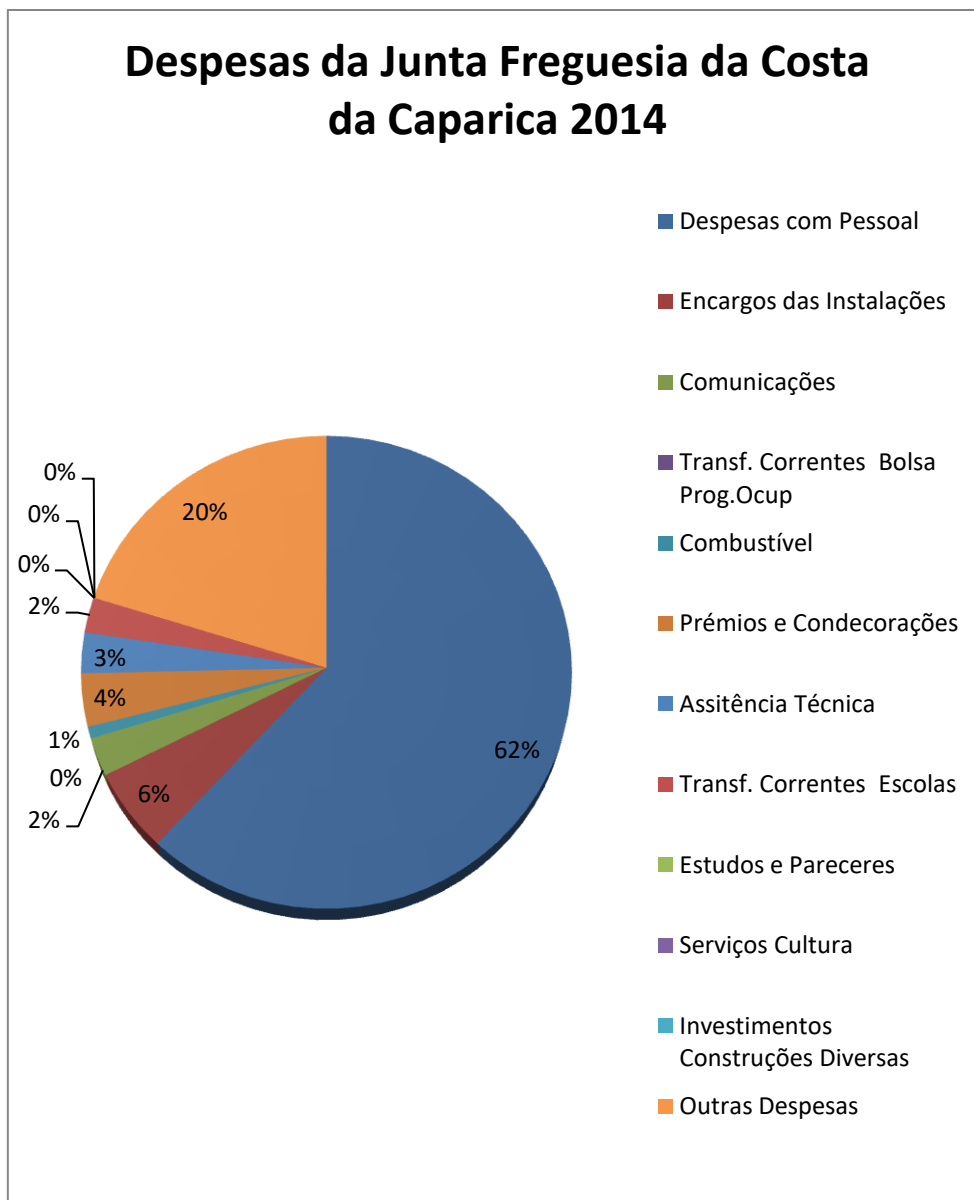


Fig.50 – Despesas da Junta de Freguesia da Costa da Caparica 2014

Fonte: Elaboração Própria

Quanto às despesas de 2014, verificamos desde de logo, a grande percentagem das com pessoal, ultrapassando os 60% do total. Em 2015, verificamos que a rubrica relacionado com o pessoal diminuiu 17%. Possivelmente pode ter a ver com saída de trabalhadores oriundos do Instituto de Emprego.

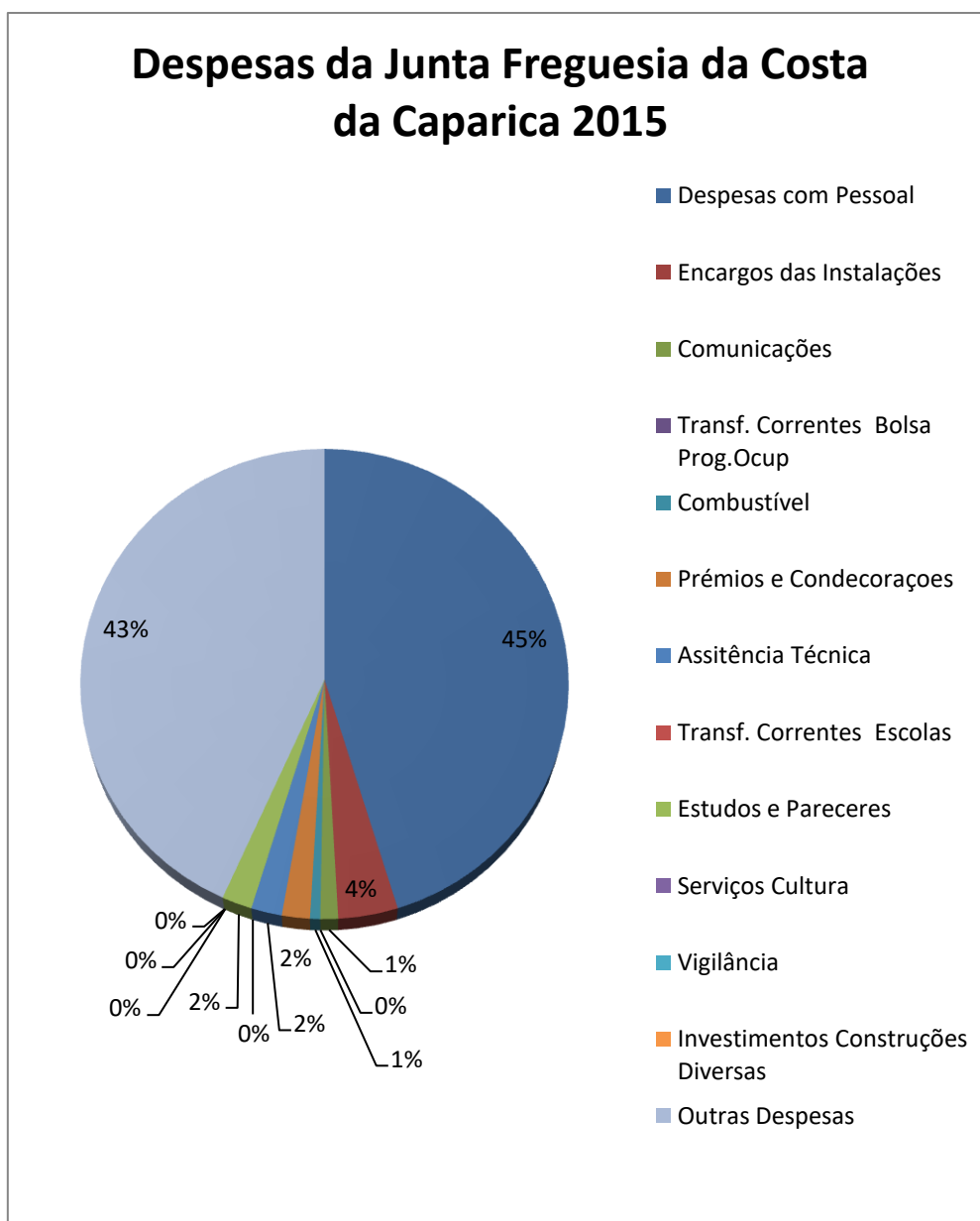


Fig.51 – Despesas Freguesia da Costa da Caparica 2015

Fonte: Elaboração Própria

A análise percentual das Freguesias do Concelho de Almada são as seguintes:

Em termo de área, a União das Freguesias da Charneca e Sobreda é a que abrange uma área maior que corresponde 41% que equivale a 2905 (ha). Sendo a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas a área mais pequena. Em termos de habitantes a União da Freguesia Almada Cova da Piedade Pragal e Cacilhas é aquela que abrangem mais habitantes (29% , que corresponde a 49661 habitantes). Em termos de trabalhadores em 2014 a União das Freguesias da Caparica e Trafaria é a que tem mais funcionários, mantendo-se na mesma posição no ano de 2015.

Em termos de receitas, a freguesia que recebeu mais do Fundo de Financiamento foi a da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com 32% correspondendo 429 M€, enquanto a menor foi a da Costa da Caparica com 9%, mantendo-se assim no ano 2015. No que diz respeito as Transferências da Câmara, a União das Freguesias da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas foi aquela que recebeu mais, tendo uma percentagem de 31%, a Freguesia da Costa da Caparica foi a que tem a percentagem mais baixa. No ano de 2015, a União da Freguesia Almada Cova da Piedade Pragal e Cacilhas diminuiu 4% das Transferências da Câmara a União da Caparica e Trafaria a freguesia com mais percentagem (39% que corresponde 881 M€).

Ao nível das despesas, a União das Freguesias da Caparica e Trafaria teve a fatia maior das com pessoal com 28% que equivale a 671 M€, Já em 2015, ela manteve-se com a maior fatia nessa rubrica diminuído 3% (57 M€). As despesas relativas a encargos com instalações, a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó é aquela que tem a maior percentagem, 28% que corresponde a 40 M€. Em 2015, a União das Freguesias da Charneca e Sobreda é a que tem maior percentagem, 28% (que corresponde 39 M€).

	União Charneca Sobreda	União Laranjeiro Feijó	União Caparica Trafaria	União Almada Pragal CPiedade Cacilhas	Costa Caparica
ANO 2014					
Hab/Área	15	51	16	16	13
Hab/nºtrab	1549	1734	623	1461	839
Área/nºtrab	100	34	40	18	64
Des. Pes/Nº trab	18.497	14.293	15.967	15.967	18.852
Total Rec/Total Desp	1	1	1	1	1
Regra Equilíbrio	62.754	202.094	52.093	52.093	70.163
ANO 2015					
Hab/Área	15	51	16	16	13
Hab/nºtrab	1549	1734	623	1461	839
Área/nºtrab	100	34	40	18	64
Des. Pes/Nº trab	18.827	14.500	14.621	17.805	17.925
Total Rec/Total Desp	1	1	1	1	1
Regra Equilíbrio	87.502	359.482	191.341	191.341	66.119

Quadro 10 – Quadro Comparativo 2014-2015 (Concelho Almada)

Fonte: Elaboração Própria

No anterior quadro, estão calculados alguns indicadores que mostram como se comporta as freguesias.

I-O primeiro indica cada (ha) de área que corresponde x habitantes. Nele podemos verificar que a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, consegue abranger 51 habitantes por cada hectare de área, o que so demonstra a densidade populacional dessa freguesia. A que tem menos é a da Costa da Caparica, uma vez que é que abrange muita área costeira.

II- O segundo indica a cada funcionário público da freguesia correspondem quantos habitantes. Como podemos verificar a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, cada funcionário abrange 1734 habitantes. Mais uma vez a União das Freguesias da Caparica e Trafaria, é aquela que tem um valor mais baixo.

III- O terceiro mostra cada trabalhador corresponde a quantos (ha) de área. Neste caso , a União das Freguesias da Charneca e Sobreda é a que tem o maior valor (100 ha) e a União das Freguesias de Almada, Cova Piedade, Pragal e Cacilhas é a que tem o valor mais baixo 18 (ha). Já em 2015 manteve-se o mesmo quadro.

IV- O quarto indica a valor que recebe cada funcionário. Em 2014 a freguesia com o valor maior é da Costa da Caparica com 18852€, já em 2015 é a União das Freguesias da Charneca e Sobreda que tem o valor maior 18827€.

V- Este indicador, dá o peso das receitas face as despesas. Podemos ver que em 2014 e em 2015 todas as freguesias tem o mesmo peso, ou seja 1

VI- O Sexto é regra do equilíbrio, que mostra recursos necessários para cobrir todas as despesas. Todas as freguesias mostram que têm recursos necessários para cobrir as despesas. A União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó em 2014 é a que apresenta o valor mais alto (202.094€) e em 2015 a mesma freguesia foi quem obteve o melhor lugar, registando o valor de 359.482€.

Fazendo uma análise horizontal entre as freguesias, segundo o quadro 8 e 9, podemos verificar o peso das várias rubricas entre as freguesias do Concelho do Almada.

A União das Freguesias de Almada, Pragal, Cova Piedade e Cacilhas, foi a que mais recebeu de rubrica de Transferências Correntes cedidos pela Câmara Municipal de Almada, visto ser a União que mais agregou freguesias, sendo a reorganização feita em

2013. Porém em 2015 a União das Freguesias da Caparica e Trafaria, foi a que mais recebeu de rubrica de Transferências Correntes cedidos pela Câmara Municipal de Almada.

No que diz respeito à despesas com de pessoal, a União das Freguesias da Caparica e Trafaria consegue ter o dobro do que a freguesia da Costa da Caparica. Já na rubrica de Assistência Técnica, verificamos que essa rubrica está muito equilibrada entre as Uniões e Freguesias do Concelho de Almada.

5. Conclusões Gerais

5.1 Conclusões Gerais

Para verificar a eficácia das operações, é necessário verificar o sistema de controlo interno. É um dos fatores importantes do *Value for Money* pois com isso conseguimos aperceber se as freguesias estão a ser eficientes eficazes e económicas, na realização da sua gestão.

A implantação do POCAL vem repor três conceitos fundamentais na realização das despesas públicas, que são os 3E's (economia, eficiência e eficácia).

A avaliação dos conceitos da gestão das autarquias locais será medida através da elaboração de indicadores de gestão, que permitirão para, além da avaliação da atividade própria, a comparação com atividades de outras autarquias.

As Freguesias que abordei diferem em área e em número de habitantes, mas a política avalia-se pelos resultados. Para isso há que haver uma gestão transparente e isenta, recorrendo à análise de indicadores fidedignos: Planos de Actividades e Orçamento. Só assim é que se pode analisar como são geridos os dinheiros públicos, verificando se durante o ano económico existe cumprimento do equilíbrio orçamental, onde as receitas correntes cobrem as despesas correntes.

A boa gestão feita pelos eleitos deve-se à boa vontade de rentabilizar a verba que existe em prol da comunidade, fazendo prevalecer a parte social, educativa e cultural. Com a escassez de mão-de-obra devido ao congelamento de carreiras, são curiosas as leituras que se podem fazer em comparação com as freguesias que estudei, Por exemplo, a Freguesia de Corroios que no mesmo período temporal consegue com os seus meios próprios arrecadar receita e fazer diminuir o seu grau de dependência em relação ao conjunto de transferências da administração central e administração local, proporcionado à sua população, diversas atividades que contribuem para o desenvolvimento ao nível cultural, desportivo e educativo e apoiando a parte empresarial da freguesia.

O estudo que efectuei nas freguesias do município de Almada e nas do município do Seixal, permite concluir que a freguesia que cumpre os requisitos do *Value for Money* é a de Corroios, porque a nível de receita recebida pela administração central, Transferência do Fundo Financiamento das Freguesias e sabendo que o montante varia

de acordo com o número de habitantes e a área geográfica e as receitas correntes transferidas pelos municípios ao abrigo da delegação de competências: acordos de execução e contratos interadministrativos. Não sendo a maior em número de habitantes, nem em área geográfica, é a que apresenta o equilíbrio orçamental devido à boa gestão autárquica conduzida pelo executivo, que melhor rentabilizou os seus recursos financeiros e humanos de uma forma eficaz, eficiente e económica.

O tema da dissertação é um tema recente e pouco falado em Portugal, e pode ser impulsionador, de modo a que outros colegas continuem a desenvolver as conclusões que forem apresentadas.

5.2 Limitações de Âmbito

Tinha a consciência que o tema em análise poderia gerar algumas barreiras impeditivas para desenvolvimento do mesmo.

Surgiu, desde logo, uma enorme dificuldade na obtenção de respostas às solicitações de documentos das freguesias da margem sul, tendo por várias vezes reformulado os municípios para análise. O número de respostas obtidas ficou aquém das expectativas criadas no início da dissertação.

A demora na entrega dos documentos, bem como a pouca vontade de certas freguesias (por motivos políticos), pese embora uma 2ª tentativa⁶, em negar disponibilidade para marcação de entrevistas e questionários, impediu que a dissertação seguisse com normalidade. Por isso, em síntese, só o 3º objetivo foi atingido.

5.3 Perspectivas de Desenvolvimento Futuro

Em termos de recomendações para futuras investigações, poderia ser interessante estudar as freguesias ao nível distrital, bem como do interior de Portugal, comparando em período temporal freguesias agregadas e em igual período da sua gestão enquanto separadas.

Poder-se-á, ainda, através de um estudo mais profundo, analisar a gestão do município e a gestão das freguesias que o compõem.

⁶ Apêndice II –Correio eletrónico a solicitar entrevista

Referências Bibliográficas

Araújo, J. (2005). A implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública e dos Planos Sectoriais dos Serviços Autónomos de Administração Central: Estudo e Análise, [em linha], [Consult. 11 Dez. 2014]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5400/1/Disserta%20de%20Mestrado.pdf>

Anuário Financeiro Freguesias Portuguesas 2014, [em linha], [Consult. 11 Dez. 2015]. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/000324981a9447f85610f>

Arens, A., Elder, R., Beasley, M. (2006). *Auditing and Assurance Services: an Integrated Approach*. Prentice Hall.

ASSOCIATION OF CERTIFIED FRAUD EXAMINERS (2014), *Report to the Nations on Occupational Fraud and Abuse*, [Consult. a 15 de Nov. 2015], Disponível em URL: <http://www.acfe.com/rtnn/docs/2014-report-to-nations.pdf>

Bou-Raad, G. (2000). *Internal Auditors and a Value-Added Approach: The New Business Regime*. *Managerial Auditing Journal*, 15/4, pp. 182-186.

Bourn, J. (2008). *Public Sector Auditing: Is it Value for Money*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Caiado, A.P., Pinto, A.C. (1997). *Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública*. Lisboa: Vislis Editores

Carneiro, A. (2009). *Auditoria e Controlo de Sistemas de Informação*. Lisboa: FCA

COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. (1992). *Internal Control – Integrated Framework*. New York : AICPA

Costa, A. (2008). A Auditoria Interna nos Municípios Portugueses, [em linha], [Consult. 15 Dez. 2014]]. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/17846/1/Disserta%20aoAnabela_Final.pdf

Costa, C. (2010) *Auditoria Financeira Teoria e Prática*. Lisboa: Rei dos Livros.

Fernandes, C. (2010). O Sistema de Controlo Internos nos Municípios Portugueses: O Caso da Câmara Municipal de Ansião, [em linha], [Consult. 11 Dez. 2014]. Disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14614/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20-%20Cidalina%20Fernandes.pdf>

Decreto-lei n.º 166/98: Sistema de Controlo Interno da Administração Pública, [em linha], [Consult. 21 Out. 2015], Disponível em URL: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1625&tabela=leis

Despacho n.º 4839/99 - SATAPOCAL, [em linha], [Consult. 18 Out. 2015], Disponível em URL: <http://www.portalautarquico.pt/pt-PT/financas-locais/pocal/satapocal/>

Direção-Geral do Território – Carta Administrativa Oficial de Portugal; [em linha], [Consult. 18 Out. 2015], Disponível em URL: http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop_/caop_em_vigor/

DRA 400 - Avaliação do Risco de Revisão/Auditoria, [em linha], [Consult. 21 Out. 2015], Disponível em URL: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/dra400.pdf>

DRA 510 - Prova de Revisão/Auditoria, [em linha], [Consult. 21 Out. 2015], Disponível em URL: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/dra510.pdf>

Feteira, M. (2013). Norma de Controlo Interno e Procedimentos de Auditoria Interna Município de Salvaterra de Magos, [em linha], [Consult. 15 Dez. 2014]. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/6526/1/Escola%20Superior%20de%20Gest%C3%A3o%20de%20Tomar.pdf>

Graham, L. (2007). Internal Controls: Guidance for Private, Government, and Nonprofit Entities. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

IAASB - ISA 240 - “A Responsabilidade do Auditor ao Considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras”

IFAC – International Federation of Accountants (2001), “Governance in Public Sector: a Governing Body Perspective”, International Public Sector Studies, August. Study 13.

IFAC - International Federation of Accountants (2009) - ISA 300 Clarificada – Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras

IFAC - International Federation of Accountants (2009) - ISA 320 Clarificada – Materialidade no Planeamento e Execução de uma Auditoria.

IPAI - Instituto Português Auditoria Interna (2009), Enquadramento Internacional de Praticas Profissionais de Auditoria Interna, [em linha], [Consult. 15 Nov. 2015], Disponível em URL: http://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_2009_port_normas_0809_1252171596.pdf

ISO 8402, [em linha], [Consult. 15 Nov. 2015], Disponível em URL: <https://www.iso.org/standard/20115.html>

Junta de Freguesia de Amora – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-amora.pt/gestao/category/21-ano-de-2014>

Junta de Freguesia da Amora – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-amora.pt/gestao/category/27-gestao-ano-de-2015>

Junta de Freguesia de Amora – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-amora.pt/gestao/category/21-ano-de-2014>

Junta de Freguesia de Amora – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: <http://www.jf-amora.pt/gestao/category/42-ano-de-2016>

Junta de Freguesia da Costa da Caparica – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: http://www.jf-costacaparica.pt/?page_id=2242

Junta de Freguesia da Costa da Caparica – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: http://www.jf-costacaparica.pt/?page_id=2242

Junta de Freguesia da Costa da Caparica – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: http://www.jf-costacaparica.pt/?page_id=2242

Junta de Freguesia da Costa da Caparica – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: http://www.jf-costacaparica.pt/?page_id=2242

Junta de Freguesia de Corroios – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-corroios.pt/gestao>

Junta de Freguesia de Corroios – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-corroios.pt/gestao>

Junta de Freguesia de Corroios – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-corroios.pt/gestao>

Junta de Freguesia de Corroios – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: <http://www.jf-corroios.pt/gestao>

Junta de Freguesia de Fernão Ferro – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-fernaoferro.pt/infojunta/2.asp>

Junta de Freguesia de Fernão Ferro – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-fernaoferro.pt/infojunta/2.asp>

Junta de Freguesia de Fernão Ferro – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-fernaoferro.pt/infojunta/4.asp>

Junta de Freguesia de Fernão Ferro – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: <http://www.jf-fernaoferro.pt/infojunta/4.asp>

Lei Enquadramento Orçamental n° 91/2015, [em linha], [Consult. 19 Set. 2015], Disponível em URL: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2560&tabela=leis&so_mio lo=

Lei Enquadramento Orçamental nº 151/2015, [em linha], [Consult. 19 Set. 2015], Disponível em URL: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=selected&nid=2572&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=

Lei nº 73/2013 - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, [em linha], [Consult. 28 Dez. 2015], Disponível em URL: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1989A0085&nid=1989&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=

Marques, F., Marçal, N. (2011). Manual de Auditoria e Controlo Interno no Sector Público. Lisboa: Edições Silabo

Martins, I., Morais, G. (2013). Auditoria Interna Função e Processo (4ª Edição).Lisboa: Áreas Editora

Marques, M. (1997). Auditoria e Gestão (1º Edição).Lisboa: Editorial Presença

Moura, H. (2004). Auditoria de Fraude: Instrumentos na Prevenção de Fraudes Contra as Empresas, [em linha], [Consult. 12 Dez. 2015], Disponível em URL: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1655/1/Auditoria%20de%20fraude.pdf>

Nunes, António. (2015). Apontamentos de auditoria interna e operacional

NIAO – Northern Ireland Audit Office, [em linha], [Consult. 28 Dez. 2015], Disponível em URL: <https://www.niauditoffice.gov.uk/value-money-audit>

Prada, L., Carvalho, J.,& Martinez, V. (1999).Temas de Contabilidade Pública. Lisboa: Rei dos Livros

União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: http://www.uf-acppc.pt/site/upload/Relatorio-de-Gestao2014_13-05-2015.pdf

União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: http://www.uf-acppc.pt/site/upload/PMGS220620161210_PrestacaoContas2015.pdf

União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.uf-acppc.pt/site/pag.asp?c=2&sc=18&p=229&t=pagina>

União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.uf-acppc.pt/site/pag.asp?c=2&sc=18&p=229&t=pagina>

União das Freguesias de Caparica e Trafaria – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: http://jf-caparica-trafaria.net/j3/images/docs/Mapa_pessoal.pdf

União das Freguesias de Caparica e Trafaria – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://jf-caparica-trafaria.net/j3/images/docs/MapaPessoal-2015.pdf>

União das Freguesias de Caparica e Trafaria – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/1139249-Relatorio-de-Gestao-e-Prestacao-de-Contas-2014-1-jan-a-31-dez/>

União das Freguesias de Caparica e Trafaria – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/1393467-Relatorio-de-Gestao-e-Prestacao-de-Contas-1-jan-a-31-dez-2015-1-a-parte/>

União das Freguesias de Charneca da Caparica e Sobreda – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-charnecacaparica-sobreda.pt/junta/gestao/category/17-relatorios-de-gestao-e-conta-de-gerencia>

União das Freguesias de Charneca da Caparica e Sobreda – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf-charnecacaparica-sobreda.pt/junta/gestao/category/17-relatorios-de-gestao-e-conta-de-gerencia>

União das Freguesias de Charneca da Caparica e Sobreda – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jf->

charnecacaparica-sobreda.pt/junta/gestao/category/17-relatorios-de-gestao-e-conta-de-gerencia

União das Freguesias de Charneca da Caparica e Sobreda – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: <http://www.jf-charnecacaparica-sobreda.pt/junta/gestao/category/17-relatorios-de-gestao-e-conta-de-gerencia>

União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/downloads/category/11-recursos-humanos>

União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/downloads/category/11-recursos-humanos>

União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/downloads/category/33-relatorio-e-contas>

União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <http://www.jflaranjeirofeijo.pt/downloads/category/33-relatorio-e-contas>

União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires – Prestação de Contas 2014 [Em linha]. (abril. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0BznLglBJkf6GfkJ5ajdna0huTIBVbTFVYTFCdmRWOHczdHRBOEFhWIFmaVg1ajlXdFh0OTg&usp=sharing&tid=0BznLglBJkf6GR3paRmhnRnpPUIU>

União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires – Prestação de Contas 2015 [Em linha]. (abril. 2016) [Consult. 2 Maio 2016]. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0BznLglBJkf6GdThHV3BjU2JQWE0&usp=sharing&tid=0BznLglBJkf6GR3paRmhnRnpPUIU>

União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires – Mapa Pessoal 2014 [Em linha]. (jan. 2014) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0BznLglBJkf6GfkJ5ajdna0huTIBVbTFVYTFC>

[dmRWOHczdHRBOEFhWIFmaVg1ajlXdFh0OTg&usp=sharing&tid=0BznLglBJkf6GR3paRmhnRnpPUIU](https://drive.google.com/folderview?id=0BznLglBJkf6GdmRWOHczdHRBOEFhWIFmaVg1ajlXdFh0OTg&usp=sharing&tid=0BznLglBJkf6GR3paRmhnRnpPUIU)

União das Freguesias de Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires – Mapa Pessoal 2015 [Em linha]. (jan. 2015) [Consult. 14 Março 2016]. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0BznLglBJkf6GfkJ5ajdna0huTIBVbTFVYTFCdmRWOHczdHRBOEFhWIFmaVg1ajlXdFh0OTg&usp=sharing&tid=0BznLglBJkf6GR3paRmhnRnpPUIU>

Yin, R. K. (2003). Case Study Research: Design and Methods, Sage Publications

Apêndices



Carlos David dos Santos Figueiredo
Rua Augusto Marques nº7 1º Esq.
Torre da Marinha
2840-421 Seixal
Telemóvel: 933519444
Email: ccarlos1986@gmail.com

Exmo. Senhor
Presidente da Junta de Freguesia

Seixal, 10 de Janeiro de 2016

Assunto: Solicitação de Documentos

Exmo. Senhor,

No âmbito do Mestrado de Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), encontro-me a realizar uma dissertação sobre o tema «VALUE FOR MONEY NAS FREGUESIAS PORTUGUESAS», sobre a orientação do Mestre Prof.º António da Trindade Nunes. O Objectivo é efetuar um estudo como as freguesias gerem os recursos materiais, humanos e financeiros, de uma forma eficiente, eficaz e económica.

Neste contexto, venho solicitar a vossa colaboração para disponibilizar documentos contabilísticos e financeiros da freguesia.

- Mapa comparativo das despesas em relação ao período homólogo de 2014
- Mapa comparativo das receitas em relação ao período homólogo de 2014
- Mapa controlo orçamental das receitas 2014-2015
- Mapa controlo orçamental das despesas só com a classificação económica 2014-2015
- Mapa Fluxo Caixa (resumo e desenvolvimento)
- Inventário
- Balanço Razão
- Mapa de Pessoal

Para dar continuidade da dissertação, necessito que a referida documentação seja disponibilizada até 31 de Janeiro, caso a vossa decisão seja deferida.

Agradeço, desde já, a atenção dispensada, ficando a aguardar a resposta tão breve quanto possível.

Atentamente,

Carlos David Dos Santos Figueiredo



ISCAL

Carlos David dos Santos Figueiredo
Rua Augusto Marques nº7 1º Esq.
Torre da Marinha
2840-421 Seixal
Telemóvel: 933519444
Email: ccarlos1986@gmail.com

Exmo. Senhor
Presidente da Junta de Freguesia

Seixal, 22 de Fevereiro de 2017

Assunto: Solicitação de Entrevista

Exmo. Senhor,

No âmbito do Mestrado de Auditoria do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), encontro-me a realizar uma dissertação sobre o tema «VALUE FOR MONEY NAS FREGUESIAS PORTUGUESAS», sobre a orientação do Mestre Prof.º António da Trindade Nunes. O Objectivo é efetuar um estudo como as freguesias gerem os recursos materiais, humanos e financeiros, de uma forma eficiente, eficaz e económica.

Neste contexto, venho pelo presente solicitar a vossa colaboração para o preenchimento de inquérito e de uma entrevista, de forma a poder dar continuidade à dissertação.

Chamo a atenção para a importância que a entrevista e o inquérito tem para cumprir os objectivos do trabalho.

Agradeço, desde já, a atenção dispensada, ficando a aguardar a resposta tão breve quanto possível.

Atentamente,

Carlos David Dos Santos Figueiredo